

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 890  
10 de Janeiro de 1991  
Preço: 80\$00

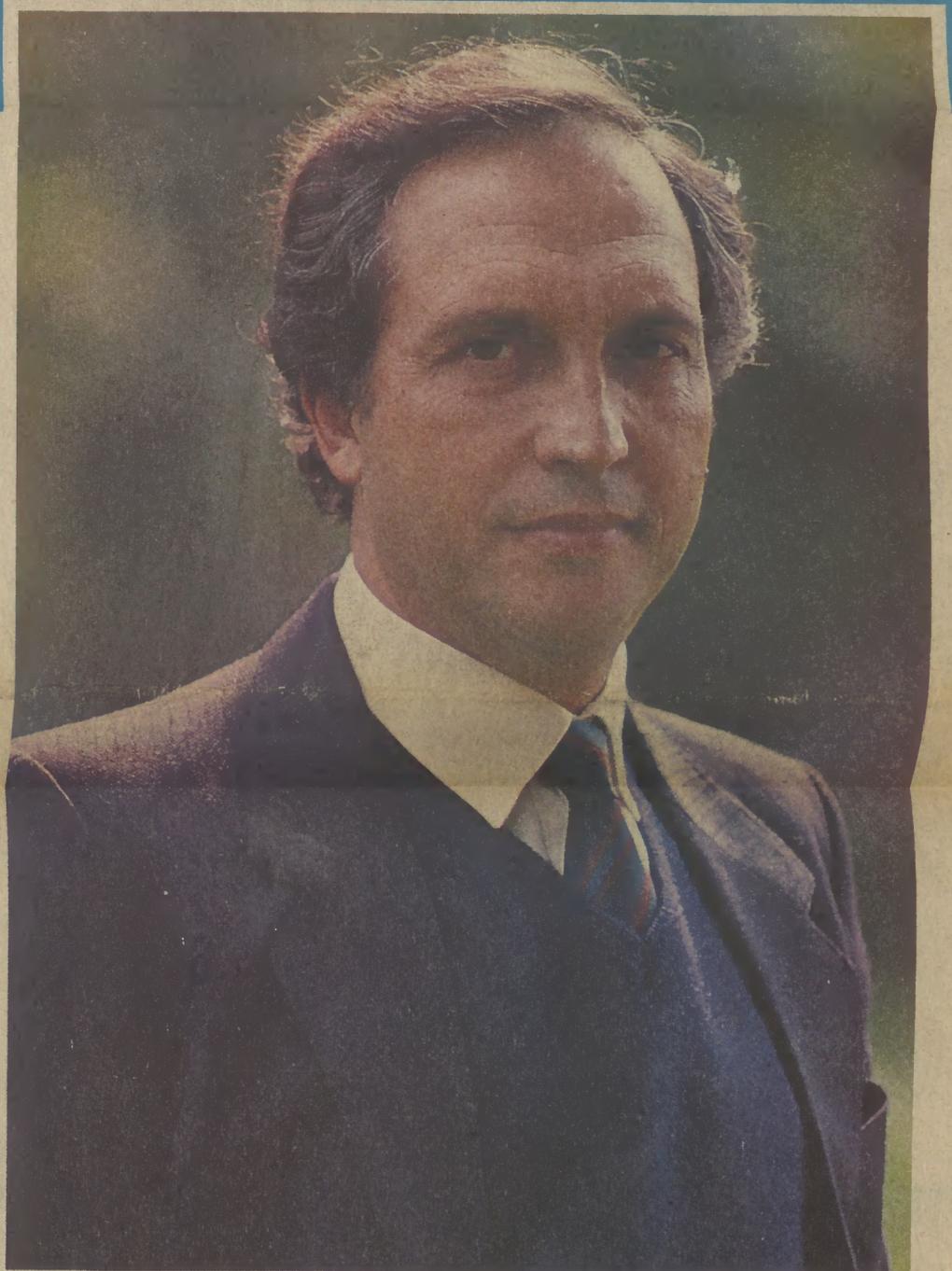
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Portugal pode ser Melhor!

# vota

# Carlos Carvalhas

*Ideias justas,  
propostas necessárias,  
um voto que conta  
para fazer valer os interesses  
do Povo e de Portugal.*



## Em Foco

Portugal  
pode ser  
Melhor!  
Avante!  
Ano 61 - Série VII  
N.º 890  
10 de Janeiro de 1991  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

Intervenções • Crónicas  
Reportagens • Depoimentos

# Diário de campanha



### COMÍCIO FESTA

HOJE  
10 de Janeiro (5ª feira)  
21.00 h  
Pavilhão Carlos Lopes  
PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA VITOR JARA  
Intervenção de  
**Carlos Carvalhas**



O número do «Avante!» da próxima semana será publicado na sexta-feira, 18 de Janeiro, a fim de incluir os resultados da reunião do Comité Central do PCP que se realizará na quarta-feira, 16

# Editorial

Avante!

Ano 61 - Série VII  
N.º 890

10 de Janeiro de 1991

1.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Votemos no Portugal do futuro Votemos Carlos Carvalhas

Dentro de apenas três dias o povo português é chamado a eleger o Presidente da República, primeiro dignitário da hierarquia do Estado.

É uma escolha e um voto de grande responsabilidade cometidos à vontade soberana e democrática dos cidadãos numa fase crítica da conjuntura nacional e num momento crucial da vida da humanidade.

Os comunistas portugueses, terceira força de maior representatividade institucional no Poder Legislativo e no Poder Local democráticos do país, ao mesmo tempo que tem do estatuto e das competências do órgão de soberania Presidência da República uma elevada noção cívica, partilham com o comum dos cidadãos as graves apreensões do momento presente.

Por isso usaram o seu direito democrático de apresentar um candidato idóneo às eleições presidenciais e por isso decidiram que concorresse ao acto eleitoral.

Na definição estatutária das atribuições do Presidente da República algumas adquirem particular saliência na conjuntura política interna e externa contemporânea e determinam uma carga adicional na responsabilidade do voto dos portugueses nas eleições de domingo.

Das delas devem ser especialmente realçadas na hora que passa: a que atribui ao Presidente da República o papel de garante da independência nacional e a que lhe comete o comando supremo das Forças Armadas com as competências de declarar o estado de sítio ou o estado de emergência e as de declarar a guerra e fazer a paz.

A primeira - a de garante da independência nacional - assume singular importância quando no momento actual decorre a pulverização do Sector Empresarial do Estado sob a ofensiva destruidora do cavaquismo governante, com a alienação ao capital estrangeiro das empresas públicas mais rentáveis e de maior importância da nossa actividade económica, ao mesmo tempo que, na voragem da especulação bolsista, outras importantes empresas privadas portuguesas mudam de mãos a favor das multinacionais. Torna-se evidente que a perda do controlo nacional dos centros de decisão da economia portuguesa e da capacidade definidora das linhas estratégicas do nosso desenvolvimento económico representa um rude golpe de consequências graves para a independência nacional.

A segunda - a das competências militares e da declaração de guerra - pode, já a partir de terça-feira, pelo nosso envolvimento na NATO e na UEO e a nossa participação embora limitada no dispositivo militar de bloqueio ao Iraque, por em risco imediatamente a paz dos portugueses e a nossa segurança e integridade territorial se um passo em falso for dado pelo Presi-

dente da República ou com a sua anuência institucional.

Há, além disso, decisivas motivações políticas a curto prazo que determinam as opções de voto dos comunistas portugueses e dos compatriotas que conosco partilham os desejos de uma imperiosa mudança de rumo na política nacional: as de afastar a direita do governo, de viabilizar uma alternativa credível ao cavaquismo governante, de dar resposta cabal às novas e complexas questões da época actual.

A apresentação da candidatura de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e a decisão da sua concorrência às urnas no próximo domingo obedecem a estes pressupostos, visam objectivos que nenhuma das outras candidaturas está em condições de formular e defender com determinação e justiça.

Sem a apresentação da sua candidatura os grandes problemas e questões da actualidade não teriam vindo a debate - um dos objectivos centrais que a motivaram - teriam ficado no silêncio.

O apelo ao voto em Carlos Carvalhas não visa apenas proporcionar o necessário espaço de presença significativa nas eleições de domingo à esquerda e a todos os democratas que não se leem na candidatura ambígua de um Mário Soares interesseiramente apoiado pela direita governante, não tem por objectivo «perder óleos» no isolamento irremissível da candidatura truculenta e fascizante de um Basílio Horta, antecipada e irrevogavelmente condenada à derrota.

O voto em Carvalhas não é um simples voto pela negativa. Tem por motivações fundamentais afirmar a dignificação democrática e institucional do órgão/cúpula da hierarquia do Estado; afirmar sem equívocos uma política de defesa efectiva da independência nacional, da Paz e da segurança para os portugueses e para Portugal; o firme propósito de se bater por propostas viáveis para arrancar o país do seu atraso económico, social e cultural e viabilizar um projecto de futuro de desenvolvimento nacional e de crescente democratização das instituições e da vida política portuguesa.

Carlos Carvalhas é o candidato que se apresenta diante do seu povo tal qual é, sem falsas roupagens, sem nada que o envergonhe do seu passado e do seu presente de cidadão e de patriota.

Nele podem os trabalhadores portugueses ver, não o «pai» dos contratos a prazo, o precursor da precarização do trabalho - como foi Soares quando Primeiro-Ministro de governos constitucionais - mas o Secretário de Estado do Trabalho dos primeiros cinco Governos

Provisórios da revolução de Abril cujo nome está indissolúvelmente ligado à conquista e defesa de direitos, liberdades e garantias sociais sem paralelo no mundo português do trabalho, à conquista de uma salário mínimo nacional de valor real superior em 25 por cento ao actual. Podem ver nele o defensor intransigente dos seus interesses de classe. Podem os portugueses confiar no deputado do povo que como vice-presidente da Comissão Nacional do Plano deu uma contribuição de mérito para a definição de uma política económica nacional progressista e não como um ex-primeiro-ministro que se vangloria do seu desprezo pelos «dossiers»...

Podem os operários têxteis e os da indústria e do calçado ver no deputado ao Parlamento Europeu, então presidente do Grupo Parlamentar Comunista e membro da presidência do Conselho da Europa o autor, capacitado e conhecedor profundo dos problemas, de pareceres aprovados pelas instâncias comunitárias que vão ao encontro dos interesses da indústria portuguesa e do direito ao trabalho dos profissionais daqueles importantes sectores da nossa actividade produtiva.

O voto em Carlos Carvalhas, mesmo numa relação de forças nitidamente desfavoráveis em termos eleitorais, é o voto inequívoco dos democratas portugueses mais consequentes contra a direita cavaquista governante, o único voto útil para abrir caminho a uma necessária convergência e agrupação de forças que afaste a direita das suas actuais posições no poder e viabilize um governo e uma política alternativos dos democratas portugueses nas decisivas batalhas políticas que se avizinham.

É uma realidade evidente que os apelos de Mário Soares ao voto dos comunistas na sua candidatura, ao mesmo tempo que profere grosseiros insultos aos seus ideais e ao seu Partido, não passam de uma cobertura com que pretende ocultar os seus entendimentos e alianças tácitos ou não com a direita cavaquista governante, profundamente infiltrada e representada nas estruturas dirigentes do MASP.

O PSD e os círculos mais reaccionários da extrema direita que em 1985 não tiveram forças para fazer eleger Freitas do Amaral - cuja derrota só foi possível com a corajosa decisão de voto em Soares do PCP e da sua base eleitoral de apoio - e para realizar a sua ambicionada trilogia do poder - «um Governo, uma Maioria Parlamentar, um Presidente» - ambiciona agora realizá-la com o apoio massivo e envenenado de Mário Soares. Talvez como uma táctica moeda de troca: «o voto e o fechar dos olhos às «fraquezas» presidenciais e às despesas mecânicas das viagens ao estrangeiro com as grandes «embaixadas» empresariais e «culturais». Em troca da «neutralidade» e «solidariedade institucional» na passagem sem vetos

nem obstáculos intransponíveis das «reformas de estrutura» conducentes à restauração dos monopólios e da hegemonia do grande capital português e estrangeiro em Portugal e a degeneração da democracia política. Também da garantia da «estabilidade» governativa sem sobressaltos.

O próprio Mário Soares acenou com tudo isso quando afirmou, já na mira da sua recandidatura às eleições presidenciais, que se fosse reeleito não se mostraria receptivo à hipótese da dissolução da Assembleia da República e da antecipada convocação de eleições. É significativa a sua exaltação da «solidariedade institucional» e da estabilidade política, o facto de, pela primeira vez, ter possibilitado uma legislação integralmente cumprida.

Conclua eufórico: «Não estou nada disposto a estragar esta flor do meu mandato presidencial!»

A batalha do voto em Carlos Carvalhas é um desafio que põe à prova a capacidade política e o dinamismo dos comunistas, a sua ligação com o povo; põe à prova a sua fidelidade aos grandes ideais a que devotaram o melhor de si próprios; a confiança nos superiores objectivos que são os do seu Partido - a conquista de uma democracia avançada no limiar do século XXI - de libertação política, de emancipação social, de progresso económico, cultural, científico e tecnológico - de elevação das condições de vida de todos os desfavorecidos (os trabalhadores do activo, manuais e intelectuais, das fábricas, das minas, dos serviços, dos campos, do mar; as mulheres e os jovens; os trabalhadores na reforma, os deficientes); de desenvolvimento e crescente democratização da sociedade portuguesa e da vida nacional.

São objectivos comuns que identificam todos os cidadãos que amam a Liberdade, a Democracia, o Progresso Social, a Paz.

A batalha do voto em Carvalhas está encontrando neste final de campanha e a três dias do veredicto eleitoral um largo acolhimento popular. É uma candidatura que incomoda os que por condição social, por reaccionarismo político, por oportunismo promocional trabalham consciente ou inconscientemente para o restauracionismo monopolista, para uma espécie de «compromisso histórico» destinado a conduzir os trabalhadores ao redil do grande capital.

E no momento exacto em que graves perigos ameaçam a Paz, o voto em Carvalhas, membro da presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação, é um claro e indispensável voto na Paz dos portugueses.

Trêmos com determinação - todos os que partilhamos o amor à Liberdade, à Democracia, ao Progresso Social e à Paz - a batalha do voto em Carlos Carvalhas.

Votemos Carlos Carvalhas!

## Resumo

### 2 Quarta-feira

A RENAMO viola o acordo de Roma ao atacar uma posição do Exército moçambicano na região de Motasse, no corredor de Limpopo ■ A NATO decide enviar três esquadilhas de caças-bombardeiros — alemães, belgas e italianos — para a Turquia, com o objectivo de defender este Estado membro de um eventual ataque do Iraque ■ Sete palestinianos ficam feridos em confrontos com soldados israelitas na Faixa de Gaza ■ Os combates entre rebeldes e o exército da Somália diminuem de intensidade após terem acusado elevadas baixas ao longo de três dias ■ Os maquinistas húngaros cumprem duas horas de greve para exigirem aumentos salariais ■ Eduard Chevardnadze considera inevitável a ditadura na URSS, bem como a revisão da política externa soviética.

### 3 Quinta-feira

Carlos Carvalhas tem um grande acolhimento da população do distrito de Coimbra; Carlos Marques visita Aveiro, enquanto Basílio Horta encontra-se com alunos de uma escola em Lisboa e Mário Soares apela ao voto dos comunistas em Loures ■ Trabalhadores do Arsenal do Alfeite iniciam uma greve parcial de cinco dias, por não terem sido pagos até Dezembro os retroactivos referentes à aplicação da nova tabela salarial ■ O Banco de Portugal revela que os indicadores referentes à economia portuguesa continuam a denotar arrefecimento do consumo corrente ■ Segundo o Eurostat, Portugal atingiu em Novembro passado uma taxa de inflação de 14,2 por cento, ou seja 8,2 por cento mais elevada do que a média dos países da CEE ■ O Conselho de Ministros decide transformar a Siderurgia Nacional numa sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos ■ Os líderes do Sudão, do Egipto, da Síria e da Líbia reúnem-se em Misourata, na Líbia, para discutir a situação no Golfo.

### 4 Sexta-feira

O caso do «fax de Macau» volta a ser focado pelos vários candidatos à Presidência da República ■ O Iraque aceita a proposta dos Estados Unidos para um encontro dos respectivos chefes das diplomacias ■ A CEE convida o ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque para conversações ■ Inicia-se, no âmbito da

NATO, o envio de aviões para a Turquia ■ Os Estados Unidos concordam com um texto do Conselho de Segurança da ONU que critica Israel pela sua política nos territórios ocupados ■ O parlamento polaco aprova por esmagadora maioria o nome de Jan Krzysztof Bielecki para o cargo de chefe do novo Executivo ■ Por convocação do sindicato independente dos motoristas, cerca de vinte viaturas pesadas bloqueiam a capital jugoslava, impedindo a entrada e saída de Belgrado ■ Os EUA e a URSS solicitam conjuntamente ao secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que a organização internacional intensifique esforços para o cessar-fogo no conflito salvadoreño.

### 5 Sábado

O oitavo dia da campanha eleitoral marca-se pela deslocação dos candidatos a localidades a norte do Mondego ■ O Governo decide não reconduzir o almirante António Andrade e Silva no cargo de chefe de Estado-Maior da Armada ■ O arquitecto Carlos Antero Ferreira apresenta a Pedro Santana Lopes o seu pedido de demissão do cargo de presidente do Instituto Português do Património Cultural, invocando dificuldades na gestão dos recursos financeiros internos ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, promulga um decreto sobre a Reforma Agrária, que prevê a distribuição até à Primavera de três a cinco milhões de hectares de terra ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque recusa o convite da CEE para um encontro no Luxemburgo com o seu homólogo Jacques Poos ■ O governo turco tenta chegar a acordo com o presidente do Sindicato dos Mineiros de Zonguldak, cujos cerca de 60 mil associados prosseguem uma marcha de protesto em direcção a Ancara ■ Começa em São Tomé a campanha eleitoral para as primeiras eleições legislativas multipartidárias.

### 6 Domingo

Mário Soares e Basílio Horta prosseguem a campanha eleitoral no distrito de Viseu; o candidato Carlos Marques encontra-se na Madeira onde fala do défice democrático nacional; Carlos Carvalhas é calorosamente recebido pela população da Branda, Cacém e Colares, nos arredores de Lisboa ■ Álvaro Cunhal critica no distrito de Setúbal os candidatos presidenciais Mário Soares e Basílio Horta ■ Aviões israelitas atacam uma base palestiniana perto de Sidon, no Sul do Líbano ■ A falta de

segurança impede o início de uma operação de retirada de estrangeiros da Somália, onde há uma semana se travam combates entre o Exército e rebeldes do Congresso da Somália Unida ■ A três dias do encontro entre o secretário de Estado americano, James Baker, e o ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Tariq Aziz, Saddam Hussein garante que o seu país não abandonará o Kuwait e previne os norte-americanos para a eventualidade de terem de enfrentar uma longa guerra ■ Jorge Serrano é eleito presidente da Guatemala com uma vantagem de mais do dobro dos votos sobre o seu adversário Jorge Carpio.

### 7 Segunda-feira

Os líderes dos partidos políticos com assento parlamentar discutem com o primeiro-ministro, Cavaco Silva, a crise do Golfo e o envolvimento português no conflito ■ A CGTP reúne-se para preparar a realização da Conferência Sindical Nacional ■ O exército haitiano faz malograr a tentativa de golpe de Estado liderado pelo médico Roger Lafontal, antigo responsável do regime de Jean-Claude Duvalier ■ Recomeçam, na Alemanha, as negociações da coligação CDU/CSU/FDP para definir as linhas do Governo para os próximos quatro anos ■ O ministro soviético da Defesa, Dimitri Yazov, ordena o envio de várias divisões de tropas pára-que-distas para as três repúblicas bálticas, para reforçarem a mobilização militar ■ Pilotos iraquianos desertam com aparelhos e pedem asilo político na Arábia Saudita.

### 8 Terça-feira

Cavaco Silva, fazendo um balanço da campanha eleitoral para as presidenciais, considera-a «aquém das expectativas» e pouco esclarecedora ■ Carlos Carvalhas é recebido em ambiente de festa no distrito de Évora ■ A Comissão Nacional de Eleições analisa várias queixas e decide enviar à Procuradoria-Geral da República os dados sobre o apelo de Alberto João Jardim à abstenção ■ Israel retoma a política de deportação, expulsando quatro palestinianos para o Líbano ■ Menos de um mês depois de entrar em funções, a comissão mista de verificação do «acordo de Roma» confirma que recebeu já sete notificações de actos que o violam ■ A PJ detém sete indivíduos acusados de co-autoria da morte de José Carvalho, dirigente do PSR, em Outubro de 1989 ■ A CGTP-IN inaugura a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça.

Avante!

Publicações de todos os países UNIVOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Scairo Pereira, Gomes - 1699 - Lisboa

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Scairo Pereira, Gomes - 1699 Lisboa

ADMINISTRAÇÃO: Rua de São Bernardo, 14

EDITORIAL «AVANTE!», SA

EXPEDIÇÃO: Rua de Deus, 24 - Venda Nova

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa

ASSINATURAS: Rua de São Bernardo, 14

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto

Centro Distribuidor de Coimbra

Depósito legal n.º 205/85

## Álvaro Cunhal em fim-de-semana de esclarecimento

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participou no passado fim-de-semana numa intensa jornada de esclarecimento inserida na campanha para as eleições presidenciais, começando cedo — na quinta-feira passada — com um encontro com trabalhadores no Hotel Roma, em Lisboa, onde proferiu um discurso que publicamos nestas páginas. A nossa reportagem acompanhou o secretário-geral do PCP nas jornadas seguintes: no sábado ao Distrito de Portalegre, com uma sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Avis, onde o aguardava uma grande multidão que encheu completamente a sala, e um comício no salão dos Bombeiros de Campo Maior, onde foi igualmente recebido por uma numerosa multidão; no domingo ao Sul do Distrito de Setúbal, com um almoço na Casa do Povo de Casabres, uma sessão na cooperativa de consumo de Grândola, um convívio no Salão do Povo de Sines e um jantar na Casa do Povo de Cercal.

De tudo isto vos damos conta nesta página e seguintes.



## Álvaro Cunhal em Avis O antes e o depois das eleições presidenciais

Numa sessão de esclarecimento onde o amplo salão da Casa do Povo de Avis, no Distrito de Portalegre, foi pequeno, no passado sábado, para a multidão que lá acorreu, Álvaro Cunhal começou por recordar que, «se estas eleições têm como objectivo eleger o Presidente da República, temos de pensar no que é que se vai passar depois», ou seja, se estas eleições «vão facilitar a substituição, mais à frente, deste Governo» ou se, pelo contrário, o seu resultado não será suficiente «para que haja possibilidades de lutarmos por um Governo melhor, um Governo democrático».

Pormenorizando a apreciação da acção do actual executivo, o Secretário-Geral do PCP definiu-o como «um Governo que não serve», que tem actuado «contra os interesses dos trabalhadores, os interesses populares e os interesses do País», recordando que, no Concelho de Avis, se conhecem muito bem as consequências da sua política, o que, se se juntar aos resultados conhecidos a nível nacional «ainda vemos com maior clareza a gravidade da continuação de um Governo de direita, com Cavaco Silva ou sem ele, com o PSD sozinho ou aliado a outros partidos». Daí o PCP considerar como tarefa central na actualidade política nacional a substituição do Governo de direita, «e tudo fazemos para abrir caminho a uma alternativa, ou seja, à formação de um Governo democrático».

O agravamento da exploração, o desemprego, a precariedade do trabalho, as discriminações em relação às mulheres, o desemprego sazonal, a liquidação de regalias sociais e até o novo pacote laboral que agora se pretende impor ao País, caracterizam cruamente a política deste Go-

verno. Tal como os ataques à Reforma Agrária, «de que hoje se fala pouco e que continua a ser uma reclamação justa dos trabalhadores, na sua exigência da entrega da terra dos grandes proprietários àqueles que a trabalham, continuando a ser uma necessidade para a transformação da nossa agricultura e a resolução dos graves problemas sociais da região do latifúndio».

Após historiar resumidamente a ofensiva desencadeada por sucessivos Governos de direita contra a Reforma Agrária (onde esteve o PS com os partidos de direita), que desembocou na extinção de 50 000 postos de trabalho e o empobrecimento generalizado da região, Álvaro Cunhal referiu a corrida desenfreada das privatizações que está a entregar de novo, pela mão do governo, os sectores básicos da nossa economia aos grandes capitalistas, com um perigo acrescentado: o de grande parte desses sectores irem parar às mãos de estrangeiros.

### A luta não espera

E não se fica por aqui, este Governo: ele quer alterar as

leis eleitorais, leva a cabo uma ofensiva contra o Poder Local democrático transferindo-lhe responsabilidades sem contrapartidas financeiras, quer fazer aprovar uma lei-quadro de Regionalização que procura centralizar ainda mais o poder, retirando a iniciativa às autarquias. A sua política externa é de capitulação aos interesses estrangeiros, e nem na CEE, onde estamos inseridos, o Governo acautela os interesses nacionais, como se vê, por exemplo, pela sua actuação em relação às pescas ou à agricultura.

Daí a importância e a urgência de se substituir este Governo e encontrar as formas de o conseguir. A primeira é a própria luta dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude, das mulheres, dos quadros, dos reformados, das populações, etc., «que não devem esperar que lhes caia de qualquer lado a satisfação das suas justas reivindicações», como sublinhou Álvaro Cunhal, e têm que intervir, que se organizar e lutar por aquilo que é justo para a resolução dos seus problemas. É uma luta que não pode ser apenas travada pelos dirigentes dos partidos ou pelos deputados na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu, ou pelos eleitos nas autarquias, que, sendo importante, não chega — trata-se de uma luta que tem de ser travada por todos, o que constitui uma grande direcção da



Líderes do PCP, PS, PRD e CDS reuniram-se no início da semana com o Primeiro-Ministro, com o ministro da Defesa e com o ministro dos Negócios Estrangeiros para analisar a crise do Golfo

## Necessário continuar os esforços de paz

Os líderes partidários com assento parlamentar reuniram-se na passada segunda-feira na residência oficial de S. Bento, para debater com o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e outros membros do Governo a crise do Golfo e o envolvimento de Portugal no conflito. À saída Álvaro Cunhal, presente no encontro fez a seguinte declaração à imprensa.

A reunião que acaba de realizar-se com o Primeiro-Ministro, ministro da Defesa e ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou que, como consequência da crise



Álvaro Cunhal falando aos jornalistas após o encontro

do Golfo, vivemos um momento particularmente grave da vida internacional e da vida do nosso país.

Tive ocasião de expressar ao Governo a posição do PCP. Posso resumir-la em quatro pontos referentes aos últimos desenvolvimentos:

1.º O PCP considera necessário continuar (sem desde já admitir que 15 de Janeiro é o extremo limite) os esforços para uma solução política e pacífica do conflito.

2.º A política do Governo tem arrastado Portugal para uma participação (embora com meios limitados) numa escalada movida designadamente pelos Estados Unidos que visa o isolamento da questão do Kuwait e o desencadeamento da guerra contra o Iraque.

3.º Portugal pode ser arrastado para uma guerra devastadora pela perda de vidas humanas e de bens materiais e de consequências incalculáveis sem que nenhum interesse nacional o possa justificar. O PCP alerta o povo português para esse perigo.

4.º O PCP considera que a atitude e actuação do Governo português deveriam orientar-se segundo duas ideias fundamentais: a busca de uma solução política ainda possível para o conflito e a recusa a qualquer participação na escalada militar designadamente ao envio de forças armadas portuguesas para a região.

Tive ainda ocasião de referir ao Governo que, para justa tranquilidade do povo português, seria de desejar da parte do Governo uma declaração formal de que Portugal não participará na guerra do Próximo Oriente se ela vier a desencadear-se.

PORTUGAL INDEPENDENTE

edições  
Avante!

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



## Vingança

O prof. Cavaco Silva houve por bem introduzir alguns comentários na actualidade política nacional, ora dominada pelas eleições presidenciais.

Fê-lo das forma mais adequada: adoptando o inconfundível e inolvidável estilo do almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás que, após ser colocado por Salazar em Belém, adquiriu (conforme ortograficamente se comprova) naturalidade anglo-saxónica e passou a ser o almirante Thomas.

O primeiro-ministro não se escusou a produzir pensamentos de rara densidade teórica e afirmou às gazetas que o inquiriam: «É uma eleição importante porque se vai escolher o mais alto magistrado da Nação.» E foi ao ponto de revelar: «Para a manutenção do clima de confiança também é importante o o Presidente da República». E, fulgurante, retirou conclusões deste dissertar: «É uma eleição importante e espero que os portugueses votem, escolhendo o Presidente da República que melhor serve os interesses do País na primeira parte da década de 90.»

Assim se verifica que o primeiro-ministro atravessa um período de grande fulgor intelectual e, para quem tenha dúvidas, os jornais fornecem ainda notícia de outras intervenções do prof. Cavaco Silva que, embora de pendor mais arborícola, se revestem igualmente de forte pujança analítica.

Desta feita, estava o primeiro-ministro a proceder à plantação de estacas de lódão-bastardo na serra de Carnaxide. O «Diário de Notícias» rodeia o acto de uma preciosa concisão quantitativa: «Cavaco Silva, aliás, não se limitou a plantar apenas uma árvore, mas várias, o que lhe permitiu andar pela serra cerca de uma hora.» Mas o que aqui interessa não é o esforço pedestre ou de jardinagem dispendido, mas antes o invólucro ideológico e de divulgação de que Cavaco Silva o rodeou. Disse o dirigente máximo do PSD:

«As árvores são fundamentais para a fixação das águas, consolidação dos solos, protecção contra a poluição sonora e criam ambientes agradáveis para recreio.» Uma pessoa medita - e espanta. Que capacidade de trabalho! Que vontade de estudo! Que atenção aos dossiers! Quantas horas tiradas ao sono, quantos alfarábios desfolhados, quantas sumidades consultadas para que semelhantes asserções possam ter sido produzidas! Como é possível num mesmo dia revelar que as eleições presidenciais são importantes e sintetizar que as árvores fixam as águas e seguram as terras! Estamos face a um espírito renascentista, a uma inteligência multifacética, a uma cultura enciclopédica, a um comunicador da mais pura água.

Mais. O primeiro-ministro não se quedou por estas incursões pela política, pela agronomia, pela geologia, pela ecologia, pela silvicultura, pela acústica: o seu pendor para os números igualmente se manifestou e, de cabeça, sem visível recurso a qualquer máquina de calcular ou tabuada, desvendou o seguinte número, ainda segundo o insuspeito «Diário de Notícias»: «Se cada português plantar uma árvore, até 1995 teremos mais dez milhões de árvores no nosso país!»

Assim! De caras! Multiplicando uma árvore por 10 milhões de habitantes, quantas árvores se obtêm? Perante o espanto envergonhado dos alunos da Escola 3 de Linda-a-Velha, o prof. Cavaco Silva respondeu sem titubear: dez milhões de árvores.

Mas o mais espantoso é que, voltando à campanha eleitoral, o primeiro-ministro a considerou «pouco esclarecedora». Ora é de elementar naturalidade supor que o primeiro-ministro deve entender que, pela sua parte, não incorre nas deficiências que imputa aos outros. Onde, deve considerar que, quanto a ele, é esclarecedor. O que, finalmente, permite concluir que a concepção do prof. Cavaco Silva sobre o que é esclarecedor se estampa nas alocações que faz e nas máximas que produz e de que possuímos agora mais os brilhantes exemplos citados.

E houve quem tentasse ridicularizar Américo Tomás quando ele declarou enfático, inaugurando o aeroporto de Faro, que «os aeroportos e os portos são os locais por onde entram e saem no País os aviões e os navios»... Thomas: estás vingado!

## Álvaro Cunhal em Avis

intervenção do PCP, ressaltou Álvaro Cunhal.

E também as eleições, que têm «um papel importante na nossa luta para que Portugal seja melhor, como diz a consigna da candidatura do nosso camarada Carlos Carvalhas».

### As diferenças destas eleições

Segundo Álvaro Cunhal, «estas eleições para a Presidência da República apresentam desde logo algumas diferenças em relação a eleições anteriores». Anteriormente surgiram candidaturas perigosas para o regime democrático, como a de Soares Carneiro e a de Freitas do Amaral, respectivamente em 1980 e 1986, atrás das quais se encontrava o PSD e a extrema-direita, e no caso das eleições de 1986 Freitas do Amaral obteve, na primeira volta, 46% dos votos — quase metade — contra os 25% de Mário Soares, surgindo o risco de uma vitória da direita, que se preparava para instaurar uma nova ditadura. Nessa altura o PCP decidiu apoiar Mário Soares para salvar a democracia, o que demonstrou grande consciência política dos militantes, apoiantes e eleitorado do PCP.

«Mas desta vez não há esse perigo» e a candidatura de Basílio Horta, apesar de

toda a farronca, não pode, sequer, supor que vai ganhar, o que constitui «uma diferença, e uma diferença importante, em relação às eleições anteriores».

Outra diferença assinalada por Álvaro Cunhal é o facto de estas eleições terem, praticamente, Mário Soares como vencedor antecipado, dados os apoios que conta por parte do PS, do PSD e outros, ao contrário das anteriores, onde não havia resultados assegurados antes dos actos eleitorais.

Em seguida recordou, em relação à candidatura de Carlos Carvalhas, que «não estamos na situação que nos permita ter a ilusão de que vamos ganhar as eleições», o que não impede que ela «tenha grande importância política não apenas para as eleições presidenciais em si, mas para o que vem depois», dando força e consciência aos trabalhadores portugueses sobre o que se tem de combater após as eleições presidenciais. E acrescentou: «compreende-se melhor a importância desta candidatura se, por um momento, pensássemos o que seria se não tivéssemos avançado com ela»: estava-se neste momento numa campanha de Mário Soares e de Basílio Horta com mais um ou outro candidato e não havia a voz e a presença do Partido Comunista junto das populações,

dos trabalhadores, do nosso povo, dos democratas «que dissesse qual era a situação e apontasse o caminho e os objectivos de uma viragem democrática no nosso país». Trata-se, por isso, de uma candidatura justificada e necessária cuja acção política vai para além do resultado das eleições e da votação do dia 13, ainda que essa votação seja importante.

### O porquê do voto em Carlos Carvalhas

Referiu em seguida o apelo feito por Mário Soares ao voto dos comunistas em zonas de forte implantação do PCP — e fazendo-o, «não como futuro Presidente de todos os portugueses, mas pronunciando-se sobre questões internas da vida do PCP, contra a direcção do PCP e aconselhando os militantes do Partido a porrem-se contra a sua direcção», o que configura uma campanha excessivamente partidária e contrária o seu pretensio posicionamento de não discriminar os outros partidos. A este respeito o Secretário-Geral do PCP recordou que estas eleições, para além das diferenças, já citadas, em relação às anteriores (nomeadamente à última, onde o voto em Mário Soares se tornou necessário para derrotar a direita), apresentam uma outra característica: o apoio genera-

lizado que a direita dá, hoje, à candidatura de Mário Soares, em cuja comissão de apoio estão altos dirigentes do PSD — e, alguns, dos mais exaltados propagandistas anticomunistas — tal como grandes capitalistas, dos que protagonizam actualmente a sanha restauracionista no nosso país, o que permite perguntar se a candidatura de Mário Soares, pretensamente mais próxima do Partido Socialista, não está, no fim de contas, «empalmada» pelo PSD e pela gente da direita. Tal como permite advertir que a candidatura de Mário Soares aponta, assim, para qualquer coisa parecida com o chamado «bloco central».

Daí não existirem muitas razões para se votar Mário Soares e, pelo contrário, haver toda a razão em votar em Carlos Carvalhas, por parte de todos aqueles que querem uma alternativa democrática no nosso país.

Dado tratar-se de uma sessão de esclarecimento, Álvaro Cunhal respondeu ainda a diversas questões colocadas pelos presentes, nomeadamente sobre Macau, a crise do Golfo, as responsabilidades de Mário Soares e do PS na destruição da Reforma Agrária, as afirmações pretensamente anti-Soares de João Jardim e a desastrosa política do Governo em relação à juventude.

## Comício em Campo Maior

O salão dos Bombeiros de Campo Maior, no Distrito de Portalegre, encheu-se de gente animada, na noite do passado sábado, para participar num comício com Álvaro Cunhal, e quando dizemos animada utilizamos literalmente o termo, numa nota de reportagem que começa no diálogo bem disposto travado entre a assistência e o orador, no início da sua intervenção, para acertar o volume do som ao microfone, às flores que fecharam em festa a iniciativa, passando pelos calorosos aplausos que foram pontuando as palavras do secretário-geral do PCP. Na mesa do comício estavam Casimiro Menezes, mandatário distrital da candidatura de Carlos Carvalhas, Leonor Xavier, da Direcção Regional de Portalegre do PCP (am-

bos já haviam estado na sessão de esclarecimento de Avis, realizada horas antes), o mandatário concelhio Fernando Azinhais, Luís Roque, deputado à Assembleia da República, Alexandre, da Direcção Regional do PCP, os dois vereadores da CDU em Campo Maior, Rui Vieira e João Martins, diversos membros da Comissão Concelhia do PCP (A. J. Gonçalves, P. Negrata, F. Pinheiro, M. Azinhais, F. Alhorão, Fausta Moreira e Manuel Fortalezas) e representantes do UCP's, organização de Mulheres, pequenos agricultores e reformados, respectivamente Luís Sabino, Aline Mourato, José Cela e Peralta.

A questão da mobilização do eleitorado para uma boa votação em Carlos Carvalhas



foi o primeiro tema abordado por Álvaro Cunhal, enquadrando-a na importância que tem a candidatura comunista quer nesta campanha eleitoral, quer na luta subsequente pela formação de um Governo democrático que arrede a direita do poder, descrevendo

em seguida a intensa campanha política desenvolvida pela candidatura do PCP nestas eleições — e que, notoriamente, não tem paralelo em qualquer das campanhas dos outros candidatos. E a questão não é apenas de quantidade, mas sobretudo



PCP

## De Casebres ao Cercal passando por Grândola e Sines

# Confiança em terras do Sul

de singularidade, digamos assim, pois a candidatura de Carlos Carvalhas tem proporcionado aos democratas e ao povo português apreciar uma intervenção eleitoral também ela sem paralelo, onde a voz e a presença do PCP têm analisado a situação política destas eleições e demonstrado a urgência de se começar já a construir a possibilidade de uma viragem democrática no nosso país.

Daí, como tem sido afirmado, a candidatura de Carlos Carvalhas ter um papel e uma acção política que transcendem o resultado das eleições e a votação do próximo dia 13. Neste tempo de campanha pensa-se também noutra coisa muito importante: «como podemos substituir este Governo? Como podemos acabar com a política de direita no nosso país? Como podemos substituir o Governo do PSD/Cavaco Silva por um Governo que resolva os problemas do nosso povo e não prossiga esta política de destruição das conquistas democráticas do nosso país?»

A caracterização da gravosa política de direita prosseguida pelo executivo de Cavaco Silva seria, aliás, abordada com algum pormenor pelo orador, que enunciou os seus efeitos desastrosos nos planos económicos, social, cultural, etc., afectando a generalidade dos portugueses, alienando os interesses nacionais e comprometendo o futuro do País. Particularizando esses efeitos na zona do Alentejo, Álvaro Cunhal sublinhou as consequências que já estão à vista nesta importante região do País: extinção de 50 000 postos de trabalho, desertificação humana, emigração em massa, encerramento de escolas, definhamento económico.

Finalmente Álvaro Cunhal definiu o tipo de candidaturas que se apresentam a estas eleições, recordando que não existe, neste momento (e como em anteriores escrutínios presidenciais), o perigo de uma vitória da candidatura da direita protagonizada por Basílio Horta, dada a sua frágil posição perante o próprio eleitorado da direita. Essa, hoje, está esmagadoramente com Mário Soares, o que é significativo e não abre grandes expectativas quanto à possibilidade de uma viragem democrática na governação. Daí a importância redobrada do voto em Carlos Carvalhas, para o reforço da luta por uma alternativa democrática no nosso país.

A acção do PCP não termina a 13 de Dezembro, lembrou Álvaro Cunhal, no passado domingo, nas intervenções que proferiu no distrito de Setúbal. O secretário-geral do Partido esteve em **Casebres** (freguesia de São Martinho, concelho de Alcácer do Sal), **Grândola**, **Sines** e **Cercal do Alentejo**, (concelho de Santiago do Cacém), no sul do distrito, zona de forte implantação do PCP e da CDU.

A importância do voto em Carlos Carvalhas, as grandes diferenças da situação entre estas eleições e as de 86 (desta vez «não há o perigo da direita revanchista»), a resposta dinâmica de todo o Partido às tarefas deste novo ano e alguns aspectos marcantes da campanha eleitoral das Presidenciais (da arrogância de Basílio à composição da comissão de honra de Soares, onde pontificam nomes como Casqueiro, Cadihe, Pacheco

Pereira, Ângelo Correia, Belmiro de Azevedo e outros) foram temas desenvolvidos nos improvisos de Álvaro Cunhal nas quatro iniciativas da sua agenda de domingo.

O programa começou em **Casebres**: bandeiras da candidatura de Carlos Carvalhas, música e aquele abraço, numa localidade onde certamente o candidato comunista «vai ganhar no domingo». Depois do animado almoço-convívio na Casa do Povo, realizou-se um

comício com uma camioneta transformada em tribuna.

Das grandes transformações do 25 de Abril, da nova vida que o País conheceu com a Revolução dos Cravos, da evolução da situação política e social, da ofensiva contra a Reforma Agrária («que aqui a população de Casebres bem conhece»), das grandes questões de actualidade que «interessam a todo o Povo» — de tudo isto, em traços rápidos, falou o secretário-geral do Partido que, comentaria mais adiante: «**Não é indiferente estar em Belém quem defenda ou não a legalidade constitucional**» sublinhando, de seguida, o prestígio e a clareza da voz do PCP neste momento da vida política do País.

Durante a sua passagem

por Casebres, Álvaro Cunhal foi acompanhado por **Manuel Sobral**, membro da Comissão Executiva Nacional e responsável da DORS, **António Casarrinha**, do CC, elementos da Direcção Regional, da Concelhia local e da Comissão de Freguesia de São Martinho. Também presentes **Graciete Baião**, presidente da Câmara Municipal de Alcácer, e **João Luís Marques**, presidente da JF de São Martinho, para além de outros eleitos do Poder Local e ainda de **Libertino Balona**, da Direcção da Cooperativa Agrícola de Casebres.

De terras de Alcácer, o dirigente comunista viajou para o concelho vizinho de **Grândola**. Aí, uma casa cheia aguardava as suas palavras. A cunha, o salão da Cooperativa de consumo, bem localizada e com extraordinárias instalações, aplaudiria energicamente o secretário-geral do PCP quando este se referiu à intensa e responsável intervenção do PCP nas mais variadas frentes: na luta de massas, na Assembleia da República, no movimento sindical, no Poder Local democrático, com a candidatura de Carlos Carvalhas, etc.

No período de perguntas e respostas o camarada Álvaro Cunhal comentaria no essencial as três questões colocadas pela assistência: **crise do Golfo, caso Melancia e legislativas**.

O secretário-geral do PCP lembraria as posições do Partido sobre aquele tema internacional, sublinhando a condenação da invasão do Kuwait pelo Iraque, a necessidade urgente dum esforço de paz e de diálogo, os erros e as consequências desastrosas dum envolvimento português (que outros partidos parecem desejarem), a complexidade da situação naquela zona do globo, a causa palestiniana, o papel agressor de Israel e do imperialismo, os casos das invasões pelas forças norte-americanas de Granada e do Panamá, entre outras questões.

### A oportunidade

As legislativas são a oportunidade institucional para tirar a maior parte à direita

e ao PSD, criando a possibilidade de uma alternativa democrática, acentuaria Álvaro Cunhal em Grândola. Ainda a propósito dessa batalha eleitoral, avançou três objectivos essenciais, profundamente relacionados entre si: além de retirar a maioria ao PSD, a necessidade da convergência dos democratas para uma solução governativa e a presença na Assembleia da República dum PCP forte.

A caravana que chegou a Grândola e que se dirigiu também para esta sessão do Partido incluía elementos da vereação municipal, caso dos presidentes da CM e da AM, respectivamente **Matos Gago** e **Figueira Mendes** (este último presidiu à sessão), e os presidentes das JFs de Melides e de Grândola, respectivamente **António Pedro** e **Maria Júlia Brotas**.

**Sines** e **Cercal do Alentejo** seriam os outros dois objectivos da deslocação de Álvaro Cunhal. Na localidade piscatória o convívio teve lugar no Salão do Povo, onde não faltou um lanche reconfortante, num ambiente de confraternização e amizade. Nomes conhecidos no concelho, com destaque para os responsáveis do Poder Local, marcaram presença nesta iniciativa, a começar pelo presidente do Município, **Francisco Pacheco**, que diria algumas palavras de apreço pela candidatura de Carlos Carvalhas, seguindo-se a intervenção de Álvaro Cunhal.

O último momento do programa de domingo não podia acabar de melhor forma: com um grande convívio, participado por largas centenas de pessoas, nas instalações dos Bombeiros de Cercal do Alentejo. Aqui, o secretário-geral do PCP revelaria que «aqui e além aparecem socialistas a dizer que Carvalhas terá o seu voto no dia 13».

Entre os presentes, para além dos camaradas da Direcção Regional que acompanharam todo o programa da visita, encontravam-se os presidentes da CM de **Santiago do Cacém** e da JF do **Cercal**, respectivamente **Ramiro Beja** e **José Rocha**.



Em Casebres, após o almoço-convívio



Casebres (Alcácer do Sal): juventude presente



Cercal do Alentejo (Santiago do Cacém)



Grândola: sala cheia para uma sessão de esclarecimento



O encontro com o secretário-geral do PCP em Sines teve lugar no Salão do Povo

PCP

# • Em debate com Álvaro Cunhal

## Os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores

Camaradas:

Como bem o demonstram as intervenções dos camaradas e a riquíssima informação que aqui trouxeram, o debate que acabamos de realizar tem plena actualidade.

Como foi sublinhado, não há qualquer razão para estranhar que, encontrando-nos em plena campanha para as eleições presidenciais, estejamos realizando esta iniciativa, como se têm realizado e continuarão muito justamente a realizar-se as mais variadas iniciativas relativas aos grandes problemas nacionais.

É que a nossa campanha para as presidenciais não é uma campanha como as outras. Não é, como a de Mário Soares, uma campanha de incoerência e de promiscuidade política. Não é como a de Basílio Horta a campanha da agressividade e da intolerância a lembrar o antigamente. A campanha de Carlos Carvalhas desenvolve-se examinando os mais importantes problemas nacionais e adiando as propostas do PCP para a sua solução. Desenvolve-se em inteira sintonia com numerosíssimas outras iniciativas do Partido sobre os mais variados temas, incluindo as magníficas assembleias de organização que se têm realizado de norte a sul do País, de que é exemplo a Assembleia da Organização Regional de Lisboa.

A nossa campanha para as presidenciais é uma campanha com objectivo político bem definido e anunciado. Tem como objectivo essencial levar ao povo a mensagem do nosso Partido, ganhar a compreensão e apoio para a necessidade de uma alternativa democrática ao Governo de direita, e **criar assim novas forças e energias para a luta que continua para além das eleições presidenciais.**

Dá a plena oportunidade do debate que acabamos de realizar sobre os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores. Sem qualquer dúvida, é um dos problemas centrais no momento actual da vida portuguesa.

### O 25 de Abril as conquistas dos trabalhadores e a Constituição

O tema deste nosso debate — os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores — abordando problemas de interesse vital e imediato para os trabalhadores, conduz-nos simultaneamente a aspectos essenciais da vida nacional, da sociedade portuguesa, do sistema económico e do regime político.

Passam já 16 anos depois do 25 de Abril. As gerações mais novas não têm memória directa das condições de trabalho e de vida a que o fascismo e o grande capital apoiado no fascismo, sujeitava os trabalhadores.

Há que lembrar que direitos e liberdades elementares eram negados e formas de exploração eram impostas pela força, pela repressão, por prisões, torturas, condenações, assassinatos. Mas há que lembrar também que, ao longo dos 48 anos de ditadura, os trabalhadores resistiram à exploração e à repressão facista, lutaram heroicamente e muitas vezes com sucesso em defesa dos seus interesses e direitos.

Essa luta foi finalmente coroada pelo derrubamento da ditadura fascista pela grande vitória revolucionária que para os trabalhadores significou o 25 de Abril.

As forças reacţionárias e os oportunistas de todos os matizes procuram fazer esquecer o que o 25 de Abril significou para os trabalhadores. Mas os trabalhadores sabem o muito que conquistaram com o 25 de Abril. Não apenas a liberdade política em geral, mas direitos e liberdades fundamentais de natureza de classe.

Conquistaram esses direitos e liberdades em luta aberta contra os seus exploradores, contra o grande patronato e as forças reacţionárias que vinham do fascismo, contra partidos que tendo o socialismo na boca tinham o capitalismo na ideia, contra as forças políticas que vitoriano em palavras o 25 de Abril queriam que derrubada a ditadura continuasse o capitalismo monopolista.

Conquistaram esses direitos e liberdades com a sua luta, com a sua força organizada, com a sua determinação.

Conquistaram esses direitos e liberdades porque dispunham de um grande e poderoso movimento sindical unitário: a CGTP-Intersindical Nacional e tinham consigo o nosso Partido revolucionário, partido dos trabalhadores.

No nosso debate aqui hoje realizado foi justamente salientado, como um acontecimento histórico de alto significado, que com a revolução de Abril direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores tenham sido explicitamente reconhecidos na Constituição de República Portuguesa.

Foi justamente dado relevo às disposições da Constituição nesta matéria. Ao facto de que a Constituição consagra explicitamente o direito ao trabalho (art.º 58); o direito à segurança no emprego com a proibição dos despedimentos sem justa causa (art.º 53); o direito de contratação colectiva pelas associações sindicais (art.º 56); o direito à retribuição do trabalho, segundo o princípio de que para trabalho igual salário igual e de forma a garantir uma existência condigna (art.º 59); o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes (id.); o direito ao repouso, aos lazeres e um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias

pagas (id.); o direito à criação de comissões de trabalhadores e à intervenção democrática na vida da empresa (art.º 54); o direito à greve com proibição do «lock-out» (art.º 57).

Grandes conquistas dos trabalhadores que a política de direita e o processo contra-revolucionário estão liquidando.

Ao lembrarmos as liberdades e direitos alcançados pelos trabalhadores com a revolução de Abril e consagrados na Constituição, e ao confrontarmos com a situação actual temos uma ideia da extrema gravidade para os trabalhadores do processo contra-revolucionário, da brutal política antiope-rária e antidemocrática dos governos de direita, designadamente do Governo do PSD de Cavaco Silva.

O que é extraordinário é que possa ainda haver trabalhadores que votem no PSD e noutros partidos que têm sido cúmplices da direita na sua política de afrontamento e liquidação de liberdades e direitos vitais dos trabalhadores.

Na campanha eleitoral para as presidenciais e na previsão da campanha para as eleições legislativas de 1991, é particularmente apropriada a temática deste nosso debate, pois entre muitas outras motivações, o esclarecimento desta problemática poderá além do mais determinar o sentido do voto.

### Um auto de acusação irrefutável

A verdade que resulta dos factos largamente apontados e analisados neste nosso debate é que **há direitos, há liberdades, há garantias fundamentais dos trabalhadores que são já em larga medida letra morta nas relações de trabalho e na vida social e política do País.**

Não se trata de situações resultantes de causas objectivas. Trata-se da política deliberada da direita, de situações impostas pelo Governo como linhas essenciais da sua política.

Todos os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores assegurados na Constituição são ultrapassados por leis, despachos, decisões, medidas, que frontalmente os desrespeitam e liquidam.

O inventário a que procedeu este debate dos atropelos e violações dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, constitui por si só um **irrefutável auto de acusação à política do Governo PSD de Cavaco Silva e à política de direita em geral.**

Encerramento, reestruturação ou transferência de empresas ou de secções, despedimentos, desemprego de longa duração, pressões para rescisão dos contratos, reformas antecipadas, generalização de contratos a prazo, trabalho à hora, à peça e à tarefa, subempregadas, tarefeiros, empresas de aluguer de mão-de-obra, recibo verde, trabalho clandestino, — é um rol aterrador mostrando a efectiva liquidação dos direitos ao trabalho e à segurança no emprego e à contratação colectiva.

Tectos salariais inferiores à taxa de inflação, diminuição dos salários reais, salários em atraso, alargamento dos horários de trabalho, horas extraordinárias não pagas, trabalho nas horas de descanso e das refeições, intensificação dos ritmos de trabalho, jornadas de trabalho coercitivas, falta de condições de higiene e de segurança, aumento dos acidentes de trabalho, carências de habitação e transporte — outro rol aterrador de situações, mostrando a efectiva liquidação do direito à retribuição do trabalho em condições que garantam uma vida condigna e à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes.

Proibição de actividades sindicais e das Comissões de Trabalhadores em centenas de empresas, perseguições, processos disciplinares, castigos e despedimentos dos activistas, agressões físicas, chantagem, coacção e ameaças para forçar à aceitação de condições ilegais de trabalho e de revisão de contratos, promoção de sindicatos e elementos divisionistas — eis outro rol de situações mostrando o **desrespeito de direitos e liberdades fundamentais e organização e actividade sindical.**

Pagamento de salários inferiores por trabalho igual, preterição nas promoções e carreiras profissionais, despedimentos selectivos, coacção sexual — outro rol de **discriminações em relação às mulheres**, ferindo o seu direito à igualdade.

Dificuldades gerais de admissão no primeiro emprego. Generalização da precariedade do emprego, ineficácia da formação profissional, desprezo pelos trabalhadores-estudantes, insucesso escolar, *numerus clausus*, sistema de ensino marcado pelo desfazamento em relação às necessidades da economia e da sociedade — outro rol de **discriminações em relação à juventude**, que o Governo constantemente louva, mas cujos problemas não resolve.

É significativo que o Governo e as confederações patronais tenham pretendido conseguir através do Acordo Económico e Social a aceitação pelos trabalhadores da liquidação de alguns dos seus direitos e liberdades fundamentais, o que levou muito justamente a CGTP a recusar a assinatura e confirmou, com a assinatura da UGT, o papel que dirigentes da UGT associados ao governo de direita e às grandes confederações patronais desempenham contra os trabalhadores.

É igualmente significativo que o Governo pretenda agora com um novo pacote laboral transformar em lei normas e princípios (como os dos despedimentos por «inadaptação», a cessação de funções por «quebra de confiança», a jornada de

trabalho contada pelo «tempo efectivo» de trabalho, uma falsa e arbitrária arbitragem dos conflitos) que levaram a CGTP a recusar a sua assinatura.

**A natureza de classe da política do Governo do PSD revela-se bem no contraste entre a limitação e liquidação dos direitos dos trabalhadores e no alargamento e reforço dos direitos dos capitalistas.**

**A política do Governo de direita comporta dois conceitos complementares e inseparáveis: precariedade crescente dos direitos dos trabalhadores e a perenidade reforçada do direito dos grandes detentores dos meios de produção.**

É uma política que tem como orientação não a atenuação mas o aprofundamento e o agravamento das desigualdades sociais.

É uma política que por si justifica inteiramente que os trabalhadores, o povo em geral, os democratas, lutem pela substituição do Governo de Cavaco Silva e pela formação de um Governo democrático que respeite e faça respeitar os direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.

### A restauração do capitalismo monopolista contra as liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores

Ao examinar-se a política do Governo do PSD relativa aos direitos e liberdades dos trabalhadores é indispensável relacionar tal política com os objectivos estratégicos do Governo relativamente à organização económica e ao próprio regime democrático.

A reestruturação e restauração dos grupos monopolistas, implica o aumento dos lucros e a aceleração da centralização e concentração de capitais. Mesmo sob o ponto de vista estritamente económico (sem considerar portanto a política social) tal processo exige o agravamento da exploração dos trabalhadores que se traduz necessariamente nesse monstruoso inventário feito no nosso encontro de situações, princípios e medidas contrários aos direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.

**Existe uma conexão orgânica e visceral entre a restauração monopolista, e nomeadamente das privatizações, e a liquidação de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.**

Ou seja:

**A limitação e liquidação de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores é um elemento integrante da política de reestruturação e restauração dos grupos económicos monopolistas de restauração do capitalismo monopolista.**

É inteiramente coerente a posição do nosso Partido ao lutar por um lado contra o agravamento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, defendendo os seus direitos e liberdades; e ao lutar por outro lado contra as privatizações e a restauração do capitalismo monopolista e dos latifúndios, defendendo um Sector Empresarial do Estado dinâmico e moderno nos sectores e empresas estratégicos da nossa economia e defendendo igualmente a reforma agrária.

E pode também considerar-se como coerente que em posição inversa da do nosso Partido, o PS por um lado proponha na Assembleia da República que por motivo das nacionalizações de 1975/76 seja apressado o pagamento de indemnizações aos grandes capitalistas do tempo do fascismo e que estes possam utilizar os títulos de indemnização para comprar empresas públicas postas em leilão no processo de privatizações, e por outro lado declare o seu apoio ao Acordo Económico e Social, assinado pela UGT, apesar de que esse Acordo estabelece princípios que violam brutalmente direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Que os trabalhadores reflectam sobre esta diferença de posições e orientações. E que tirem da sua reflexão as conclusões necessárias.

### Duas palavras sobre a realidade e a teoria

Falamos da realidade. São porém também oportunas algumas palavras sobre a teoria.

O tratamento do tema deste nosso debate examinando com objectividade alguns dos mais graves problemas da actualidade e o seu significado na política nacional contém em si concepções teóricas que revelam e explicam fenómenos e processos económicos fundamentais da sociedade capitalista.

Qual a razão por que são tão gravemente limitados os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores? A razão reside na necessidade objectiva, para a acumulação capitalista, de aumentar a mais-valia que os trabalhadores produzem e de que os capitalistas se apropriam sob a forma de lucro.

Qual a razão por que o Governo é o autor e agente da imposição dessas limitações e desses atropelos? A razão reside no facto de que o Governo não é neutro em relação às

PCP

contradições e conflitos de classe, antes é um Governo dos capitalistas e dos grandes agrários, um Governo cuja política é uma política concebida e praticada tendo como fio condutor básico a defesa dos interesses do capital e da sociedade capitalista.

Vemos assim, camaradas, que a análise da realidade portuguesa, análise objectiva dos factos, basta para desmentir certas teorizações hoje tanto em voga acerca da democratização do capitalismo, da inexistência da exploração, do desaparecimento do conflito antagónico entre o capital e a classe operária, do desaparecimento da luta de classes.

Assim, camaradas, a análise da temática deste nosso debate conduz-nos directamente a conceitos fundamentais acerca do sistema económico, da natureza do poder político e do Estado, da profundidade das contradições, conflitos e lutas de classes. Ou seja: **verificamos, na nossa análise e nas nossas conclusões objectivas e rigorosas, a confirmação do rigor e validade de princípios do marxismo-leninismo relativos à sociedade capitalista** que alguns proclamam caducos, anacrónicos e ultrapassados, e que afinal aí estão a confirmar-se na própria vida.

**Os direitos dos trabalhadores elemento integrante da democracia política**

Os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores têm ainda de considerar-se sob um aspecto não menos importante: no quadro dos direitos e liberdades democráticas, ou seja, como parte integrante e constitutiva da democracia política e do regime democrático em geral.

A própria Constituição, no art.º 288 alínea e), indicando os direitos dos trabalhadores entre os «limites materiais da revisão constitucional», estabelece que esses direitos não têm uma existência conjuntural, ao sabor da política dos governantes, mas são um elemento constitutivo da ordem democrática.

A brutal ofensiva do Governo contra os direitos e liberdades dos trabalhadores é um aspecto da ofensiva contra a democracia política e a defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores é um aspecto da defesa da democracia.

É um bom critério para ajuizar das posições e atitudes democráticas ou antidemocráticas dos governos e dos partidos as posições e atitudes que assumem em relação aos direitos e liberdades dos trabalhadores.

Como podem os trabalhadores considerar comp defensores da democracia aqueles que decidem ou que apoiam as monstruosas mutilações de muitos dos seus direitos e liberdades fundamentais conforme largamente foi exposto no nosso debate?

**A luta por objectivos imediatos e a luta por uma alternativa democrática**

A realização deste debate não tem apenas como objectivo proceder ao inventário e ao exame das limitações e atropelos relativos aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e caracterizar o seu significado na situação política actual.

A atitude do nosso Partido não se limita a conhecer e a denunciar a política do Governo, mas a esclarecer o povo e a promover e organizar a luta contra ela, como vários camaradas mostraram exemplos concretos neste nosso debate.

A gravidade da situação relativa aos direitos e liberdades dos trabalhadores e as ameaças ainda mais graves que contém o projecto do Governo de novo «pacote laboral», coloca este problema como um dos principais objectivos da luta nos tempos próximos.

Luta na qual cabe papel primacial às organizações sindicais e às comissões de trabalhadores. Luta na qual (como o debate mostrou) o nosso Partido está intervindo a intervindo activamente, quer na sua acção política geral, quer através dos seus militantes nas organizações unitárias, pela sua acção institucional, designadamente na Assembleia da República.

É oportuno referir que o Grupo Parlamentar do nosso Partido, só na presente legislatura, apresentou cerca de 20 projectos de lei relativos aos direitos e liberdades dos trabalhadores, designadamente sobre a redução da duração semanal do horário de trabalho para as 40 horas, sobre a actualização do salário mínimo nacional e dos valores das pensões, sobre o direito de participação no sistema de segurança social, sobre o combate à exploração do trabalho infantil, sobre a discriminação salarial dos jovens, sobre o regime jurídico dos contratos de trabalho a bordo das embarcações de pesca, sobre as discriminações relativas aos representantes eleitos dos trabalhadores, sobre o direito à sindicalização e à contratação colectiva dos trabalhadores no domicílio, sobre o direito de associação sindical pelos profissionais da PSP, e outros.

Também de referir a apresentação pelo nosso Grupo Parlamentar do pedido de declaração de inconstitucionalidade do «pacote laboral» (Lei dos Despedimentos).

A gravidade da situação impõe que a luta se intensifique. Mas **objectivos concretos e imediatos da luta sobre tal ou tal situação ou problema, não podem fazer esquecer objectivos políticos centrais num momento dado.**

A luta tem de desenvolver-se na defesa, no concreto, dos direitos e liberdades dos trabalhadores. Tem de desenvolver-se em cada sindicato e em cada empresa. Tem de intensificar-se para impedir que vá por diante o pacote laboral. Mas é necessário desenvolver nos trabalhadores a consciência de que, embora podendo alcançar importantes vitórias parciais na sua luta, só poderão assegurar de facto e duradouramente os seus direitos e liberdades pondo fim



à política de direita e provocando uma viragem democrática na política portuguesa.

Por outras palavras. Insistindo na luta com objectivos concretos e imediatos, temos de fazer confluír todas as direcções da nossa actividade para um objectivo central na situação política presente: pôr fim ao Governo do PSD e à política de direita e alcançar uma alternativa democrática.

Muito justamente foi salientado que esta circunstância confere ainda maior gravidade à política do Governo do PSD de Cavaco Silva. O debate deu novas achegas às provas esmagadoras dos factos de que em relação aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, tal como em relação ao Sector Empresarial do Estado, à restauração dos grupos monopolistas, à reforma agrária, ao poder local democrático, o Governo está levando a cabo a destruição de muitas das principais conquistas democráticas do nosso povo, está levando a cabo a subversão do regime democrático. Isto é: a política do Governo do PSD é uma política de afrontamento à legalidade, uma política basilarmente anticonstitucional, uma política que por esse facto retira ao PSD a legitimidade de governar.

Após as eleições de 1987 e a maioria absoluta de deputados que o PSD alcançou, nunca negámos ao PSD a legitimidade institucional para governar. Uma vitória eleitoral alcançada com uma Constituição em vigor obriga porém qualquer governo a respeitá-la e de nenhuma forma autoriza um governo a governar contra a Constituição. Governando em afrontamento aberto com a Constituição e a legalidade o Governo PSD perde por sua própria acção não apenas a legitimidade política, mas também a legitimidade institucional.

Estas circunstâncias dão reforçada razão à exigência da substituição do Governo e à formação de um Governo democrático que, entre outros objectivos, insira no seu programa a garantia dos direitos e liberdades dos trabalhadores.

**As eleições presidenciais e a luta por uma alternativa**

É neste contexto da situação política que se realizam as próximas eleições presidenciais e que se desenvolve a campanha do candidato do nosso Partido, a campanha de Carlos Carvalhas.

Como o nosso Partido tem sublinhado, as próximas eleições presidenciais apresentam importantes traços distintivos das eleições presidenciais anteriores.

Ao contrário das eleições presidenciais anteriores (em que avançaram as candidaturas revanchistas de Soares Carneiro e Freitas do Amaral), os partidos da direita (PSD e CDS) enfraquecidos na sua influência foram incapazes de apresentar um candidato em condições de pretender com credibilidade ganhar as eleições.

Basilio Horta, que com a sua arrogância grosseira e primária lembra o tempo da ditadura fascistas chamará a si e ao CDS os votos de uma parte da direita que apesar de tudo não confia muito em Soares. Mas passadas as eleições possivelmente a memória da sua candidatura não ficará tanto pelos votos que venha a obter como pelo burlesco da linguagem e estilo do antigamente de um candidato a presidente no Portugal democrático nascido do 25 de Abril.

Quanto à candidatura de Mário Soares, o apoio que o PSD, Cavaco Silva e o Governo lhe dão, a participação activa de dirigentes e militantes seus na Comissão de Honra, nos serviços e na campanha, o apagamento do PS, repetidos elogios que Soares faz à direita, tornam Soares o candidato apoiado pelo grosso das forças de direita e tornam extremamente equívoca a imagem democrática da candidatura, mas, apesar de tudo isso e ao contrário de eleições presidenciais anteriores, a vitória previsível de Mário Soares não acarreta o perigo de subversão do regime democrático.

Não acarreta o perigo da subversão do regime democrático, mas tão-pouco abre a perspectiva clara de empenhamento, no exercício estrito das funções presidenciais, para uma alternativa à política de direita antidemocrática e anticonstitucional, antes aponta no sentido de uma nova solução do tipo do «bloco central».

Como pode gente de esquerda, mesmo gente que se diz

comunista, colaborar ombro com ombro na Comissão de Honra e noutras estruturas responsáveis da candidatura, ao lado de destacados dirigentes da direita como Ângelo Correia, Capucho, Mota Amaral e Balsemão, ao lado de exaltados propagandistas anticomunistas como Pacheco Pereira e Silva Marques, ao lado de pessoas com cadastro governamental como Miguel Cadilhe, de demagogos da agricultura como José Manuel Casqueiro, e de grandes capitalistas dos novos grupos monopolistas em formação como Amorim e Belmiro de Azevedo?

Em tais companhias, como podem democratas, como podem homens de esquerda, apoiar e votar em consciência em Mário Soares?

Camaradas:

A verdade é que (como recentemente sublinhou o Comité Central) «a candidatura do PCP — a candidatura de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP — distingue-se das outras candidaturas pelas suas propostas de revalorização democrática da função presidencial, pela defesa de um projecto de democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, por uma firme adesão aos princípios e valores constitucionais, pela defesa de um Portugal independente e soberano, pela sua vinculação ao objectivo da convergência das forças democráticas, por uma mensagem de verdade, rigor e empenho na superação dos graves atrasos, carências e injustiças sociais que marcam a sociedade portuguesa».

Há que sublinhar que a nossa candidatura e a nossa campanha eleitoral é essencialmente uma forma de intervir na batalha política e preparar as batalhas políticas além das eleições presidenciais para ulteriormente se assegurar a derrota do Governo, a substituição do Governo e uma alternativa democrática para a qual as eleições para a Assembleia da República a realizar também este ano oferecem uma grande oportunidade.

A campanha de Carlos Carvalhas tem-se associado e conjugado estreitamente com todas as outras grandes direcções da actividade partidária: a movimentação social, a acção na Assembleia da República, nas autarquias e no Parlamento Europeu, as iniciativas políticas mais variadas de que é exemplo este nosso debate, as assembleias das organizações e outras iniciativas que significa um importante reforço do Partido.

Assim se está criando uma intensa dinâmica da actividade partidária que não termina em 13 de Janeiro com as eleições presidenciais, antes prosseguirá intensamente para além das presidenciais tendo na mira as eleições legislativas.

**O voto em Carlos Carvalhas o voto na luta que continua**

Assim, como o nosso Partido tem esclarecido, o resultado político da nossa campanha sobrelevará necessariamente o resultado eleitoral, uma vez que, pela disposição e arrumação das forças, o resultado final está praticamente decidido e uma vez também que será praticamente impossível nestas eleições fazer a contagem dos votos dos partidos.

Isto não significa porém que não tenha importância a votação. É absolutamente necessário que intensifiquemos a campanha no sentido de ganhar aqueles que concordam com a candidatura de Carlos Carvalhas e não faltarem no dia 13 com o seu voto.

O candidato Mário Soares anda agora a fazer apelo ao voto dos comunistas.

Numa localidade lembrou o voto que em 1986 os comunistas lhe deram na segunda volta dizendo que tal como então também agora há razões para votar nele.

Vê-se que o candidato Mário Soares, esquece alguns importantes acontecimentos. Esquece que em 1986 na 1.ª volta o candidato da direita revanchista Freitas do Amaral alcançou 46% dos votos e ele, Mário Soares alcançou apenas 25%. Esquece que surgiu assim o perigo imediato de uma vitória da direita que com a sua dinâmica significava uma ameaça iminente para o regime democrático. Esquece que o PCP não apoiou nem a sua candidatura nem o seu programa, e que o seu voto não foi tanto por desejar que Mário Soares ganhasse mas porque tinham consciência de que era imperioso que Freitas perdesse. Esquece assim que o apelo do PCP ao voto em Soares impedindo a vitória da direita deu uma contribuição decisiva para salvar a democracia ameaçada. E esquece que a situação é outra nas próximas eleições presidenciais.

Ao que ele diz, podemos nós replicar: **não há nenhuma razão para que comunistas votem desta vez em Mário Soares. Há sim razões de sobra para que socialistas votem desta vez em Carlos Carvalhas.**

O voto em Carlos Carvalhas é o voto na mais consequente candidatura democrática. É o voto na candidatura transparente que se apresenta ao eleitorado com a exactidão do seu projecto, a verdade das palavras e a certeza da conduta. É o voto numa candidatura que propõe ao povo as soluções dos seus mais graves problemas. É o voto numa candidatura cuja intervenção nas eleições presidenciais prepara as batalhas que se seguirão na defesa dos trabalhadores e do povo em geral, da liberdade, do progresso social, da independência nacional e da paz.

É o voto numa candidatura cuja acção se projecta no futuro.

O voto em Carlos Carvalhas é o voto na luta que continua!

**Viva a unidade dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, liberdades e garantias!**

**Viva a convergência dos democratas para uma alternativa à direita!**

**Viva o Partido Comunista Português!**

PCP



## Metalúrgicos de Braga

### Um comentário realista à situação no sector

O patronato tudo tem feito para limitar a livre organização e desenvolvimento da actividade sindical — sublinha o Comité dos Metalúrgicos de Braga do PCP. Nos finais de 90 aquela organização realizou a sua 3.ª Assembleia, onde fez um balanço dos «vários problemas que afectam os trabalhadores e o sector». Hoje, neste primeiro mês do novo ano de 1991 a análise desenvolvida naquela Assembleia mantém viva actualidade, como o comprova o breve apontamento que o Comité dos Metalúrgicos de Braga fez chegar à redacção do «Avante!»

É notória a inoperacionalidade da Inspeção de Trabalho: nos 43 pedidos de intervenção, em 1990, para garantir o exercício dos direitos, na maioria dos casos não solucionou os problemas.

O Governo PSD/Cavaco Silva e o patronato têm vindo a agravar as condições de vida e de trabalho dos metalúrgicos. A contratação colectiva tem sido objecto de boicote. Não fosse a abnegada luta dos trabalhadores, a situação hoje seria ainda bem mais grave.

A higiene, segurança e medicina no trabalho sofreu, nos últimos anos, as consequências nefastas da instabilidade e insegurança que caracterizou o dia-a-dia das empresas.

Apesar desta condicionante, existe hoje maior sensibilidade para a luta pela melhoria daquelas condições.

Desde o princípio que nos temos pronunciado criticamente em relação aos objectivos e à forma como se tem processado a formação profissional, que tem sido apontada como a salvação para as deficiências existentes. Tem servido fundamentalmente de instrumento de campanha propagandística do Governo e como forma de alguns empresários menos escrupulosos arrecadarem milhares de contos, sem qualquer benefício para a economia nacional.

Torna-se necessário o reforço das organizações de classe, a unidade e solidariedade entre todos os trabalhadores. Há que assumir a sua defesa e desenvolver a luta contra todas as formas de exploração, por melhores salários e mais regalias sociais, contra a limitação dos direitos e liberdades, pela defesa dos postos de trabalho, contra a precariedade. Há que consciencializar os trabalhadores para a necessidade de se criar condições para uma alternativa política democrática, com o PCP, derrotando o Governo PSD/Cavaco nas próximas eleições legislativas.

Sobre os problemas do sector e as medidas necessárias para os ultrapassar, os comunistas metalúrgicos consideram que a situação existente é originada por uma política de favorecimento aos capitalistas, criando situações muito difíceis aos trabalhadores. É com a cumplicidade ou cobertura do Governo que se têm registado os maiores atropelos aos seus direitos, liberdades e garantias.

A demagogia do Governo quanto à necessidade da modernização das empresas não contempla a necessidade de participação dos trabalhadores, mas só com estes e nunca contra eles é possível a modernização e o desenvolvimento.

Para que seja possível uma efectiva modernização do sector é necessário resolver os problemas dos baixos salários, o trabalho precário e as longas jornadas de trabalho semanal.

Existem preocupações sérias sobre indícios de crise no sector, que originou já o encerramento de algumas empresas nos últimos anos. Outras produzem abaixo das suas capacidades e outras ainda debatem-se com problemas económicos.

Devido à má gestão e com o patronato a utilizar o método do lucro fácil, sem olhar a meios, assiste-se à falta de investimentos e à descapitalização em algumas empresas, deixando-as degradar-se lentamente, pondo em causa o futuro dos trabalhadores e os seus postos de trabalho.



Os produtores de arroz do distrito de Setúbal queixam-se que a falta de pagamento dos industriais não lhes permitiu pagar à EPAC, no prazo até 2 de Janeiro, a semente adquirida. Agora paíra sobre eles a ameaça dos juros e, quiçá para muitos, da ruína

## Industriais não pagam produtores de arroz arcam com juros

Por falta de cumprimento dos industriais em pagar o arroz com os termos dos respectivos contratos de compra e venda, os produtores foram impedidos de proceder ao pagamento da semente adquirida na EPAC no prazo que terminou no passado dia 2 de Janeiro, pesando sobre eles a ameaça de terem de pagar os juros respectivos.

Esta situação vem juntar-se aos muitos problemas que têm afectado os pequenos e médios produtores de arroz do distrito de Setúbal ao longo ano de 1990, agravados com a secagem, armazenagem e comercialização do arroz, de que resultou enormes prejuízos para grande parte destas explorações agrícolas.

Face à ameaça de maiores perdas, os produtores de arroz do concelho de Alcácer

do Sal dirigiram-se à Associação dos Agricultores do distrito de Setúbal com o pedido de lhes serem perdoados os juros referentes à semente anteriormente comprada.

No entender da associação são os agricultores os principais interessados em cumprir os compromissos assumidos no início da cultura, pelo que solicitou, em comunicado enviado ao conselho de Gerência da EPAC, que lhes sejam perdoados os juros até que os industriais efectuem os pagamentos. Numa outra nota, a associação dirigiu-se à Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, pedindo que interceda em defesa dos pequenos produtores no sentido de ficarem isentos dos referidos juros ou que sejam os industriais a arcarem com esse encargo.



## Fim de ano na Covilhã

O fim das obras de restauro do Centro de Trabalho e o arranque para um novo ano foram motivos que coincidiram para a realização, na cidade da Covilhã, de uma animada festa de passagem de ano, com ceia, baile e música. Em contacto com o «Avante!», a Concelhia local do Partido sublinha que foi o maior convívio de fim de ano até agora realizado pela organização naquele concelho serrano. Alegria e confiança foram presenças em foco, numa festa que reuniu, para além de militantes comunistas, muitos outros democratas e uma acentuada participação da juventude

## Camarada Falecido

### Fernanda Duarte Costa

Faleceu no passado dia 5 de Janeiro a camarada Fernanda Duarte Costa, que contava 59 anos de idade.

Lutadora antifascista antes do 25 de Abril, Fernanda Duarte Costa fazia parte das fileiras do PCP desde 1974 na Organização de Rio de Mouro (Sintra). Foi membro da comissão concelhia de Sintra entre 1974/75 e membro da comissão de freguesia de Rio de Mouro até 1989.

Desempenhou como militante do Partido várias tarefas, destacando-se em especial na informação e propaganda.

Aos familiares desta comunista o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## Santa Iria de Azóia Jornada de com das rifas da ca

A escola do Alto da Eira, em Santa Iria da Azóia, no concelho de Lóures, acolheu, no último sábado, uma confraternização de militantes e amigos do Partido que de uma assentada respondeu a vários objectivos: foi uma animada jornada de convívio, transformou-se numa manifestação de vivo apoio e solidariedade com a candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República, foi um espaço de reflexão e de debate político, evidenciou as responsabilidades e as tarefas que o Partido tem quanto à manutenção e adaptação dos terrenos da Atalaia e, momento bem significativo, incluiu a realização do

esperado sorteio das rifas (ver nesta página relação dos números e dos nomes dos premiados).

A iniciativa, que se prolongou pela parte da tarde, reuniu mais de centena e meia de participantes, entre os quais as camaradas Luís Sá, da Comissão Política do PCP, que falou sobre temas da actualidade, e Joaquim Gomes, da Comissão de Controlo e Qualidade, que abordou aspectos da campanha dos 150 mil e dos encargos que, apesar do grande êxito obtido, se continuará a colocar ao Partido para adaptar, valorizar e defender o terreno da Festa.

### Os números premiados:

- 1.º — Um automóvel Lada Samara 1100 . 771659
- 2.º — Uma moto Yamaha DTLC 125 ..... 189710
- 3.º — Uma televisão a cores ..... 458480
- 4.º — Um vídeo gravador ..... 736051
- 5.º — Uma máquina de lavar roupa ..... 044256

Parabéns aos felizes contemplados.

### Nacional

## Após corte da utentes da linha apresentam po

Os utentes da Linha de Sintra expressaram o seu descontentamento com as actuais condições de transporte através do recente corte da via na Estação de Queluz, no passado dia 25 de Dezembro.

Nesta concentração espontânea foi reivindicado o melhoramento da situação e agendado um plenário onde se fixaram várias exigências a apresentar ao director da Linha de Sintra, que destacamos em seguida:

- Cumprimento rigoroso dos horários.
- Não supressão de comboios e de carruagens.
- Aumento do número de comboios nas horas de ponta.
- Justificação de faltas para atrasos.

• Maior segurança que permita reduzir os acidentes, os actos de vandalismo, roubos, etc.

• Maior respeito pelos utentes informando prontamente sobre eventuais atrasos.

• Em situação de greve ou outras que levem ao deficiente funcionamento da via, devam ser assegurados transportes alternativos eficientes em número e qualidade.

• Prevenção e maior prontidão de avarias.



# Em Foco

Ano 90  
Portugal  
pode ser  
Melhor!

Carlos  
Carvalhas

Avante!

Ano 61 - Série VII  
N.º 890

10 de Janeiro de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

• Intervenções • Crónicas  
Reportagens • Depoimentos

# Diário de Campanha



Anos 90  
Portugal  
pode ser  
Melhor!  
Carlos  
Carvalhas

# Diário de campanha



Um numeroso grupo de apoiantes da candidatura comunista ouviu e aplaudiu Carlos Carvalhas na Brandoa



Nas oficinas da CP, no Entroncamento, Carvalhas foi recebido com palavras de apoio, tanto de comunistas e simpatizantes do Partido, como de socialistas descontentes com Mário Soares



Agricultores rendeiros e seareiros de Benfca do Ribatejo ouviram e apoiaram Carlos Carvalhas. Ali estiveram comunistas, independentes, socialistas e até pessoas ligadas ao PSD



De passagem pela Chamusca, onde foi recebido pelo presidente da CM, Carlos Carvalhas falou às dezenas de pessoas que o aguardavam



No jantar em Espinho só não participaram mais pessoas porque encerraram as inscrições. Mesmo assim, foi necessário usar a sala mais pequena do piso inferior



No amplo salão do Centro Cultural de Benavente centenas de pessoas ouviram o candidato do PCP e afirmaram a sua disposição de lhe dar o voto dia 13 de Janeiro

Quarta-feira, 2  
10.00

## Sou socialista e vou votar em si

Carlos Carvalhas iniciou o dia com uma visita às oficinas da CP no Entroncamento, onde ouviu de vários trabalhadores frases como «Olhe, eu sou socialista, mas desta vez vou votar em si». As razões apresentadas tinham como ponto comum o descontentamento e o protesto pela actuação de Mário Soares na Presidência e pela inclusão de figuras de proa do PSD e da direita na comissão de honra do MASP. Idêntica disposição viria a ser manifestada noutros locais. No jantar com seareiros, em Benfca do Ribatejo, não só participaram socialistas, como homens da área do PSD. Nesta mesma quarta-feira, Soares andou também pelo Ribatejo, pedindo os votos dos comunistas, ao que Carvalhas ripostaria, numa sessão de casa cheia e ânimo forte, em Alpiarça: «Tem todo o direito de o fazer. Mas pode bem pregar aos peixinhos!»

### 3 km de apoio operário

As oficinas da CP estendem-se ao longo de três quilómetros e foram percorridas em ziguezague durante duas horas e meia pelo candidato do PCP às presidenciais. Acompanharam-no o coordenador da campanha, Jorge Gouveia Monteiro, António Orcinha, da Comissão Executiva Nacional do PCP, Francisco Lancinha, do CC, e Sérgio Ribeiro, deputado ao Parlamento Europeu - que estiveram com Carlos Carvalhas nas demais iniciativas realizadas no distrito de Santarém e aos quais se juntaria mais tarde o deputado Álvaro Brasileiro -, além de camaradas da organização concelhia e das estruturas de trabalhadores da CP. De oficina em oficina, de secção em secção, por entre carris, vagões, motores, tornos, mesas, frio e barulho, o candidato distribuiu apertos de mão e votos de bom ano novo, lembrando que os que estão com os trabalhadores precisam da força dos votos dos trabalhadores. Teve um acolhimento muito favorável - manifestou em inúmeros «o meu é certo» e no facto de não termos visto ninguém recusar o autocolante da candidatura. Vimos, misturados com outros papéis nas mesas de trabalho, comunicados e boletins sindicais, folhetos da campanha de Carvalhas já manchados de andarem em mãos sujas de óleo; os sindicalistas que acompanhavam o candidato eram tratados pelo nome e cumprimentados amistosamente por muitos operários; ali é forte a consciência e a organização dos trabalhadores.

Já muito perto da hora de almoço, Carlos Carvalhas fez questão de visitar os trabalhadores do sector administrativo, que ficaram visivelmente satisfeitos. O próprio adjunto do director das oficinas, eng.º Silva Plexa, fez questão de agradecer a visita aos administrativos, lembrando que todas as figuras públicas que visitam as instalações têm esquecido este sector e os que ali trabalham. Antes de entrar para a cantina, o candidato comunista visitou ainda os administrativos do Centro de Formação.

Carvalhas, os acompanhantes e os jornalistas almoçaram na cantina da CP. O candidato não fez nenhum discurso, mas falou com os trabalhadores (interrompeu mesmo o almoço para se dirigir a um grupo de operários) e cumprimentou as cozinheiras.

### Tejo e ruas

Após uma volta pelo Entroncamento, a caravana partiu para Tomar. Carlos Carvalhas foi aqui recebido pelos administradores das Fábricas Mendes Godinho e visitou as fábricas de *latex* e de óleos e rações, unidades daquele grupo instaladas nos arredores da cidade. Jornalistas locais mostraram-se interessados em saber a posição do candidato sobre o projecto da navegabilidade do rio Tejo, em que o grupo Mendes Godinho se tem empenhado. Carlos Carvalhas mostrou-se favorável e recordou que foi por sua iniciativa, enquanto deputado ao Parlamento Europeu, que foi ali levantada a questão das redes de transportes transeuropeias e da sua importância para o desenvolvimento de Portugal. «Felizmente, o Governo também já apanhou o comboio e defende agora uma posição idêntica à do PCP» - comentou.

A tarde de campanha prosseguiu com uma caravana automóvel pelas ruas de Tomar, que terminou com um passeio a pé e uma *bica*. Carvalhas distribuiu folhetos e cumprimentos, conversou com jovens e idosos, professoras, comerciantes, fregueses.

A cordialidade e simpatia do candidato do PCP foi correspondida por um senhor de gravata e cabelos brancos, no café. Quando Carlos Carvalhas chegou, o senhor tinha em cima da mesa «O Diabo»; ao ver o candidato aproximar-se, distribuindo cumprimentos e prospectos a toda a gente, retirou a sua leitura para uma cadeira e colocou-lhe por cima a boina; quando Carvalhas chegou à sua mesa, levantou-se, sorriu-lhe, estendeu-lhe a mão, cumprimentou-o e aceitou o folheto, que colocou em cima da mesa.

### Conhecem-nos nas autarquias

Não estava previsto, mas a caravana passou pela Golegã, Câmara conquistada pela CDU nas últimas eleições autárquicas. Também de maioria de comunistas e seus

### Uma candidatura indispensável

«Parece-me ser hoje irrefutável a necessidade e, mais do que a necessidade, a indispensabilidade de uma candidatura do PCP às eleições presidenciais, a grande contribuição que já deu - e continua a dar - para o debate de ideias, político e eleitoral, e, sobretudo, o papel que desempenhou e desempenha no que, de alguma forma, se pode chamar a defesa ou reposição da verdade política, ou, melhor dizendo, a verdade sobre o quadro político nacional, quanto a ideias, a projectos e a correntes políticas.

Promovida pelo PCP, essa verdade política sofreria durante quase três meses e meio o abalo e os golpes provocados pelo que seria a exclusiva saliência das ideias das candidaturas de Basílio Horta, Mário Soares e Carlos Marques, o continuado debate entre si, criando, com graves consequências futuras, uma lamentável simulação e uma penosa ficção sobre o país político.

A verdade é que, para além de outros aspectos, sem a minha candidatura

- teriam ficado por dizer as verdades que Basílio Horta e, a propósito dele, toda a direita, incluindo aquela que governa e não o apoia, tiveram de ouvir no debate de televisão;

- teriam ficado por evidenciar as insuficiências, as concepções erróneas sobre os poderes do Presidente da República, os silêncios propositalmente face ao Governo e ao PSD, que, entre outros aspectos, marcam seriamente a candidatura de Mário Soares;

- o Governo e o PSD teriam então passado completamente impunes nesta campanha, a sua manobra (favoravelmente acolhida e facilitada por Mário Soares) de disfarçar a sua fraqueza e de obter um período de tregua, na medida em que é um dado objectivo irrefutável que a minha candidatura é a única que não participa nem colabora no artifício, ou no calculismo, ou no compromisso interesseiro em que todas as outras candidaturas - sem excepção, embora com pequenas *nuances* entre si - estão envolvidas e que consiste nesta coisa espantosa que é, em autêntica gincana de ideias e palavras, pretender conseguir falar da situação e dos problemas nacionais sem falar explícita e frontalmente das responsabilidades do Governo PSD/Cavaco Silva e da sua nefasta política.

Sem a candidatura do PCP talvez a densidade do espalhamento verbal fosse maior e talvez as encenações ou os lances de artificial bipolarização fossem mais bem conseguidos; mas creio que muito se perderia em frontalidade e em seriedade no exame dos problemas, em reflexão sobre o estatuto do Presidente da República, em ideias sobre o presente dos portugueses e de Portugal, em propostas e projectos para enfrentar os desafios do futuro.

E, situando a questão no âmbito do campo democrático, creio poder afirmar-se que, sem a minha candidatura, alastraria a mancha, civicamente indesejável e politicamente perigosa, do alheamento, do desinteresse, ou, não menos grave e de não menos perigosas consequências, da abdicção, da resignação, do seguidismo acrítico, de abdicção de ideias e propostas em favor da ditadura ideológica dos consensos cor-de-rosa e do avanço da preparação psicológica para o ressuscitar de eventuais compromissos entre forças democráticas e a direita.

Creio bem que quem quiser ou puder ponderar as presidenciais numa óptica que, ultrapassando os seus limites temporais, abarque as perspectivas quer da luta e afirmação das ideias quer da evolução mais geral da situação política nacional, não poderá deixar de reconhecer que a minha candidatura, mesmo apenas neste estrito plano, era necessária, indispensável e insubstituível.»

### Abrimos caminho

«Conclusões que importa tirar: a primeira é a de que, neste domínio, as ideias que avançámos foram fazendo o seu caminho, marcando o debate político e eleitoral, condicionando o comportamento de outros candidatos e designadamente o do actual Presidente da República; a segunda é a de que aqueles que muito gostam de dar de nós a falsa ideia de que somos unicamente uma força de agitação ou de protesto voltaram mais uma vez a ser confrontados com a evidência de que estamos preparados - e não pior preparados que outros - para debater, discutir, reflectir e agir em torno das mais complexas questões institucionais, da organização e funcionamento do sistema político, da política do Estado.

Desiludindo os que, porventura, esperavam aprisionar-nos ao exclusivo debate das mais específicas matérias do exercício dos poderes do órgão de soberania Presidente da República, proibindo as suas relações e conexões com os problemas mais vivos e candentes do povo e do País, trouxemos para o centro do debate eleitoral não apenas a radiografia sensível e apurada dos atrasos, carências e problemas que marcam a vida da população e o pulsar do País, não apenas a denúncia coerente e corajosa de dramas, flagelos e injustiças sociais, mas também o equacionar e o avançar das linhas fundamentais de um grande e apaixonante projecto para o Portugal dos anos 90, centra-

- numa democracia simultaneamente política, económica, social e cultural;

- no legítimo combate às desigualdades sociais e pela rápida elevação do nível de vida da população;

- na garantia de um processo de efectivo desenvolvimento socioeconómico em que devem ter um lugar primordial a plena garantia dos direitos dos trabalhadores, a modernização das estruturas produtivas, a protecção do ambiente e da



Carvalho com operárias da CERES, às quais apelou a que dessem força, com o voto, aos que estão consequentemente do lado dos trabalhadores



Numa muito participada sessão em Alpiarça, o candidato do PCP respondeu aos apelos de Soares para captar votos de comunistas: «Bem pode pregar aos peixinhos!»



Chovia em Ovar, quando Carlos Carvalho ali passou. Depois de uma breve intervenção, fez questão de cumprimentar alguns dos que ali o ouviram



Na «Estrela de Conímbriga» o candidato manifestou a sua solidariedade ao movimento cooperativo. Em nome dos artesãos fol-lhe oferecido um gomil



No salão dos Bombeiros Voluntários de Benfica do Ribatejo, Carlos Carvalho prestou homenagem a Michel Giacometti



Na Escola Secundária de Odemira, Carlos Carvalho falou com alunos, funcionários e professoras, numa sala apinhada de jovens

aliados é tradicionalmente o município da Chamusca. Carlos Carvalho chegou ao largo 25 de Abril pouco antes das 17 horas. Foi recebido por Sérgio Carrinho, presidente da CM, e por algumas dezenas de pessoas. Falou da sua forma de ver a função presidencial, apelou ao voto dos presentes e a que conquistassem outros, de forma a conseguir para a sua candidatura um bom resultado político e eleitoral no dia 13 de Janeiro, que reforce a corrente que o apoia e que a população conhece pelo trabalho feito à frente dos órgãos autárquicos do concelho. Visitou depois as instalações da Câmara Municipal, cumprimentando funcionários e munícipes. De regresso à rua, deu uma breve e improvisada conferência de imprensa por insistência dos jornalistas locais, cumprimentou as pessoas que ali o aguardavam, entrou num café para distribuir propaganda, beber água e conversar com apoiantes e amigos.

**O melhor do dia**

Em Alpiarça, onde chegou pouco antes das 18 horas, Carlos Carvalho teve a recepção popular mais participada e mais entusiasmada deste dia - e uma das melhores que presenciámos nesta campanha. Já largas dezenas de pessoas o aguardavam no largo frente à sede dos «Águias», e logo à chegada os aplausos soaram forte. Acompanhado por dirigentes da colectividade e pelo presidente da CM, Armindo Pinhão, e constantemente cumprimentado por populares anónimos, o candidato do PCP entrou no edifício e esteve uns momentos no bufete. Aproximando-se a hora da sessão marcada para a Filarmónica, Carvalho e os acompanhantes dirigiram-se para lá a pé. Atrás deles formou-se espontaneamente um animado desfile, com umas duas centenas de pessoas. Outras tantas estavam já na Sociedade Filarmónica Alpiarcense, e receberam com ruidosos aplausos o candidato comunista. Outras ainda foram chegando, dizendo que acabavam de chegar do trabalho e que, se fosse um pouco mais tarde, ainda mais gente ali estaria. A verdade é que a lotação esgotou, até mesmo lá em cima, no balcão.

A sessão anunciada transformou-se num bom comício. Depois de uma breve saudação do presidente da CM, falou Carlos Carvalho, recebido com gritos «PCP! PCP!». A sua intervenção foi frequentemente interrompida com aplausos, sublinhando passagens sobre a decisão de ir com a candidatura até às urnas, o papel mais empenhado que o PR deve ter, a candidatura que é de esquerda todos os dias e não só na véspera das eleições. Certamente estimulado pela atmosfera que se respirava na sala, Carvalho teve contundentes críticas a Mário Soares, que nesse dia pedira os votos dos comunistas da região, referindo a inclusão na comissão de honra do MASP, formada por convites, de figuras da direita e do PSD (nomeadamente, Viana Batista, Álvaro Barreto, José Manuel Casqueiro e Miguel Cadilhe), o que faz com que muitos socialistas se sintam incomodados por se misturarem com tais companhias.

No jantar, em Benfica do Ribatejo, Carlos Carvalho foi saudado por Amândio Freitas, presidente da Federação de Agricultores de Santarém, que explicou que se dirigia a camaradas e amigos porque na sala se encontravam pessoas de várias tendências políticas. Ao que soubemos depois, estavam ali não só alguns socialistas, como dois homens ligados ao PSD, mas sem qualquer prurido em manifestarem o seu apoio a Carvalho.

O candidato comunista manifestou a sua solidariedade aos seareiros e rendeiros, considerando injusto que os agricultores sem vínculo à terra não possam ter acesso a fundos comunitários para os seus projectos. Lembrou as dificuldades sentidas no escoamento do vinho, e disse ter conhecimento de que há seareiros ameaçados de despejo a breve prazo na região.

No amplo salão do Centro Cultural de Benavente juntaram-se três centenas de pessoas para ouvir atentamente Carlos Carvalho falar sobre o papel do PR e as posições da sua candidatura. Aos prolongados aplausos dirigidos ao candidato do PCP no final da intervenção respondeu o presidente da CM, António José Ganhão, apelando a que até ao dia 13 se prossiga o trabalho para conquistar mais apoios e mais votos.

**Quinta-feira, 3 11.30**

**Festa nas ruas**

O dia em que o «Avante!» anunciava o êxito da campanha dos 150 mil contos começou com uma visita à cooperativa «Estrela de Conímbriga», perto de Condeixa, e terminou com um comício que encheu de entusiasmo a sala da JF de Fiães. A verdadeira arruada foi em Coimbra, na baixa e na baixinha. Mas por onde passou a caravana do candidato, com música, bandeiras e buzinas, foi sempre uma festa.

**Solidariedade**

Aos artesãos da «Estrela de Conímbriga», com instalações em S. Pipo e que trabalha cerâmica artística regional, Carlos Carvalho levou a solidariedade da sua candidatura para com os trabalhadores e o movimento cooperativo. Desejou-lhes um bom ano e sucessos nas exportações, apesar da falta de apoio do Estado e apesar do cada vez menor valor do escudo. Aos trabalhadores (sobretudo trabalhadoras) da cerâmica CERES, em Vilela (Fornos), às portas de Coimbra, lembrou que o Presidente da República deve ser um

qualidade de vida e a prevalência do interesse público na organização e comando da economia nacional;

- na edificação de um verdadeiro Estado democrático, participado, moderno e descentralizado, em que ocupam lugar fundamental o reforço do poder local democrático, a administração aberta e o avanço do processo de criação e institucionalização das regiões administrativas no Continente;

- numa dinâmica resposta nacional aos complexos problemas e desafios da integração europeia, que pedem cada vez menos superficialidades, tiradas grandiloquentes, optimismos próximos da insensatez e da irresponsabilidade, uma cultura política moldada na mentalidade do seguidismo e da dependência, e reclamam cada vez mais lucidez, penetração, competência, firme atitude de luta e intervenção em defesa dos interesses e da soberania nacionais;

- numa nova e prestigiada afirmação de Portugal na cena internacional e no quadro de um mundo em mudança, só possível com a revisão e o abandono de preconceitos caducos e estereótipos desacreditados que tanto têm pesado na política externa portuguesa, só possível com uma firme colocação de Portugal ao lado das grandes causas do nosso tempo: a paz, e o desenvolvimento e justiça como seus alicerces fundamentais; o avanço do processo de desarmamento e a indispensabilidade de mover recursos, hoje delapidados na preparação da guerra, na direcção do combate aos grandes flagelos que ainda oprimem e golpeiam a humanidade; a liberdade dos homens, dos povos e das nações e a cooperação internacional como alternativa às velhas e novas lógicas de dominação e hegemonia.»

**Uma sementeira para dar frutos**

«Fizemos e estamos fazendo uma valiosa sementeira de ideias, uma importante irradiação de uma mensagem que se mostra esclarecedora e informada dos problemas e que mostra conter propostas de fôlego para a solução dos problemas nacionais; por esta via, largos sectores de opinião podem estar agora a descobrir que afinal, as mais das vezes, andamos a ser criticados ou denegridos não pelo que realmente propomos e defendemos, mas pelas caricaturas e deturpações que outros propositadamente fazem do que propomos e defendemos; estando o País em eleições, o que é justo, o que é natural e o que é necessário é que ideias correctas, propostas necessárias e um projecto com futuro mereçam não apenas simpatia, não apenas acolhimento, não apenas apoio, mas também votos, muitos votos que falem com força e com expressão sobre uma vontade, sobre aspirações, sobre opções, sobre orientações que de toda a evidência fazem falta para o progresso da nossa sociedade, para a resposta aos anseios populares e para o avanço do nosso país.»

**O eleitorado do PCP**

«Como já tinha acontecido na sua declaração final num debate na RTP e como certamente voltará a acontecer até ao fim da campanha, o Dr. Mário Soares tem vindo a lançar nos últimos dias apelos, designadamente ao eleitorado do PCP, para que vote nele, argumentando que, de outra forma, promoverá o seu próprio isolamento, ou marginalização, ficará num ghetto por não participar na maioria presidencial.

Como já esclareci, quero dizer que eleitoralmente não dou a estes esforços e apelos do Dr. Mário Soares uma especial importância, na medida em que prevejo que terão exactamente os efeitos contrários. Os cidadãos que desta forma o dr. Mário Soares pretende convencer são suficientemente adultos para não admitirem ralhetes, têm firmeza de carácter e convicções bastantes para rejeitar desajeitadas manobras de sedução, têm consciência política de sobra para se intimidarem com espantalhos e fantasmas.»

**Cultura democrática**

«Considero por isso que as declarações de Mário Soares impõem sim uma reflexão e um comentário de outro tipo, na medida em que, na sua aparente normalidade, levantam uma séria questão de cultura democrática e de concepções políticas.

Em primeiro lugar é justo anotar que regressar a palavras e conceitos como *isolamento*, *marginalização* e *ghetto* releva, não da modernidade e de tempos de mudança, mas de um estafado e velho dogmatismo.

Em segundo lugar, pode o dr. Mário Soares estar descansado que os eleitores que confiam na minha candidatura não só não estão voltados para qualquer auto-isolamento, como sabem que nenhum outro voto está tão vinculado ao objectivo da convergência das forças democráticas, nem serve tanto a sua concretização.

Em terceiro lugar, cabe perguntar desde quando é que no regime democrático português ter opiniões próprias, preferências e opções próprias é apresentado como atitude de auto-isolamento ou motivo de imposição de marginalizações? E terá o candidato a noção da arrogância, do paternalismo e do excesso que comporta essa falsa ideia de que quem não estiver com ele se marginaliza?

Quero encerrar as referências a este assunto, reafirmando com toda a serenidade e clareza:

- que não haja equívocos: os eleitores que têm apoiado o PCP e mais aqueles de quadras políticas muito diversos que se dispõem a votar na minha candidatura estão inseridos no sistema político não por favor, concessão ou decreto seja de quem for, mas por direito próprio; são parte natural, legítima e integrante da vida de um regime democrático, não



Jovens apoiantes da linha de Sintra organizaram em Colares uma alegre jornada de convívio em apoio de Carlos Carvalho



Nas ruas de Coimbra, Carvalho ouviu relatos dramáticos do dia-a-dia dos trabalhadores. «Mas o Dr. Mário Soares diz que está tudo cor-de-rosa» — recordou



Em Fiaes, o candidato foi recebido com muito entusiasmo e, apesar da chuva, a sala da JF esteve à cunha



O candidato do PCP visitou os Bombeiros Voluntários de Almoçageme, onde está instalado o centro de comando operacional que abrange os concelhos de Sintra, Mafra e Amadora



Um entusiástico comício juntou em Faro centenas de apoiantes



Em Lecela, para onde estavam apenas previstos contactos com a população, acabou por se realizar um animado comício

Amor 90  
Portugal  
pode ser  
Melhor!  
Carlos  
Carvalho

# Diário de campanha

guardião da Constituição e, por isso, deve defender as liberdades, que têm conteúdo concreto nas empresas. A uns e a outros, como em mais ocasiões, lembrou que *os trabalhadores necessitam de apoio, mas aqueles que estão com os trabalhadores também precisam do seu apoio.*

Carlos Carvalho manifestou ainda a sua solidariedade a uma delegação de metalúrgicos, durante um encontro no centro de trabalho de Coimbra do PCP. Dois dirigentes sindicais e dois trabalhadores brasileiros entregaram-lhe um *dossier* sobre o processo dos operários que chegaram em Setembro do Brasil com visto turístico e foram recrutados por uma empresa britânica de trabalho temporário (sem alvará para operar em Portugal) para trabalhar nos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, em condições muito piores que as previstas na contratação para o sector.

Entre os muitos contactos já feitos pelo sindicato, informaram que em 28 de Dezembro pedimos uma audiência ao PR, mas até à data ainda não obtivemos resposta.

## Arruada em Coimbra

Aproximavam-se as três horas da tarde e aumentava o movimento à porta do CT do PCP, na Rua da Sofia. Além de um grupo de jovens com bandeiras da candidatura e da JCP, outros apoiantes aguardam que se inicie a anunciada distribuição de propaganda nas ruas da baixa coimbrã. Estão ali também os Gaiteiros do Mondego, três homens com tambores e uma gaita de foles.

Pouco depois de terminado o encontro com os metalúrgicos, Carlos Carvalho saiu do centro de trabalho. Acompanhavam-no Carlos Fraião, da CEN do CC, e Domingos Oliveira Dias, do CC, o deputado Vítor Costa e o mandatário distrital da candidatura, dr. Alberto Vilaça, militantes e dirigentes locais do Partido, sindicalistas, intelectuais.

Os gaiteiros começaram a tocar e avançaram uns metros. Além de chamarem a atenção, com sons muito agradáveis mas pouco vulgares numa solarenga tarde de compras, davam um tom alegre de festa, completado com os enfeites de Natal e uma suave música ambiente.

Em pouco tempo pareceu que toda a gente ficou a saber que ali estava Carlos Carvalho. As pessoas vinham ao seu encontro, queixavam-se das precárias condições de habitação e das dificuldades que encontram quando estão doentes, contavam casos dramáticos da miséria que resiste e das desigualdades sociais que se acentuam. Paravam nos passeios, aguardando que o candidato ou algum dos apoiantes que iam com ele lhes fosse entregar um folheto ou um autocolante, faziam comentários, acenavam das janelas.

Uma vez por outra, os acompanhantes davam largas ao seu entusiasmo e gritavam palavras de ordem como «Não votes ao calhas, vota no Carvalho», ou apenas o nome do candidato. Este dirigia-se a todas as pessoas que encontrava, entregando papéis e apertando a mão a reformados e a jovens que talvez ainda nem tivessem idade para votar nestas eleições, a jovens mães e a casais de namorados, aos que iam a pé e aos senhores que seguiam num *mercedes* preto de seis lugares, aos clientes e empregados da Brasileira, do Arcádia ou do Santa Cruz, a quem passava apressado e a quem esperava pacientemente por ele - como sucedeu com um grupo de motoristas dos transportes urbanos, que Carvalho cumprimentou à custa de um retrocesso de algumas dezenas de metros.

Para aumentar a animação, houve ainda a passagem animada com sirenes da polícia e carros militares - do *chaimite* que transportou Marcelo Caetano do Quartel do Carmo no 25 de Abril e que estivera em exposição na capital do Mondego.

O acolhimento dado a Carlos Carvalho nesta tarde coimbrã foi de grande simpatia, salpicada aqui e ali por manifestações de apoio das mais diversas, desde o «Deus queira que ganhe», ao «Vá lá, que é para isto mudar, já estamos fartos deles», passando por uma funcionária pública que foi ter com o candidato comunista para lhe dizer que «sempre votei no PS, mas desta vez vou votar em si», descontente com as promessas não cumpridas que lhe fizeram, até ao senhor que comentava para o compincha: «Pode pertencer ao que pertencer, mas é o gajo mais educado deles os quatro».

## Caravana com paragens

A chuva, mais ou menos miudinha, recebeu Carlos Carvalho no distrito de Aveiro, durante a tarde e a noite de quinta-feira. Mas não fez grandes prejuízos. A entrada da cidade, pouco antes das 18 horas, começou a formar-se uma caravana de automóveis, com as respectivas tripulações e bandeiras. Mal chegou o candidato do PCP às presidenciais, o comboio partiu pelas ruas de Aveiro, com o som das aparelhagens apelando ao voto em Carvalho.

Era já noite quando todos se fizeram à estrada, em direcção a Ovar. Todos, excepto os que, apesar da ajuda da Brigada de Trânsito, se perderam nos semáforos e cruzamentos em hora de ponta - como sucedeu à nossa equipa. Mas isto teve as suas vantagens: pudemos, cá da cauda, contar os veículos e apreciar o bonito espectáculo dos *pisca-piscas* a serpentear debaixo de chuva. Quando demos por ela, estávamos a entrar em Ovar.

Mesmo debaixo da tal chuva miudinha que molha todos, umas dezenas de pessoas concentraram-se no largo junto ao tribunal para ouvir Carlos Carvalho reafirmar as críticas a Soares pela forma como distorceu o figurino constitucional do PR, lembrando que *há concepções*

por benesse colhida numa bandeja, mas porque foi a sua própria luta, acção e esforço que ontem ajudou decisivamente a conquistar a liberdade e a fundar o regime democrático e hoje é um alicerce fundamental da sua defesa e consolidação;

- que não haja confusões, nem falsas esperanças: as divergências que expomos com serenidade e elevação em relação aos outros candidatos, e designadamente em relação ao dr. Mário Soares, não representam qualquer conflito nosso com outros eleitores democratas que porventura tiverem opções presidenciais diferentes; a temperatura da campanha eleitoral não nos fará perder de vista que a cooperação e a convergência dos democratas portugueses (que não pode ser confundida com o andar a réboque e com apoios a qualquer preço) é a chave para que proximamente se construa a alternativa democrática de que o País precisa.»

## Um voto que vale a pena

«Apelo a todos os que já têm uma firme disposição de votar na minha candidatura para que nos dias que ainda faltam até à votação participem activamente no esforço para ganhar outros cidadãos para um voto que vale a pena, um voto que marca uma diferença, um voto por ideias justas, por propostas necessárias, por um projecto de futuro.

É necessário e indispensável alargar a compreensão de que a minha candidatura oferece, para muitos e muitos cidadãos que não se reconhecem nas outras candidaturas, a importante possibilidade de, em vez de ficarem em casa ou exprimirem sem gosto nem convicção profunda um voto noutro candidato, poderem ter uma intervenção cívica e eleitoral activa.

É necessário alargar ainda mais a compreensão de que, em eleições presidenciais, que desta vez se apresentam com características muito diferentes de outras, é eficaz, é útil, produz efeitos e tem consequências um voto de afirmação e de coerência, um voto de apoio a ideias com valor, um voto de apreço e valorização de uma intervenção cuja seriedade e espírito construtivo ninguém de boa-fé pode contestar.

É necessário ampliar ainda mais a consciência de que uma boa votação na minha candidatura influenciará positivamente a marcha dos acontecimentos e da evolução política, terá peso e reflexo sobre o próximo mandato presidencial, trará ainda mais ânimo e confiança para uma luta que não começou nas presidenciais e que prossegue para além delas.

(Extractos no Cinema do Terço, Porto, 5 de Janeiro)

## Distorções no sistema político

«Por diversas razões, o futuro Presidente da República vai ser chamado a desempenhar um papel relevante a propósito de algumas questões que pairam sobre o nosso sistema político. (...) De entre essas questões, aponto as seguintes, ao nível da separação horizontal de poderes:

- o crescente *presidencialismo do primeiro-ministro*,
- o esbátimento de funções da Assembleia da República;
- ao nível da separação vertical de poderes:
- a subalternização e asfixia do poder local (municípios e freguesias);
- o atraso na institucionalização das regiões administrativas;

e também:

- a administração pública centralizada, pouco eficiente e desmotivada;

- a justiça cara, lenta e burocrática, não sendo realizada a desburocratização do acesso ao direito e aos tribunais, mantendo-se a sua denegação por insuficiência de meios económicos;

ou, noutro plano, a governamentalização do processo de integração na CEE (na qual há uma deslocação de poderes para a CEE e cresce o papel que têm normas resultantes dos tratados, regulamentos e directivas em relação ao direito interno), feita com escassa informação e participação dos cidadãos;

ou, ainda, a distância que vai entre a consagração constitucional de direitos dos cidadãos e a possibilidade de serem efectivamente realizados, como os direitos económicos (igualdade, justiça social, liberdade sindical) os direitos sociais e de acesso à criação e fruição cultural.

Estas questões são acompanhadas por um preocupante processo de alheamento do poder em relação aos cidadãos e destes em relação ao poder; processo de distanciamento cimentado também na não correspondência das políticas com a satisfação de interesses essenciais da maioria da população portuguesa, especialmente daquela que de forma directa ou indirecta participa na produção de riqueza, dos interesses dos jovens que iniciam uma vida, das naturais expectativas dos reformados, pensionistas e idosos a quem a sociedade deve.

A estas distorções respondem a direita e a esquerda de maneira diferente. E qual é a resposta de Mário Soares?

A *direita* justifica nessas situações de que é responsável uma maior distorção do sistema de poderes (com a subalternização da AR e a transformação do PR em figura representativa), a distorção ou eliminação do princípio da proporcionalidade em eleições, a maior intervenção do poder central e por via administrativa no poder local, uma política económica que agrava as desigualdades sociais e não contribui para a valorização da nossa especialização produtiva, uma política externa de subordinação que compromete



Alegria e muita combatividade foram notas dominantes no comício que encheu o Cine-Circo de Braga



Na cooperativa de consumo «Novos Pioneiros», estrutura associativa com um passado ligado à difusão dos ideais democráticos, os reformados de Braga quiseram expressar o seu apoio a Carlos Carvalhas e condenaram a política que «dá menos a quem tem menos e dá mais a quem tem mais»



«Zés-pereiras» de Barcelos animaram a passagem do candidato pela feira mensal e pela ruas de Gulmarães



A hora do almoço, na porta principal da Grundig, o candidato distribuiu folhetos, conversou com trabalhadores e enalteceu a sua unidade, responsável em larga medida pelo êxito de lutas recentes na empresa



Na colectividade Leais Videirinhas Pedrouços, a mesma força e empenho na obtenção de um bom resultado eleitoral no próximo domingo



Foi um exercício difícil conseguir arranjar lugar na sede do clube existente na freguesia do Campo para ouvir o candidato



Em Penafiel, depois de ter recebido das mãos do presidente da edilidade, mandatário concelho do MASP, a Medalha da Cidade, Carlos Carvalhas jantou com apolantes

diferentes das do Dr. Mário Soares e apelando a que no dia 13 de Janeiro marquem a diferença.

Enquanto o candidato comunista cumprimentava apoiantes e transeuntes, reagrupou-se a caravana, acrescentada com mais alguns veículos. Dali a pouco estávamos a rodar para Espinho, para onde estava marcado um jantar com apoiantes da candidatura. No restaurante «Actual» os lugares estavam todos ocupados, bem apertadinhos, com as inscrições encerradas cedo nas 180 pessoas. Depois de uma intervenção de Jorge Carvalho, da concelhia do Partido, que chamou a atenção para o facto de, no distrito de Aveiro, o actual mandatário de Mário Soares ser um homem que, antes do 25 de Abril, foi governador-civil do Porto. Entregou a Carlos Carvalhas um quadro oferecido pelo pintor e professor (Belas-Artes do Porto e de Coimbra) Manuel Dias, presente na sala. Entre os presentes estavam também Sérgio Teixeira, da CEN do CC, António Salavessa, da DORAV do PCP e mandatário distrital da candidatura, José Amaro e Casal Ribeiro, da comissão nacional de apoio, sindicalistas e autarcas, comunistas, membros do MDP, independentes.

Este dia de campanha do candidato do PCP terminou em Fiães (freguesia onde os comunistas e seus aliados estão há dez anos na Junta, sempre com maiorias absolutas) com um comício à altura das boas iniciativas em que Carlos Carvalhas havia participado até aí. O salão da JF encheu, destacando-se a presença de mulheres e jovens - que, enquanto a sessão não começava, lá foram cantando a «Rama».

Antes de Carlos Carvalhas falaram Bernardino Ribeiro, presidente da Junta, e José Amaro, com Ramiro Silva, suplente do CC do Partido, a dar a palavra.

**Sexta-feira, 4  
21.30**

## Acolhimento entusiástico em Braga

### Grande Comício

Braga. Em plena avenida central, apesar da noite fria e chuvosa, um movimento de pessoas maior que o habitual envolve o espaço confinante ao Cine-Circo. À porta, no amplo átrio de entrada, respira-se já um ambiente de festa. No interior, ao som do grupo «Cantares da Terra», a música popular portuguesa anima a vasta plateia. Em coro, muitos são os que entram no refrão das canções; outros, não resistem a um passo de dança. Minutos passados, com a casa cheia, dá-se início ao ensajado momento da noite, mais exactamente ao comício, acto entusiasticamente vivido e saudado pelas mais de duas mil pessoas presentes. Bandeiras, muitas, umas vermelhas, com a foice e o martelo, outras brancas, com o nome do candidato impresso em letras garrafais, agitam-se freneticamente, enquanto, em uníssimo, de forma cadenciada, é gritada a palavra de ordem mais repetida da noite: «Carvalhas, amigo, o povo está contigo».

Aberto por Jorge Matos, do CC e da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, que depois de uma saudação inicial passou a apresentar os elementos da mesa, o comício de Braga com a presença de Carlos Carvalhas terminava assim da melhor maneira uma agenda de campanha iniciada logo pela manhã em Guimarães, jornadas onde foram notas dominantes o acolhimento caloroso, a presença juvenil e o inegável interesse pela presença e pelas palavras do candidato comunista.

Estava assim cumprida, com assinalável êxito, esta primeira etapa em terras do Norte, êxito que se repetiria no Grande Porto no dia seguinte.

### Calor do Norte

Isto mes no esteve patente no Cine-Circo, em Braga, onde o primeiro orador da noite, Celestino Gonçalves, traçou um quadro rigoroso da realidade laboral do distrito, pondo em evidência a crise em que vivem os sectores dos lanifícios, vestuário e calçado, nomeadamente no Vale do Ave, onde aumenta o número de empresas que já encerraram ou que têm em curso processo de falência. Em seguida usou da palavra Mónica Ramos, estudante da Faculdade do Minho, que se deteve a analisar os problemas mais sentidos pelos jovens do distrito, precisamente o mais jovem da Europa, mas onde, anacronicamente, se verifica a maior taxa de abandono escolar.

José Manuel Mendes, escritor e deputado à Assembleia da República, num discurso empolgante, dedicou por sua vez grande parte das suas palavras a expor as razões pelas quais, do seu ponto de vista, votar na candidatura de Carlos Carvalhas constitui uma «opção pelo inconformismo» e por um «projecto de transformação necessária». «Não se trata só de combater Mário Soares e o seu minimalismo de concepção do exercício do mandato presidencial», salientou a propósito, «trata-se de dizer que não há compartimentos estanques em

na nossa soberania, submetendo-nos a ameaças militares. Se o refiro, é porque o mote está dado, com promessas de desenvolvimento, por alguns teóricos da direita, alguns dos quais se destacam na estrutura do MASP (Pacheco Pereira, José Miguel Júdice).

A esquerda, na qual me situo, defende valores que são seus e que a sociedade adquiriu, como a complementaridade e interdependência entre os órgãos de soberania, a acentuação da componente participativa da democracia, a descentralização, o respeito pela vontade popular, a transparência, o reforço do poder local e a regionalização, uma política de desenvolvimento assente numa economia mista e tendo como objectivos centrais a melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada distribuição da riqueza criada, uma mais vantajosa inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho, o progresso do País, uma política externa que parta do princípio de que o prestígio e a dignidade internacional de Portugal nunca se construirão na base de abdições, subordinacões, enquistamento em concepções ultrapassadas, assomos de belicismo, colaboração em estratégias globais de dominação, e que é dando a contribuição activa que está ao seu alcance para dar força e prestar solidariedade às ideias mais generosas e às causas universais mais justas que esse prestígio e essa dignidade podem ser assegurados.

Mário Soares tem tido atitudes preocupantes sobre estas matérias decisivas para o aprofundamento da democracia, numa concepção inaceitável porque limitada e limitadora da função presidencial, com as correspondentes consequências negativas sobre a cultura política que o seu magistério diferencia.

O seu magistério anterior, as suas palavras de hoje, a concepção plebiscitária que formula da eleição presidencial e dos direitos das minorias, o direito que assume de definir ghetos em regime democrático e de lá pôr e tirar quem entenda, revela uma atitude mais majestática que republicana.»

(Extractos do discurso em Faro, no cinema Santo António, 7 de Janeiro)

### Os números dos fogos

«Nesta década, já arderam mais de 850 mil hectares de floresta, o correspondente a cerca de um quarto da floresta portuguesa. Só em 1990 foram devorados pelos fogos mais de 125 mil ha, dos quais cerca de 12 mil ha de áreas protegidas, em que se inclui a área florestal de Sintra.

Os fogos, a falta de meios humanos, materiais e financeiros com que se debate a Administração Florestal de Sintra (só a título de exemplo referirei que, entre 1973 e 1990, o pessoal que trabalhava na Área do Parque da Pena passou de 80 para 7 elementos), bem como a falta de implementação de um programa e medidas integradas de prevenção e detecção dos incêndios florestais, têm conduzido o valioso património ambiental e paisagístico de Sintra para uma situação de profunda e continuada degradação, tão mais acelerada quanto é certo que as áreas anuais de reflorestação são bastante inferiores às áreas anualmente consumidas pelos fogos.

Este é, ao fim e ao cabo, o drama que se repete por todo o lado, desde o Minho ao Algarve. Economias locais e famílias arruinadas, habitações e aldeias destruídas, perdas de vidas humanas, quantas delas de homens com elevado sentido de solidariedade e abnegação que voluntariamente envergam a farda de bombeiros, dedicando o melhor das suas capacidades a defender bens e vidas, quantas das vezes à custa das suas próprias vidas.

De uma média anual de 36 mil hectares ardidos entre 1980 e 1984 passou-se, no quinquénio seguinte, para uma média superior aos 50 mil hectares por ano.

São dados impressionantes sobre a devastação dum património que, só em 1990, terá contribuído com mais de 300 milhões de contos para as nossas exportações, sem esquecer que os recursos florestais suportam uma fileira industrial com uma produção bruta estimada em mais de 400 milhões de contos e 100 mil postos de trabalho.

Mas a importância do património florestal não é medida apenas pela sua produtividade. Tão ou mais importante é o bem estar dos espaços e da beleza que propicia ao homem, é a sua função nos ecossistemas, cujo equilíbrio tem sido rompido ou mesmo destruído em consequência dos fogos florestais.

É insustentável que o País continue a não dispôr de uma política concertada de defesa da floresta, abrangendo o ordenamento florestal, a prevenção e a detecção dos fogos em articulação com a organização do seu combate.»

### Ambiente e desenvolvimento

«Não assumimos o discurso ecologista demagogo e hipócrita, nem temos da preservação do ambiente uma visão redutora do progresso. Para nós, o ambiente é uma dimensão intrínseca do desenvolvimento. São ambos aspectos indissociáveis do nosso projecto de sociedade.

A minha candidatura defende um desenvolvimento integrado do País e de todas as regiões, em que o negocismo e o lucro não sejam valores supremos. Defende

# Diário de campanha

## Eles votam Carlos Carvalhas

A evolução da economia portuguesa, com o crescente domínio do capital estrangeiro, prova que é necessário um projecto nacional de desenvolvimento capaz de congrega a vontade e a capacidade de defender os interesses dos portugueses e de afirmar a independência e a soberania nacionais. Nesse sentido, e como claramente foi expresso na candidatura de Carlos Carvalhas, no quadro da CEE e da criação da União Económica e Monetária, o mais importante não são as datas. O mais importante são os meios e as políticas que conduzam a uma efectiva coesão económica e social, que coloque os países comunitários em pé de igualdade e impeça a dominação da economia portuguesa pelos países mais fortes e pelas multinacionais. Para que Portugal possa ser melhor, é preciso um projecto coerente de valorização dos recursos humanos, científicos e tecnológicos, de integral aproveitamento dos recursos naturais e de modernização da estrutura produtiva assente no livre desenvolvimento e complementaridade do sector empresarial do Estado e do sector privado, única forma aliás de garantir o domínio nacional nos centros estratégicos da economia portuguesa.

Hoje já é claro que as privatizações que têm sido feitas só beneficiam os estrangeiros e os negócios escuros entre os amigos do Governo do PSD e prejudicam Portugal e os portugueses. O Presidente da República tem de intervir contra estas privatizações. Mas fundamentalmente, para um futuro de bem-estar dos portugueses, importa que o crescimento económico seja acompanhado de uma mais justa distribuição da riqueza, da garantia de emprego estável, de uma melhoria do nível de vida e das condições de trabalho e de adaptação de todos os portugueses. Não pode continuar o que sucedeu com o Orçamento do Estado, em que os aumentos de impostos são para os que vivem do seu trabalho, desde os empregados aos pequenos e médios agricultores e empresários, ao mesmo tempo que o Governo baixa os impostos para os lucros das grandes empresas. Não pode continuar a política do Governo de não construir habitações e de aumentar as taxas de juro para quem quer comprar casa própria. Nestas questões fundamentais para os portugueses, o Presidente da República não pode continuar calado e quieto, tem de ter uma acção dinâmica e interventiva em defesa dos interesses da grande maioria dos portugueses. Por tudo isto, porque Mário Soares já mostrou que é um Presidente passivo, porque Basílio Horta é o candidato da direita revanchista e porque Carvalhas está activamente empenhado neste projecto nacional de desenvolvimento económico e social, só com o voto em Carlos Carvalhas Portugal pode ser melhor.

■ (Dr. Octávio Teixeira)

O exercício dos poderes e projectos presidenciais relacionam-se intimamente. Para a nossa democracia é importante o confronto entre as diferentes concepções que, no campo democrático, existem sobre aqueles dois problemas. Esse confronto permite uma opção mais consciente no acto eleitoral de que depende o futuro do país. Além disso, contribui para ver com mais clareza o que, no quadro dos preceitos constitucionais, se exige do órgão Presidente da República. A candidatura de Carlos Carvalhas responde, objectivamente, a esta finalidade.

Por outro lado, entre as eleições presidenciais e as eleições legislativas que teremos dentro de poucos meses, há uma estreita relação. Nas eleições legislativas joga-se a resolução dos problemas concretos dos portugueses; uma maior afirmação do projecto político e social consubstanciado em torno da candidatura de Carlos Carvalhas, poderá criar as necessárias condições, desde já em equação, para a indispensável convergência das forças democráticas. Por estas razões, dei o meu apoio a esta candidatura.

■ (Eng<sup>o</sup> Blasco Hugo Fernandes)

Carlos Carvalhas tem-se afirmado nesta campanha eleitoral com grandes qualidades; não só tem revelado uma grande elegância de comportamento em todos os «frente-a-frente», como uma grande inteligência, serenidade, firmeza nas suas opiniões. Por exemplo, no frente-a-frente com Basílio Horta, em que a meu ver teve um triunfo total sem nunca levantar a voz, conseguiu debater os grandes problemas com a atitude de um comunista moderno, com a compreensão perfeita do mundo em que vivemos e que liga o futuro do socialismo à vida em democracia, no respeito pelas liberdades essenciais, rebatendo todos os argumentos do seu interlocutor com a segurança do bom economista que é, com uma visão política que deve ter naturalmente impressionado o público. Parece-me que Carlos Carvalhas se tem afirmado, para além do homem de carácter que todos sabemos que ele é, como um político bastante fino, subtil, corajoso e agressivo quando é preciso, mas sempre sereno, educado, capaz portanto de agradar com qualidades que superam o que eu esperava dele, porque o conhecia como um excelente homem de gabinete, mas não o imaginava com uma tão grande maleabilidade, com uma tão grande capacidade de comunicação como tem sabido mostrar. Como *imagem de marca* do Partido Comunista parece-me excelente.

■ (Dr. Urbano Tavares Rodrigues)

Permitam-me que conte uma pequena história, verdadeira, passada há pouco tempo. Eu fiz anos, não costumo dizer quantos, mas toda a gente sabe que tenho 84, e alguém me perguntou qual era a prenda que gostaria que me dessem. A minha resposta foi: «Bom, está um bocado desfasado no tempo, mas a prenda que eu gostaria era a eleição do meu amigo Carlos Carvalhas». As pessoas riram-se um pouco e fizeram notar que ainda faltava cerca de um mês! Quem sabe as possibilidades e as impossibilidades do mundo? Há surpresas em todas as candidaturas, por isso não me venham dizer que tal não é possível. Veremos. Pelo menos nestas eleições temos uma presença que nos é muito grata. Ganhará? Não ganhará? Os factos o dirão. De qualquer forma acho que o Comité Central do Partido escolheu muito bem o nosso candidato, um homem inteligente, sabendo das coisas, muito simpático e sem imposturas. Espero que esta candidatura seja feliz.

■ (Prof. Lopes-Graça)

Educação é hoje uma preocupação de todos os portugueses e simultaneamente causa de um profundo descontentamento generalizado.

Estão descontentes os pais com a desorganização de uma escola que não corresponde às necessidades da sociedade moderna; estão descontentes os professores com as condições de trabalho que lhes são proporcionadas e com a desconsideração de que têm sido vítimas com a política seguida por sucessivos governos; estão descontentes os jovens para quem a escola, tal como ela é hoje, é um local de desmotivação e de desencanto. Por tudo isso, hoje mais do que ontem, ninguém pode ficar indiferente ao que se passa na educação e deve intervir na esfera das suas competências para que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades de acesso e sucesso educativos.

O Presidente da República tem, neste campo, particulares responsabilidades. A prioridade educativa é um preceito constitucional e legal, pelo que o Presidente da República deve, junto do Governo, empenhar-se para que seja cumprida a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo de forma a que Portugal possa dar um passo em frente no sentido do progresso e do desenvolvimento. O Manifesto de Carlos Carvalhas sobre a Educação é um compromisso coerente com os eleitores e está plenamente de acordo com o que deve ser o exercício das funções de um Presidente da República que deseja um desenvolvimento independente de Portugal. Por coerência com o que tem sido a minha luta por uma educação e um ensino democráticos, porque estou convencido de que «Portugal pode ser melhor», porque quero dar o meu contributo para este nobre objectivo, eu voto Carlos Carvalhas.

■ (Dr. Mário David Soares)

As mensagens que Carlos Carvalhas nos tem transmitido, onde todos os problemas que afligem o povo português têm sido tratados da forma mais exemplar, dão-me a certeza de que ele, como Presidente da República, seria a garantia de que todos os direitos que temos assegurados na Constituição seriam rigorosamente cumpridos. O direito da liberdade, da solidariedade, de mais justiça social, de independência nacional e da paz. Teríamos a certeza, com Carvalhas na Presidência, de que ele enfrentaria as grandes transformações sociais de que necessitamos para uma democracia avançada no século XXI. Carlos Carvalhas é o candidato de todos quantos querem uma estabilidade, mas uma estabilidade que corresponda às aspirações mais profundas do povo português. Carlos Carvalhas é o meu candidato. Será o candidato de todos os portugueses e portuguesas que querem a liberdade, que querem a soberania assegurada, que querem que Portugal seja no mundo um país cuja palavra é ouvida e respeitada como a de um povo que deseja viver em paz, liberdade e independência.

■ (Eng<sup>o</sup> Virgínia de Moura)

Num livro recente do professor Vitorino Magalhães Godinho pode ler-se: «Estamos a correr sérios riscos e Portugal está-se a afundar. Está-se a afundar pelo desprezo que há pela investigação científica e incapacidade em fazê-la arrancar; pelo desprezo que há pela criação cultural e pela ineficácia em instalar as condições para que ela possa florescer». Ora, porque o Presidente da República não pode, constitucionalmente, ficar inactivo

perante tal situação, uma vez que, como se sabe, a investigação científica e a criação cultural são essenciais para a salvaguarda da independência nacional e para a preservação da própria identidade nacional, vou votar em Carlos Carvalhas, que reprova a inacção presidencial e preconiza o uso dos poderes constitucionais no sentido de se assegurar a plena democratização da cultura e o florescimento da criação cultural como factores de emancipação individual, social e nacional. Vou votar Carlos Carvalhas porque ele luta pela soberania e independência de Portugal num quadro de activo empenho no intercâmbio e cooperação com os outros povos para defesa da paz.

■ (Professor José Morgado)

A sociedade portuguesa apresenta profundas marcas de desigualdades sociais que são, não só as cicatrizes de um passado ignominioso, mas também os sinais indistigáveis de uma injustiça que prosseguiu e se agravou notoriamente nos últimos anos. Uma sociedade fundada no poder do dinheiro é uma sociedade de exclusões, de egoísmo social, que propicia a delinquência, fomenta a droga e cria esse mito de homem moderno, agente e vítima dessa doença social que é a indiferença. O mandato do Presidente da República não pode ser alheio aos designios constitucionais da igualdade e da liberdade, antes tem o pressuposto da intervenção activa para que sejam assegurados. Carlos Carvalhas tem uma elevada estatura cívica, uma ampla experiência política enriquecida com a actividade de deputado na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, além de manifesta sensibilidade para os problemas de natureza económica e social. É por tudo isso que eu voto em Carlos Carvalhas.

■ (Alberto Andrade, membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia)

Estas eleições para a Presidência da República, no actual contexto, assumem um papel importantíssimo para os trabalhadores portugueses. Num momento em que se assiste a um brutal ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores, a candidatura de Carlos Carvalhas, ao assumir a defesa intransigente dos valores da nossa Constituição e dos valores da democracia e dos trabalhadores, é da maior importância. Eu, como trabalhador e dirigente sindical, apelo a todos os trabalhadores portugueses para que votem Carlos Carvalhas.

■ (Jorge Pinto, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços do Norte e membro do Conselho Nacional da CGTP)

O Presidente da República tem importantes poderes no rumo da sociedade portuguesa. Pode ou não exercê-los, pode ou não identificar-se com a política dos sucessivos governos. E pode ou não influenciar a política do País. O actual Presidente da República, Mário Soares, como político, e particularmente como Primeiro-Ministro, seguiu sempre uma acção governativa contra os interesses dos trabalhadores. Ao falar em tectos salariais, em redução do poder de compra, contratos a prazo, desemprego, pacotes laborais e

retirada de direitos, lembro-me logo de Mário Soares.

Como Presidente da República, Mário Soares deu total cobertura à política de direita do Governo do PSD/Cavaco Silva. Permitiu que se desenvolvessem os salários em atraso, se instalasse o trabalho infantil, se alargassem as manchas de pobreza. Não me posso conformar com as injustiças sociais e o atraso económico do País, que são responsabilidade dos sucessivos governos, personificados no actual Presidente da República. Como os demais trabalhadores, desejo e acho que é possível um Portugal melhor. É preciso dar força a uma viragem política, a uma alternativa democrática que se identifique com os interesses dos trabalhadores, que acabe com os baixos salários, que reduza o horário de trabalho, que ponha de lado os pacotes laborais. Nestas eleições, temos uma arma para o conseguir. Não podemos votar nos responsáveis pela política dos últimos anos, não precisamos de votar a contragosto. Temos um candidato que está ao lado dos trabalhadores, com capacidade política e que se identifica com uma alternativa de esquerda para Portugal. É nele que vou votar. Voto, e com prazer, em Carlos Carvalhas. Vote também e não se arrependerá.

■ (Vieira Mendes, dirigente da CGTP/Intersindical)

O Presidente da República deve ser o dinamizador da participação das populações na vida política do País, deve incentivar as reformas democráticas previstas na Constituição da República visando a descentralização dos poderes, visando uma maior participação das populações na vida do País, visando o reforço do Poder Local designadamente através da regionalização, processo bloqueado principalmente pelo Governo do PSD. Voto Carlos Carvalhas nestas eleições como um contributo para o reforço desse papel dinamizador e incentivador do Presidente da República nas reformas democráticas do Estado.

■ (Ilda Figueiredo, deputada do PCP na AR)

Eu tenho justas apreensões acerca do futuro, da autodeterminação económica, política e cultural do Estado português, no seio de um bloco dominado por grandes concentrações capitalistas, transnacionais, que têm a sua sede na Alemanha, na França e na Grã-Bretanha. Verifico que nesse espaço europeu se estão a desenvolver amplas concentrações e que são a elas que obedecem as decisões fundamentais da economia, com sacrifício das possibilidades portuguesas de produção a preços e qualidade competitivos; verifico não haver garantias de fundos estruturais para depois de 1993; verifico que nem os parlamentos nacionais nem o próprio Parlamento Europeu exercem o necessário controlo ou estão sequer suficientemente informados acerca de decisões tomadas em gabinetes restritos. Portugal é uma nação com oito séculos de história e um milénio de língua própria, mas cujas melhores possibilidades não foram até hoje possível realizar e cuja voz democrática poderá vir a passar por uma crise muito séria, cuja gravidade não será inferior àquela por que Portugal passou no tempo de Camões. Cada voto em Carlos Carvalhas será

# Agenda

Avante!

Ano 61 - Série VII  
N.º 890

10 de Janeiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## Álvaro Cunhal na Campanha

O camarada Álvaro Cunhal participa amanhã, sexta-feira, num jantar-convívio no **Sobralinho**, intervindo a seguir na sessão que se realiza em **Alverca do Ribatejo** e que tem início às 21.30h.

Estará presente também no comício-festa que se realiza esta noite no **Pavilhão Carlos Lopes**, salvo se os trabalhos da reunião do Conselho de Estado em que participa o não permitirem.

Anos 90

# Portugal pode ser Melhor!



# COMÍCIO FESTA

10 de Janeiro (5ª feira)  
21.00 h

Pavilhão Carlos Lopes

PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA VITOR JARA

Intervenção de

## Carlos Carvalhas



### Quinta-feira, 10

#### SETÚBAL

Às 10.00, visita ao mercado de **Cruz de Pau** e às 11.00 ao de **Torre da Marinha**.

Almoço no refeitório da CM do **Seixal** com eleitos e trabalhadores da Câmara - às 12.30.

Às 14.30, recepção pela Presidente da **Câmara Municipal de Almada**, no edifício do Urbanismo.

Contactos com a população de **Almada**, na zona central, a partir das 16.00.

Contacto com elementos das **ORT's** e outros trabalhadores da **Lisnave**, junto à empresa.

Contactos com a população no Largo de **Cacilhas**.

Jantar com apoiantes e representantes da Comunicação Social no restaurante «Dia a Dia», em **Almada**.

**Comício-festa em Almada** - na Academia Almadense, às 21.30.

#### LISBOA

Carlos Carvalhas estará também presente no **comício-festa** que às 21.30 tem início no **Pavilhão Carlos Lopes**.

### Sexta-feira, 11

#### LISBOA

Contacto com a população e vendedores no mercado da **Pontinha** - às 9.15.

Contacto com a população na Rua Central de **Moscavide** - às 10.15.

Encontro, às 10.45, com representantes da Comunicação Social nacional e local no café «A Cascata», em **Moscavide**.

A partir das 11.30, encontros com a Administração e com as **ORT's** da **Covina**. Almoço-convívio com os trabalhadores da Covina, no refeitório da empresa (às 12.30).

Encontro com a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio - na sede da Federação, às 14.15.

A partir das 15.00, contactos com a população na **Baixa de Lisboa**.

#### PORTALEGRE

Jantar com apoiantes no restaurante «Conchinha», em **Portalegre**.

**Comício** na Casa do Povo de **Fronteira** - às 21.00.

# TV **O Programa**

**Quinta**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Rua Sésamo  
10.30 - Ponto de Encontro  
11.55 - Culinária  
12.10 - Top Model (53º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Sem Legendas  
14.30 - Primeira Matinée - «O Jogo da Vida», Daniel Peirrie (EUA/1959, 101 min.)  
16.10 - Ponto Por Ponto  
16.50 - O Estado da Europa (4º epis.)  
17.15 - Brinca Brincando  
18.15 - Rua Sésamo  
18.45 - Roda da Sorte  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Campanha Eleitoral  
20.35 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Desenhos Animados  
20.50 - Tieta (52º epis.)



21.50 - Twin Peaks (8º epis.)  
22.40 - Fernando Tordo no Casino Estoril  
23.45 - 24 Horas  
00.20 - Remate

**RTP2**

12.00 - A Força Astral (17º epis.)  
12.40 - Filhos e Filhas (639º epis.)  
13.05 - Jerry Lewis (17º epis.)  
14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Agora, Escolha!  
15.55 - Aventura (17º epis.)  
16.20 - A Iiha das Borboletas (11º epis.)  
16.45 - Recreio do 2  
17.30 - Eterno Feminino  
18.30 - Desporto - Campeonato Mundial de Nataçao  
18.55 - TI-TI-TI (99º epis.)  
19.25 - Via Rápida  
19.35 - Circo  
20.00 - Regiões Magazine  
20.45 - Dick Tracy (71º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - O Fosso e o Pêndulo  
22.00 - Fora de Jogo  
23.00 - Cineclube - «O Seu Pior Inimigo», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBR/1948, 102 min.)  
00.40 - Boletim Meteorológico

**Sexta**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Rua Sésamo  
10.30 - Ponto de Encontro  
11.55 - Culinária  
12.10 - Top Model  
13.00 - Jornal da Tarde

13.30 - Sem Legendas  
14.20 - Primeira Matinée - «O Mundo é um Manicómio», real. Frank Capra (EUA/1942, 113 min.)  
16.20 - Ponto Por Ponto  
16.50 - Transantártica (últº epis.)  
17.15 - Brinca Brincando  
18.15 - Rua Sésamo  
18.45 - Roda da Sorte  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Campanha Eleitoral  
20.35 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Desenhos Animados  
20.50 - Tieta  
21.45 - Querido John (3º epis.)  
23.00 - 24 Horas  
23.35 - Remate  
23.55 - Sessão da Noite - «Eternamente Amigas», real. Garry Marshall (EUA/1988)

**RTP2**

12.00 - Universo Juvenil (8º epis.)  
12.25 - Curso de Inglês (5ª lição)  
12.40 - Filhos e Filhas  
13.05 - Falar de Macau  
13.25 - Armação Ilimitada (24º epis.)  
14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Agora, Escolha!  
15.55 - O Mundo do Coral (8º epis.)  
16.20 - Novos Horizontes  
16.45 - Recreio do 2  
17.30 - Eterno Feminino  
18.30 - Desporto - Campeonato Mundial de Nataçao  
18.30 - Charlot (14º epis.)  
18.55 - TI-TI-TI  
19.30 - Via Rápida  
19.40 - Circo  
20.00 - Nunca Mais é Sábado  
20.50 - Dick Tracy  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - A Tenda dos Milagres (15º epis.)  
22.15 - Rotações  
23.15 - Pop-Off



23.40 - As Teias da Lei (10º epis.)  
00.25 - Boletim Meteorológico

**Sábado**
**RTP1**

09.00 - À Mão de Semear  
09.25 - Canal Jovem  
13.00 - Notícias  
13.15 - A Marquesa de Vila Rica (série portuguesa, 1º epis.)  
13.40 - Lisa Stansfield  
14.30 - Grandes Viagens (últº epis.)  
15.30 - Primeira Matinée - «No País da Alegria», real. Melvin Frank (EUA/1959, 110 min.)  
17.20 - Fogo Grego (últº epis.)

17.45 - Hooperman (16º epis.)  
19.20 - TVer  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.20 - Desenhos Animados  
21.30 - Alentejo Sem Lei (2º epis.)  
22.25 - Casa Cheia (concurso)  
23.10 - Tanamera (últº epis.)  
00.15 - Última Sessão - «As Noites de China Blue», real. Ken Russell (EUA/1984, 103 min.)

**RTP2**

09.00 - Universidade Aberta  
10.15 - Fora de Horas  
10.55 - National Geographic (23º epis.)  
11.50 - Forum Musical  
13.00 - Agarra o 2  
14.05 - Cine-Sábado - «Missão em Alto Mar», real. Rudolph Mate (EUA/1957, 104 min.)  
16.00 - Estádio  
18.30 - Jornal Fim-de-Semana  
19.00 - Arca de Noé (concurso)  
19.45 - Clube Paraíso (9º epis.)  
20.35 - Tauromaquia  
21.00 - Estádio  
23.30 - Centenário do Moulin Rouge (2ª parte da gala comemorativa)  
00.30 - Dinheiro do Céu (últº epis.)  
01.20 - Boletim Meteorológico

**Domingo**
**RTP1**

09.00 - Canal Jovem  
11.30 - Missa  
12.25 - 70x7  
13.00 - Notícias  
13.15 - Dick Turpin (3º epis.)  
13.40 - Volta ao Mundo em 80 Dias  
14.30 - Mapa Cor de Rock



15.35 - Primeira Matinée - «Footloose», real. Herbert Ross (EUA/1984, 102 min.)  
17.20 - Que Família (12º epis.)  
17.55 - McGyver (29º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
19.00 - Especial Eleições (inclui «O Duetto da Corda», longa-metragem de John Landis - EUA/1980, 128 min.)

**RTP2**

09.00 - Outras Músicas  
11.00 - Caminhos  
11.30 - Agarra o 2  
12.30 - Competir  
13.00 - Troféu  
18.05 - Vida Nova (17º epis.)  
19.00 - Nós 2  
19.10 - Palavra Puxa Palavra (concurso)  
20.00 - Nós 2

21.30 - Noite de Cinema - «A Primeira Noite», real. Mike Nichols, interpr. Dustin Hoffman (EUA/1967, 104 min.)  
23.20 - Boletim Meteorológico

**Segunda**
**RTP1**

10.00 - Rua Sésamo  
10.30 - Ponto de Encontro  
11.45 - Culinária  
12.05 - Top Model  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Sem Legendas  
14.30 - Primeira Matinée - «Safira», real. Basil Dearden (GBR/1959, 90 min.)  
16.00 - Ponto Por Ponto  
16.45 - Maravilhas do Mundo Selvagem  
17.15 - Brinca Brincando  
18.15 - Rua Sésamo  
18.50 - Roda da Sorte  
19.30 - Telejornal  
20.10 - Tieta



21.20 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo  
21.50 - O Preço Certo  
23.15 - Só Sei o Meu Nome (2º epis.)  
00.05 - 24 Horas  
00.40 - Remate

**RTP2**

12.00 - Johnny Quest  
12.15 - Curso de Inglês  
12.40 - Filhos e Filhas  
13.05 - Montreux (2º epis.)  
14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Agora, Escolha!  
15.55 - A Terra (série, 1º epis.)  
16.45 - Recreio do 2  
17.30 - Eterno Feminino  
18.30 - Especial Desporto - Campeonato Mundial de Nataçao  
19.00 - TI-TI-TI  
19.30 - Via Rápida  
19.40 - Circo  
20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»  
20.45 - Dick Tracy  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Informação Especial  
22.20 - Teatro Estrangeiro - «Mr. Halpern e Mr. Johnson», de Lionel Goldstein, intérpretes Laurence Olivier e Jackie Gleason

**Terça**
**RTP1**

10.00 - Rua Sésamo  
10.30 - Ponto de Encontro  
11.55 - Culinária  
12.10 - Top Model  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Sem Legendas  
14.20 - Primeira Matinée - «O Retrato de Dorian Gray», real. Albert Lewin (EUA/1945, 106 min.)  
16.00 - Ponto Por Ponto  
16.50 - O Mundo  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Rua Sésamo  
18.45 - Roda da Sorte  
19.30 - Telejornal  
20.10 - Tieta  
21.20 - O Polvo (3º epis.)  
23.05 - Primeira Página  
00.05 - Alô, Alô  
00.35 - 24 Horas  
00.50 - Remate

**RTP2**

12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas  
12.25 - Curso de Alemão  
12.40 - Filhos e Filhas  
13.05 - Variedades no Teatro Apollo  
14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Agora Escolha  
16.00 - Viajando pelo Mundo (17º epis.)  
16.20 - Os Anderson  
16.45 - Recreio do 2


**Filmes**

«O Jogo da Vida» - 5ª, 14.30, RTP-1  
«O Seu Pior Inimigo» - 5ª, 23.00, RTP-2  
«O Mundo é um Manicómio» - 6ª, 14.20, RTP-1  
«Eternamente Amigas» - 6ª, 23.55, RTP-1  
«Missão em Alto Mar» - sáb., 14.05, RTP-2  
«No País da Alegria» - sáb., 15.30, RTP-1  
«As Noites de China Blue» - sáb., 00.15, RTP-1  
«Footloose» - dom., 15.35, RTP-1  
«A Primeira Noite» - dom., 22.25, RTP-2  
«Safira» - 2ª, 14.30, RTP-1  
«O Retrato de Dorian Gray» - 3ª, 14.20, RTP-1  
«Silvestre» - 3ª, 21.50, RTP-2  
«Perdido na Revolução» - 4ª, 14.25, RTP-1  
«O Beijo da Mulher Aranha» - 4ª, 21.30, RTP-1

**Música**

Quinta  
19.25, RTP-2: Via Rápida  
22.40, RTP-1: Fernando Tordo no Casino Estoril

Sexta  
19.25, RTP-2: Via Rápida  
23.05, RTP-2: Pop-Off

Sábado  
11.50, RTP-2: Forum Musical  
13.40, RTP-1: Lisa Stansfield

Domingo  
09.00, RTP-2: Outras Músicas

Segunda  
19.45, RTP-2: Via Rápida

Terça  
19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta  
19.40, RTP-2: Via Rápida

**Desporto**

Remate - RTP-1, 5ª (00.20), 6ª (23.35), 6ª (00.50), 2ª (00.40), 3ª (00.50), 4ª (24.00)  
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.15  
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00  
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.55  
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

17.30 - Eterno Feminino  
18.30 - Especial Desporto - Mundial de Nataçao  
18.55 - TI-TI-TI  
19.25 - Via Rápida  
19.35 - Circo  
19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»  
20.50 - Dick Tracy  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Cinemazine  
22.00 - Cinemadois - «Silvestre», real. João César Monteiro (Port/1981, 115 min.)

**Quarta**
**RTP1**

10.00 - Rua Sésamo  
10.30 - Ponto de Encontro  
11.55 - Culinária  
12.10 - Top Model  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Sem Legendas  
14.30 - Primeira Matinée - «Perdido na Revolução», real. Robert Day (EUA/1983, 92 min.)  
16.05 - Ponto Por Ponto  
16.50 - O Corpo Humano (17º epis.)  
17.20 - Brinca Brincando  
18.15 - Rua Sésamo  
18.50 - Roda da Sorte  
19.30 - Telejornal  
20.10 - Tieta  
21.10 - Desenhos Animados  
21.15 - Vamos Jogar no Totobola



21.30 - Lotação Esgotada - «O Beijo da Mulher Aranha», real. Hector Babenco (Brasil-EUA/1985, 116 min.)

23.45 - 24 Horas  
24.00 - Remate

**RTP2**

12.00 - Os Centuriões  
12.25 - Curso de Inglês  
12.40 - Filhos e Filhas  
13.00 - Nono B (4º epis.)  
14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Agora, Escolha  
15.55 - Açores - Gente Nossa  
17.00 - Recreio do 2  
17.30 - Eterno Feminino  
18.30 - Chanel (2º epis.)  
18.55 - TI-TI-TI  
19.25 - Via Rápida  
19.35 - Circo  
20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»  
20.50 - Dick Tracy  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Emoções  
22.00 - Joaquim Leiria  
23.30 - Destino América (3º epis.)  
00.30 - Universidade Aberta

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb., às 16: Loucos por Amor, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. Desejo Sob os Ulmeiros, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

**Teatro do Bairro Alto**, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Muito Barulho Por Nada, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro Capitólio**, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45,

dom. às 16 e 21.30. Al Cavaquinho.

**Teatro Cinearte**, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Liberdade em Bremen, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: Quem Tem Medo de Virginia Woolf?, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa. - 5ª e 6ª às 19, sáb., dom. e 2ª às 22: Terminal Bar, de Paul Selig, encen. Carlos Fernando.

**Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom.

às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

**Teatro da Politécnica**, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Casa de Boneca, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

**Teatro S. Luís**, R. António Maria Cardoso. Sala Estúdio. 6ª, sáb. e dom. às 19: A Birra do Morto, de Vicente Sanches, encen. Mário Viegas. Sáb. e dom. às 11: O Regresso de Bucha e Estica, encen. Mário Viegas.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. A Grande Festa (revisita), encen. Francisco Nicholson.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. Os Bancários Também Têm Alma, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

**LOURES**

**Teatro da Malaposta**, R. de Angola, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Osso de Mafoma, de António de Macedo, encen. José Martins.

# Cinema A seleção

|          |                       | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|-----------------------|-------------|-----------|--------------|--------------|
| <b>A</b> | O Bobo                | —           | ***       | —            | ***          |
| <b>B</b> | Cyrano de Bergerac    | —           | ***       | —            | *****        |
| <b>C</b> | Fantasia              | *****       | ***       | *****        | *****        |
| <b>D</b> | A Rapariga Indiscreta | —           | **        | —            | **           |
| <b>E</b> | O Sangue              | —           | **        | —            | —            |
| <b>F</b> | Tudo Bons Rapazes     | ***         | **        | *****        | ***          |

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. José Álvaro Morais — King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45), Sétima Arte (14.30, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Walt Disney — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22) — Lisboa.
- D — Real. Michael Verhoeven — Quarteto/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20, 22, 24) — Lisboa.
- E — Real. Pedro Costa — Forum Picoas/1 (14, 16, 18, 20, 22) — Lisboa.
- F — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/4 (13.45, 16.30, 19, 21.45, 24), Quarteto/2 (14.15, 17, 20, 22.30) — Lisboa.



TROJANO, Lucio — Itália — 1.º Prémio ex-aequo do 2.º concurso internacional de sátira, humor e banda desenhada «La Lumaca che sorride», San Dalmazzo, Itália 1989

# Exposições



Rocha de Sousa

**LISBOA**

**Armando Alves** - Objectos (1970-1990). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

**Colectiva** («Ilustrações»). Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 15/1)

**Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

**Glória Elena** - Pintura; **Sílvia Westphalen** - Escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede, 9, 1ª (até 16/1)

**Homenagem a Raúl Lino**. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

**Isabel Laginhas e João Antas** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a sáb. das 9.30 às 20 (até 18/1)

**Michel Bouvet** - Cartazes culturais. Instituto Franco-Português, Av. Luís Blvar, 9. De 2ª a 6ª das 9 às 20.

**Papagalos de Papel** (colectiva internacional). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 3/2)

**Rocha de Sousa** - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/1)

**Romy Castro** - Pintura; **António Matos** - Escultura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das

10 às 13 e das 15 às 19 (até 14/1)

**Rosa Almeida** - Escultura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42 (até 26/1)

**Ruth Rosengarten** - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A (até 12/1)

**Um Século de**

**Romy Castro**

**Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

**Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Itaiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22

**OUTRAS LOCALIDADES**

**António Pimentel** - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANSIL

**Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

**Pedro Calapez** - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

**Cabrita Reis** - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

**Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

**Artur Bual e Alberto Peixoto** - Pintura. Galeria Espiral, R. Cândido dos Reis, 90, OEIRAS

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

**PORTO**

**Eduardo Batarda** - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

**Lurdes Robalo** - Pintura; **Dália Almeida** - Tapeçaria. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque (até 23/1)

**Manuel Amado** - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

**Pedro Maia** - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854 (até 15/1)

**Rui Agular** - Pintura. Quadrado Azul, R. de

## TEMPOS DE ANTENA

### TELEVISÃO

logo depois do Telejornal

|           |    |  |    |
|-----------|----|--|----|
| Quinta 10 | BH |  | MS |
| Sexta 11  | BH |  | CM |
|           | BH |  | CM |

### RÁDIO

|          |            |     |            |     |            |             |           |             |          |
|----------|------------|-----|------------|-----|------------|-------------|-----------|-------------|----------|
| ANTENA 1 | RENASCENÇA | RFM | RENASCENÇA | RFM | RDP-AÇORES | RDP-MADEIRA | RDP-PORTO | RDP-COIMBRA | RDP-FARO |
|----------|------------|-----|------------|-----|------------|-------------|-----------|-------------|----------|

**Quinta, 10**

17.30 21.30 20.30 4.15 3.15

**Sexta, 11**

17.30 21.30 20.30 . . . 20.00 13.30 15.00 16.55 20.00 23.15

## Tempo Fim de Semana

**Sábado:** Céu muito nublado, vento geralmente fraco, aguaceiros (neve na Estrela e nas serras altas).

**Domingo:** Períodos de céu muito nublado, vento geralmente fraco, neblinas ou nevoeiros matinais.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# a TV

## Não, não foi o PCP

**Telejornal**, no capítulo dedicado às Presidenciais, dá breves imagens do comício da candidatura de Carlos Carvalhas em Braga. Moldura popular deveras impressionante.

Poucas foram as palavras que pudemos ouvir. Mas rigorosas. Dirigidas à inteligência e ao coração dos trabalhadores.

Carlos Carvalhas tem razão, quando faz o apelo à memória. Que os trabalhadores se lembrem. Quem fez isto e aquilo, quem agravou as condições de vida dos trabalhadores? Foi o PCP? Foi o PCP quem instituiu a peste dos contratos a prazo? Foi o PCP quem deu luz branca às privatizações que estão a vender Portugal ao estrangeiro? Foi o PCP quem fechou os olhos às iniciativas para as quais o candidato PSD-PS nos advertiu agora, sibilantemente, dizendo que «as coisas poderão piorar...»?

Não, não foi o PCP. Como não foi o PCP que se aliou à direita (claro, agora é o próprio Basílio quem atira isso à cara de Soares...) nem foi ele quem meteu o socialismo na gaveta.

## Ser ou não ser da esquerda

Porque ser da esquerda não é votar em quem bebe um copo com os trabalhadores e abraça os grandes capitalistas.

Não é votar em quem representa um ar paternalista. Não é votar porque o candidato, ele próprio, realça os seus atributos - honesto, sincero, popular, defensor da democracia, mártir da luta antifascista, etc., etc. - esquecendo-se de que, nas palavras de Camões, «elogio em boca própria é vitupério»...

Ser da esquerda não é votar em quem diz não criticar a acção de Cavaco Silva para não criar atritos.

Hoje, sendo as coisas como são, ser de esquerda é não embarcar no folclore, é ver, lucidamente e sem preconceitos, quem defende os valores da esquerda.

## A cruz no quadrado

Ora, aos cidadãos um pouco mais atentos quase seria desnecessário ouvir as palavras de Carlos Carvalhas. Bastava-lhes ver os tempos de antena do candidato Mário Soares...

Num deles, por exemplo, estiveram, mano a mano, António Seguro, presidente da Juventude Socialista, e... Pedro Coelho, da Juventude Social-Democrata... O primeiro para dizer «há uma nova geração de jovens que...» e o segundo para quê?

Coelho foi mais concreto: votava em Soares pela solidariedade que ele sempre manifestara para com o governo do prof. Cavaco Silva...

Ora assim é que é falar. Eles não votam Mário Soares por ser bochechudo, bonacheirão, popularuncho, rechonchudo, charmoso, chistoso, charrasco, charlatão: votam porque, com ele, os seus direitos estão mais defendidos...

Os cidadãos, em geral, os trabalhadores, em particular, devem, em relação aos seus interesses, ser coerentes - como a direita é coerente em relação aos seus.

## Que falta de...

Sim, amigos leitores, devemos ter memória - até para compensar a memória que Mário Soares não quer ter...

Falou-se no seu **tempo de antena**, do percurso presidencialista que começou em 1985. Ficámos a saber várias e interessantes cousas, entre as quais, esta: ele ganhou mercê do apoio dos socialistas, sociais-democratas e independentes...

Que falta de memória - ou melhor: que falta de vergonha!

Todos sabem o perigo de direita que o país corria, nessa altura. Todos sabem que, em tais circunstâncias, os comunistas puseram seus votos no prato de Soares e que, só assim, o prato desceu na balança eleitoral...

Soares esquece - como esquece o seu comportamento ao desligar-se do PS para não fazer campanha contra Soares Carneiro...

Que ele o esqueça, vá. É negócio dele. Mas alguns cujo nome e cuja cara eu vi no seu **tempo de antena**, meu Deus! Que é que eles pensarão de si próprios quando se virem ao espelho?

## As mãos de Pilatos

Voltemos às imagens e às palavras de Carlos Carvalhas em Braga.

Fez bem em refrescar certas memórias e em castigar os que, «como Pilatos», lavam as mãos nas questões mais dolorosas. Intervir, de facto, não pode resumir-se às cavaqueiras semanais...

Carlos Carvalhas não se esqueceu de denunciar essa maldição de uma sociedade, o trabalho infantil. Particularmente a população de Braga sabe bem do assunto.

Salazar, numa das suas entrevistas a António Ferro, dizia que «o trabalho da criança é pouco, mas quem o despreza é louco.»

Esse trabalho, em Portugal, há quem o explore. E quem o encubra. E quem o silencie, quem lave as tais mãos...

Quem vai esquecer as palavras de Carlos Carvalhas? Quem não as terá no ouvido naquele instante em que a consciência assina de cruz?

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Todos ao molho

### «O ovo no rabo da galinha»

«Quando tenho apelado aos portugueses para que dêem um traço em cima dos quatro candidatos é porque eu não quero que o meu país — por quem tanto lutei por uma democracia — volte ao antigamente. E nós corremos esse risco», dizia com o exagero habitual Alberto João Jardim. Não só porque o líder regional do PSD, ao que se sabe, não se dava mal no «antigamente», mas também por ser na Madeira que a democracia parece ainda encontrar algumas dificuldades para se implantar.

É verdade, no entanto, que a União Nacional do «antigamente» ameaça ter ressuscitado na Comissão de Honra do MASP, um autêntico asilo de individualidades onde desapareceram as convicções e as distinções políticas. E é igualmente verdade que a abstenção — à qual Jardim se junta — pode estragar a festa da reeleição. «Fico contente com 65%», confessava Nobre da Costa, presidente da omnipresente Comissão de Honra do MASP. Mário Soares, aliás, já ficaria satisfeito com 62% (Eanes é ainda o Presidente mais votado, com 61,59%), desde que não tivesse menos votos do que os abstencionistas. E como esse risco é real, Soares avisou já que «não se pode contar com o ovo no rabo da galinha».

(«Expresso», 5 de Janeiro)

### Em nome do «consenso»

A monstruosidade que é o MASP de 1990 deriva precisamente desse facto. Quem acredita que Vítor Sá Machado e Zita Seabra, Rui Machete e Maria de Lourdes Pintasilgo, Francisco Balsemão e Medeiros Ferreira, Miguel Cadilhe e Jorge Lemos, Jorge Sampaio e António Capucho, Torres Couto e Belmiro de Azevedo interpretam os «valores» de que Soares se reclama da mesma límpida e fixa forma. Quem acredita que antigos comunistas (antigos de sema-

nas), socialistas de vários pêlo, liberais, adeptos da doutrina social da Igreja, conservadores e reacçãoários confessos esperam o mesmo do candidato que apoiam? Quem acredita que não esperam coisas diferentes e até incompatíveis? Se eles próprios acreditam, ou se mentem ou nos mentem. O MASP II não é uma comunhão em «valores» políticos, por mais genéricos que eles sejam. O MASP II é a obliteração de todos os valores políticos.

Sem me dar ares de virtude, confesso que não sou suficientemente cínico para assistir a este espectáculo com equanimidade e deleite. Mário Soares e os responsáveis do MASP II não se aperceberam talvez de que o seu «consenso» inspirou ao País um enorme cinismo. O escasso respeito que a denominada «classe política» merecia ao cidadão vulgar evaporou-se. As sucessivas «adesões» ao MASP provocam a suspeita, o desprezo e a velha e obscena chacota da desilusão nacional. Desta vez, Mário Soares pode com justiça gabar-se de ter contribuído generosamente para o descrédito da democracia em Portugal. Não se queixe depois da abstenção.

Há, no entanto, um sentido e um princípio ordenador do caos no MASP II: o ódio a Cavaco. Soares negou que planeasse substituir Cavaco por um «bloco central». Os desmentidos não convencem. Admito que o MASP serve para tudo. Comunistas reformados, «eanistas» arrependidos, «pintasiguistas» e certos socialistas sonham, por exemplo, com um «bloco de esquerda». Algumas criaturas peripatéticas imaginam-se ministros de um Governo PS-CDS. E a malta de olho vivo tenciona enfiar-se pelas malhas do que aparecer. O MASP II serve para tudo, de acordo. Mas, muito conspicuamente, abrindo a procissão do «consenso», vai o «PSD no exílio». A saber: o pessoal que o dr. Cavaco afastou ou cujo futuro no «cavaquismo» é, por qualquer motivo, nulo, duvidoso ou pouco promissor: Francisco Balsemão, Fernando Amaral, Mi-

guel Veiga, Rui Machete, Viana Baptista, Miguel Cadilhe, Álvaro Barreto, António Capucho, Carlos Pimenta, ou seja, os restos do regime Balsemão, os restos do «bloco central» e umas tantas vítimas de percurso. Este PSD não está no MASP para se divertir e os seus préstimos, se Cavaco tropeçar em Outubro, não exigem comentário.

A candidatura, sem conta, peso nem medida de Mário Soares não se limita a evacuar os valores da política. Faz mais e pior. Em nome do «consenso» e da «colaboração institucional», esconde ao País aquilo que na realidade é: um episódio decisivo da luta entre Soares e Cavaco. Nos círculos informados, ninguém, aliás, o desconhece ou se incomoda com rodeios de linguagem. Os dois lados apontam franca e brutalmente o inimigo. Sucede, no entanto, que os interesses de Cavaco e de Mário Soares coincidem num ponto: a nenhum deles convém que o País perceba a natureza destas eleições. Mário Soares porque precisa do PSD. Cavaco porque a inevitável vitória de Soares seria vista como derrota sua. Ambos sustentam, assim, transitoriamente, a ficção de que as presidenciais e as legislativas pertencem a mundos separados.

(«O Independente», 4 de Janeiro)

### «Os palcos»

Os palcos, «Coimbra continua a ser uma lição», dos comícios MASP continuam a bater recordes de afluência. Se até anteontem tal problema se resumia a as pessoas excederem o espaço existente na mesa, no Pavilhão conimbricense era já um problema da própria dimensão do palco não chegar para albergar quantas «figuras» gostam de surgir «coladas» ao candidato «consensual».

Em Coimbra, excediam a centena os presentes no palco, que a consensualidade a tal obriga. Nada afectou, no entanto, o entusiasmo da assistência, a aproximar o comício de Coimbra do primeiro desta campanha, no Porto. As características dos oradores escolhidos, ao contrário da véspera em Setúbal, a tal ajudou. Por exemplo, Manuel Alegre. Falou, sobretudo, para elogiar Soares e criticar os outros candidatos. Mas podia ter lido a lista telefónica que o entusiasmo seria o mesmo: a festa estava já montada, e a voz do poeta ajudava.

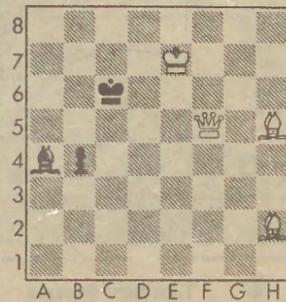
(«Público», 7 de Janeiro)

# Xadrez

CCLXXXVI — 10 de Janeiro de 1991

Proposição n.º 286/A  
Por: William Anthony Shinkmann  
Dub. Chess Journal, 1890

PR.: [3]: Pb4-Ba4-Rc6  
Br.: [4]: Bs.h2, h5-Df5-R67

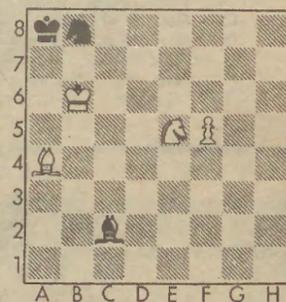


Mate em 3 lances

\*\*\*

Proposição n.º 286/B

Por: E. Holm  
Bonniers Manadskriften, 1917  
Pr.: [3]: Cb8-Bc2-Ra8  
Br.: [4]: Pf5-C65-Ba4-Rb6



Branças jogam e ganham

\*\*\*

Soluções do n.º CCLXXXVI  
N.º 286/A — (W.A.S.): 1. B62, Rb6; 2. Da5+, R:a5; 3. Bc7++  
1. ...; 2. ...; Rb7; 3. Da6++  
1. ...; Rb7; 2. Dc8+, R:c8; 3. Ba6++  
1. ...; 2. ...; Rb6; 3. Dc7++  
N.º 286/B (E.H.): 1. f6, B:a4; 2. f7, B68; 3. P:e8=B e g.

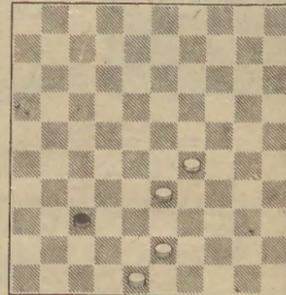
A. de M.M.

# Damas

CCLXXXVI — 10 de Janeiro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 286  
Por: L. TÉVAN  
— 1935

PR.: [1]: 37  
Br.: [4]: 29-33-43-48

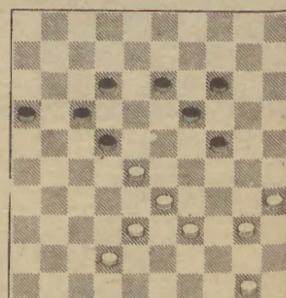


Branças jogam e ganham  
(Mate em três lances)

GOLPE N.º 286

Por: HERMAN HOOGLAND  
— 1911

PR.: [8]: 12-13-14-16-17-19-22-24  
Br.: [8]: 28-33-35-38-39-40-42-50



Branças jogam e ganham

Nota: H. Hoogland nasceu em 1892 na Holanda e foi campeão do Mundo em 1912!

SOLUÇÕES  
DO N.º CCLXXXVI

N.º 286 (L. T.): 1. 29-24, (37-41); 2. 33-29, (41-46)=D; 3. 43-49  
Mate!

— Se: 3. ..., (46-41/37/32/28);  
4. 29-23+  
— Se: 3. ..., (46-14/10/5); 4.  
24-19+

Golpe N.º 286 (H. H.): 1. 35-30, (24x44); 2. 33-29, (ad libitum); 3. 50-45, (ad libitum); 4. 38x7+.

A. de M.M.





Manuel Carvalho da Silva



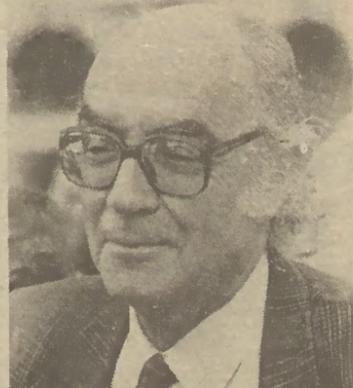
José Luís Judas



Virgínia de Moura



Maria do Carmo Tavares



José Saramago



Mário Jacques



Blasco Hugo Fernandes



Ilda Figueiredo



Urbano T. Rodrigues



Carlos Carvalho



Lopes-Graça



Octávio Teixeira



Óscar Lopes



Mário Castrim



José Morgado



José Ernesto Cartaxo



Américo Nunes



Jerónimo de Sousa



João Paulo



Florival Lança

um sinal de alerta para estes problemas, sobre os quais devemos ter a mais lúcida consciência. Votarei em Carlos Carvalho e apelo a que votem nele não apenas todos os comunistas, por mais crítica que seja a sua opção, mas todos os democratas e todos aqueles que acreditam num Portugal melhor, realizado à medida das melhores capacidades humanas.

■ (Prof. Óscar Lopes)

**H**á valores de civilização que ninguém ousa pôr em causa. Por vezes, a proclamação de qualquer um desses valores torna-se moeda corrente. Hoje, torna a falar-se de humanismo. O humanismo e os valores de que se reveste tornou-se, ousaria dizê-lo, o tema central desta campanha para a Presidência da República. Sob a capa de um chamado humanismo cristão, e justamente na

quadra em que se comemora o nascimento de Cristo, que não escolheu para nascer um palácio nem optou por ser empresário nem gestor de coisa nenhuma, mas nasceu num curral de animais e fez-se homem trabalhando como artesão, sob a capa do humanismo cristão, dizia eu, esconde-se a candidatura que se proclama dos espoliados. Dos espoliados da Banca, dos Seguros, dos monopólios, dos latifúndios, que

como já toda a gente viu são já neste momento mais espoliadores do que nunca.

Sob a capa de uma candidatura humanista, republicana e laica, há uma candidatura na verdade tão-só equilibrada, pé num lado, pé no outro, que mete no mesmo saco gregos e troianos, o capital e o trabalho, que desde sempre ensaiou a receita para diluir no mesmo caldinho alquímico a esquerda e a direita.

Por mim, opto pela candidatura da justa medida. E essa medida é o homem, o homem finalmente liberto de todas as explorações. Voto Carvalho. Porque não vota você também?

■ (José Luís Borges Coelho, músico)

**D**a candidatura de Carlos Carvalho pode dizer-se que ela é não apenas politicamente necessária como culturalmente indispensável.

No que se refere aos aspectos políticos, não há que insistir muito porque eles estão mais do que claros e evidentes nesta altura da campanha. Mas talvez valha a pena dizer algumas palavras, necessariamente rápidas, sobre o aspecto cultural desta candidatura. Certas candidaturas, ou para ser mais claro a candidatura do dr. Mário Soares apresenta-se no plano cultural como o mais abrangente que é possível. De tal forma abrangente que as especificidades culturais relativas acabam por perder-se numa espécie de *mare magnum* de adesões, de participações, de que é claro exemplo a comissão de honra. Não significa isto, evidentemente, uma crítica em relação às pessoas que aderiram a essa candidatura, mas apenas a manifestação de uma preocupação que resulta do facto de vermos reunidas de uma certa maneira a água e o azeite, de vermos reunido o que antes considerávamos, se não incompatível, pelo menos dificilmente compatível.

A candidatura de Carlos Carvalho apresenta-se num plano tal que é o da relação com a nossa própria cultura, não apenas no que se refere ao passado e nem sequer também apenas no que se refere ao presente, mas sobretudo no que se refere ao futuro.

Com a integração na Europa, com a constituição do mercado único, as culturas nacionais vão sofrer sérios choques; em alguns casos é possível que dificilmente resistam. E uma candidatura que se apresenta com as características da de Carlos Carvalho é justamente um pretexto, e creio que o melhor, para a reflexão necessária neste limiar do século XXI e nesta introdução de uma Europa unida, segundo dizem, sobre o nosso próprio papel e sobre as razões e as condições em que podemos e devemos garantir e defender a nossa própria cultura.

Julgo que nenhuma das outras candidaturas tem esta característica, que aliás julgo dever ser reforçada porque não me parece que esteja ainda bastante delineada a linha que creio ser a mais útil neste caso. De qualquer forma considero que a candidatura de Carlos Carvalho é uma candidatura para hoje e uma política de ordem cultural para amanhã.

■ (José Saramago, escritor)

**E**u aderi à candidatura de Carlos Carvalho fundamentalmente por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque me identifiquei com o seu programa, que é um programa de intervenção no sentido de contribuir para a resolução

dos grandes problemas nacionais, nomeadamente o problema do desenvolvimento, o problema da redistribuição do rendimento nacional, a salvaguarda de um sector empresarial do Estado que possa fazer face às multinacionais com a abertura do nosso país através da adesão à CEE e outras grandes questões que afectam todos os portugueses.

Em segundo lugar, porque Carlos Carvalho dá uma garantia de coerência, de lucidez e de dignidade e de aplicação efectiva do programa que defende.

Durante vários anos tive ocasião de conviver com Carlos Carvalho na Assembleia da República, de assistir às suas intervenções; foi justamente a sua coerência, a sua lucidez como deputado que me levaram a ver nele um homem que nos pode dar a garantia de cumprir o programa que apresenta a todos os portugueses. É por isso que eu, como muitos outros cidadãos, me identifiquei com uma candidatura interveniente, com uma candidatura que não volta as costas aos grandes problemas nacionais e que me dá a garantia da sua coerência e da sua dignidade. É por isso que eu voto Carlos Carvalho.

■ (Dr. Raul Castro, deputado e membro da Intervenção Democrática)

**E**u voto Carlos Carvalho porque ele é o único candidato que me merece inteira confiança cívica, política e humana. O que corresponde a um projecto político com antigas raízes de luta e solidariedade, de esquerda lúcida, honesta e exemplar. Voto Carlos Carvalho porque continuo a pensar que o socialismo verdadeiro, o que não se deixa encerrar em gavetas, tem no seu passado muitas vitórias que agora alguns querem esconder e outros se envergonham de lembrar, e que continua a ser a única certeza de um futuro que possa ser alternativa à indignidade que alastra pelo mundo.

■ (Mário Castrim)

**E**u apoio a candidatura de Carlos Carvalho porque considero que ela representa o espírito e pensamento políticos cada vez mais indispensáveis à necessária transformação da sociedade portuguesa.

Apoio Carlos Carvalho porque penso que, dos quatro candidatos à Presidência da República, ele seria o que daria um melhor Presidente. Apoio ainda Carlos Carvalho porque não tenho feito para mudar de simpatias ao sabor dos ventos nem para enfileirar nas claques que estão sempre à procura do vencedor do campeonato.

Finalmente, apoio Carlos Carvalho porque pela primeira vez em eleições presidenciais vou votar por razões que não são de natureza táctica, mas votando no candidato que eu gosto.

■ (Almirante Rosa Coutinho)

**V**oto em Carlos Carvalho porque voto na seriedade e na coerência, porque com ele tenho a garantia de que os actos correspondem às palavras. O voto em Carlos Carvalho é o voto das mulheres e dos homens insatisfeitos com as desigualdades, a pobreza, o desenvolvimento desequilibrado do país. Carlos Carvalho aponta as causas desta situação e não se limita como os outros a lamentar as consequências. Voto em Carlos Carvalho porque ele



Ano 90  
Portugal  
pode ser  
Melhor!

Carlos  
Carvalhas

# Diário de campanha

não se conforma e sabe que é possível um Portugal melhor. Voto em Carlos Carvalhas porque sei que com ele o meu voto está seguro e não cairá em bolso roto.

■ (Dra. Zilda Carvalho, investigadora científica e presidente da Comissão de Mulheres da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos)

Vou votar em Carlos Carvalhas porque ele me dá total garantia de seriedade e de coerência na defesa de valores que são caros a todos os democratas e à esquerda, valores humanistas de que o homem é o centro.

Com ele, as palavras não são simplesmente discursos de circunstância, traduzem a vontade de agir com o conhecimento concreto da realidade, com o sentido justo do progresso que é o da valorização de cada um através da participação de todos.

Todos falam, por exemplo, de ciência e tecnologia e quase todos não sabem do que falam. Repete-se uma cassete, a cassete do progresso científico-tecnológico, quando se inviabiliza esse progresso, quando se impede de facto os jovens de seguirem uma carreira científica e se cortam os meios para a investigação. Carlos Carvalhas sabe e já o tem dito, no concreto, o que é preciso para desenvolver a ciência e a tecnologia. Voto Carlos Carvalhas porque com ele e com todos os portugueses de boa-vontade um Portugal melhor fica mais perto de nós.

■ (Frederico de Carvalho, investigador científico)

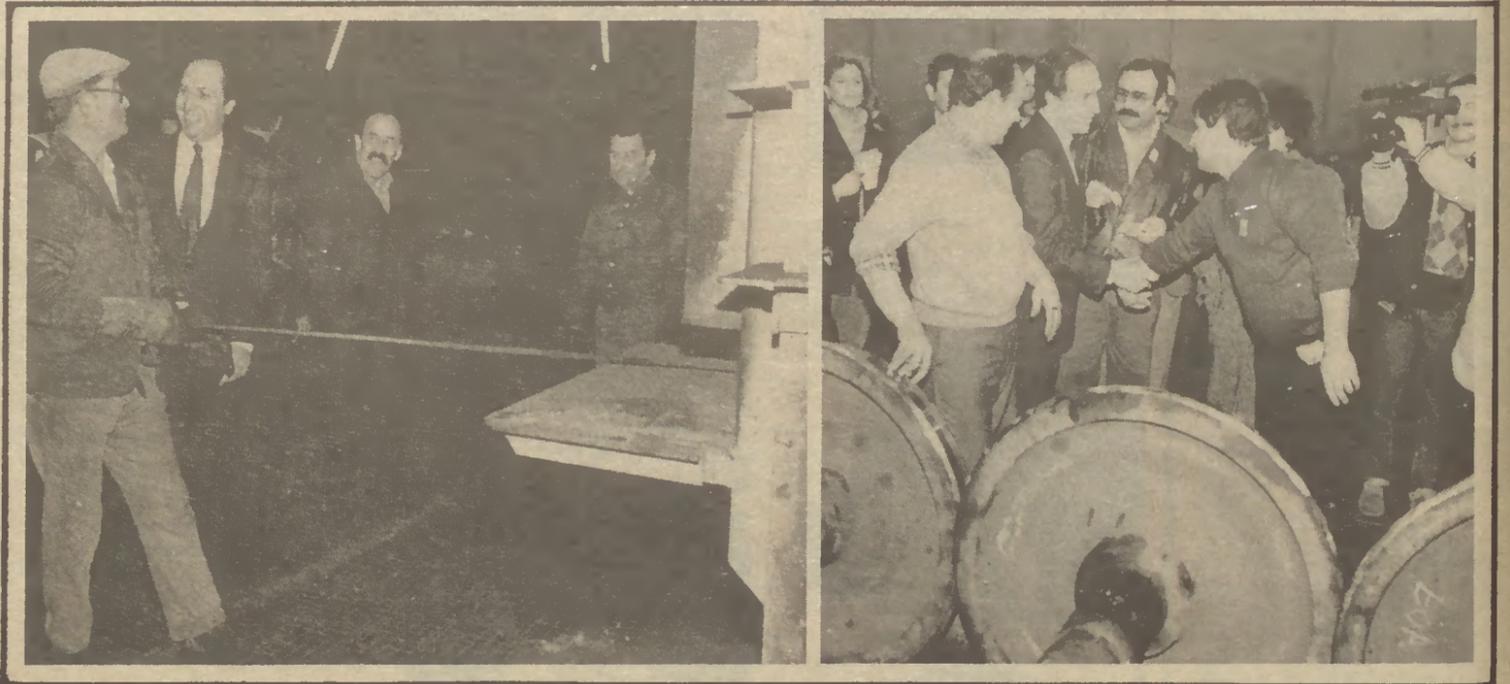
Voto em Carlos Carvalhas porque ele representa um projecto político de esquerda que visa um consenso verdadeiro entre as forças democráticas, no sentido da construção de uma democracia política, económica, social e cultural. Porque defende a autenticidade da dimensão representativa da democracia, mas também a sua dimensão participativa sem a qual os cidadãos são progressivamente afastados da decisão sobre os seus próprios destinos.

Voto em Carvalhas porque considero que a crescente interdependência do mundo contemporâneo não tem que significar a abdicação nacional, nem a transformação de Portugal numa região sem alma, como ele próprio já disse. E defendo a soberania nacional como necessária à cooperação entre povos livres e soberanos. Porque ele assume a cultura como uma componente e um factor da democracia nas suas várias dimensões, como forma de ajudar a criar formas de viver mais livres, mais justas e mais fraternas.

■ (Dr. Manuel Gusmão, prof. universitário)

Enquanto dirigente sindical considero ser do interesse profundo dos trabalhadores o voto em Carlos Carvalhas, porque penso ser o voto que melhor está em condições não só de defender mas também de promover os seus interesses. Neste ano de 1991, em que graves e sérios problemas ameaçam os trabalhadores, nomeadamente os seus salários, as suas condições de vida, os seus direitos enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos, as propostas apresentadas por Carlos Carvalhas na sua candidatura são as que dão a garantia de contribuir para a resolução desses problemas, bem como para a construção de uma alternativa democrática no nosso país, tão necessária para todos.

■ (Florival Lança, dirigente sindical)



## Sindicalistas apelam ao voto em Carlos Carvalhas

Em manifesto tornado público esta semana, um grupo de destacados dirigentes sindicais que integram a Comissão Nacional de Apoio à Candidatura de Carlos Carvalhas responde à pergunta que constitui o título do documento: **Porque votamos Carlos Carvalhas à Presidência da República.**

Subscrevem o manifesto **Manuel Carvalho da Silva**, coordenador da CGTP; **Florival Lança**, membro da Comissão Executiva da CGTP e coordenador da Comissão Executiva da USL; **João Torrinhos Paulo**, membro da Comissão Executiva da CGTP e coordenador da Federação dos Metalúrgicos; **Jerónimo de Sousa**, membro da CIL e deputado; **Paulo Suceña**, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; **João Silva**, membro do Conselho Nacional da CGTP, da Comissão Executiva da USL

e coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa; **Mário Jacques**, membro do Conselho Distrital da USL e coordenador do Sindicato dos Espectáculos; **Carlos Carvalho**, membro dos Conselhos Nacionais da CGTP e da Federação Metalúrgica; **Maria do Carmo Tavares**, membro da Comissão Executiva da CGTP; **José Ernesto Cartaxo**, membro da Comissão Executiva da CGTP; **Joaquim Filipe Dionísio**, do Conselho Nacional da CGTP; **José Luís Judas**, membro do Conselho Nacional da CGTP; **António Maria Quintas**, membro do Conselho Nacional da CGTP; e **Américo Nunes**, membro do Conselho Nacional da CGTP.

É o seguinte o texto do documento: «[votamos Carlos Carvalhas] Porque é uma candidatura que defende para Portugal um caminho de verdadeiro desenvolvimento económico e so-

cial, de aprofundamento da democracia, de respostas empenhadas às grandes aspirações e esperanças do povo português.

«É uma candidatura com um projecto de futuro. Que assegura a melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada distribuição da riqueza criada, uma mais vantajosa inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho, o progresso do País.

«É uma candidatura com valores. Que se reclama de uma mundivivência em que ocupam lugar destacado a consciência do papel decisivo dos trabalhadores na vida nacional e na democracia portuguesa e o reconhecimento do trabalho como factor determinante da transformação da vida e da dignificação do homem como elemento básico da criação, da riqueza e progresso.

«A candidatura do PCP - a candidatura de Carlos Carvalhas - distingue-se das outras candidaturas pelas suas propostas de revalorização democrática da função presidencial, pela defesa de um projecto de democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, por uma firme adesão aos princípios e valores constitucionais, pela defesa de um Portugal independente e soberano, pela sua vinculação ao objectivo da convergência das forças democráticas, por uma mensagem de verdade, rigor e empenho na superação dos graves atrasos, carências e injustiças sociais que marcam a sociedade portuguesa.

«O voto em Carlos Carvalhas é um voto militante e coerente que traduz a determinação de continuar o combate com vista a uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.»

## Em Lisboa 400 mulheres apelam ao voto em Carlos Carvalhas

No curto espaço de uma semana, a Comissão de Mulheres do Distrito de Lisboa de Apoio à Candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República reuniu mais de quatro centenas de assinaturas que subscrevem o manifesto divulgado no início desta semana e que afirma nomeadamente:

«A candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República assume responsabilidade e coerentemente os valores da liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade e justiça social, valores caros às mulheres e frequentemente invocados na sua luta emancipadora.

«A candidatura de Carlos Carvalhas assume que a magistratura presidencial deve, tendo presente o espírito e a letra da Constituição, interpretar o princípio da igualdade como condição necessária à democratização, desenvolvimento e humanização através do incentivo das capacidades criativas e produtivas das mulheres.

«A candidatura de Carlos Carvalhas assume ainda junto dos cidadãos a necessidade de dar voz a uma vasta corrente de opinião que partilha da esperança e da vontade de construção de uma viragem democrática na vida nacional, onde o valor eminentemente democrático e estratégico da igualdade exige a definição e concretização de políticas concertadas no sentido de assegurar às mulheres o pleno e livre exercício da sua cidadania, na promo-

ção dos seus direitos numa sociedade de plena igualdade de direitos e de oportunidades.

«Porque Portugal pode ser melhor e este grande objectivo só é realizável se contar com a plena participação, o empenhamento e a criatividade das mulheres, nós mulheres abaixo assinadas apelamos ao voto em Carlos Carvalhas e constituimo-nos em Comissão de Mulheres de Apoio à sua Candidatura à Presidência da República.»

Contam-se entre as muitas signatárias os nomes de **Adriana Barata Moura**, assistente familiar; **Alcina Bastos**, jurista; **Ana Abel**, médica; **Ana Teresa Paulino**, gráfica; **Beatriz Falcão**, reformada; **Clarinda Pinto Nogueira**, assistente social; **Dulce Rebelo**, professora e investigadora; **Ema Machado da Cruz**, médica; **Ermelinda Conceição Oliveira**, ajudante técnica de farmácia, vogal da JF de Barcarena; **Etelvina Marques Reis**, ferroviária; **Fernanda Lapa**, actriz/encenadora; **Florinda Engrácia Antónia**, funcionária pública, presidente da JF de S. Miguel; **Florinda Oliveira**, educadora infantil; **Francisca Crespo**, professora; **Georgette Ferreira**, operária têxtil; **Germlna Ferreira**, professora e presidente da JF da Charneca; **Glória Marreiros**, técnica de psicoprofilaxia; **Graça Mexia**, psicóloga e da AM de Lisboa; **Graciete Cruz**, empregada e dirigente sindical; **Helena Bastos**, professora associada

e da AM de Lisboa; **Helena Neves**, jornalista; **Henriqueta Maya**, actriz; **Hortênsia Chambel**, médica; **Ilda Pires**, contabilista; **Inês Fontinha**, socióloga; **Irene Portela Santos**, economista; **Isabel Almeida Figueiredo**, especialista de formação, dirigente sindical; **Isaura Vieira**, secretária; **Laura Borge**, licenciada em História; **Laura Lopes**, jurista; **Leonor Santa Rita**, bibliotecária; **Lia Vlegas**, advogada; **Luzia Maria Martins**, encenadora/dramaturga; **Manuela Batalha**, empregada de escritório; **Manuela Corage**, modista; **Maria João Apolónia Conceição**, empregada de escritório; **Maria Aida Nogueira**, licenciada em Físico-Químicas; **Maria Amélia Figueiredo**, empregada de escritório, da AM de Loures; **Maria Antónia Bergano Santos**, técnica de telecomunicações/CTT, dirigente sindical; **Maria Cândida Caeiro**, dona de casa; **Maria do Carmo Pombinho**, empregada de escritório, da AM de Loures; **Maria Celeste Soeiro**, costureira, dirigente sindical; **Maria Elvira Barroso Gonçalves**, jurista; **Maria Elvira Nereu**, empregada de escritório; **Maria Emília Marques**, empregado de escritório, dirigente sindical; **Maria Emília Carreira**, assistente social; **Maria de Fátima Garcia**, empregada de escritório; **Maria de Fátima Mesias**, empregada de escritório, dirigente sindical; **Maria Fernanda Martins**, dirigente desportiva; **Maria Gul-**

**not**, cantora/compositora; **Maria Helena Dias Moura**, costureira, dirigente sindical; **Maria Helena Nogueira**, técnica química, presidente da JF da Damaia; **Maria Isabel Isidoro**, professora; **Maria João Martins Paulo**, funcionária pública; **Maria Joaquina Silvério**, engenheira; **Maria José Gomes**, secretária; **Maria José Resende**, professora do ensino especial; **Maria Luísa Vitorino Gomes**, técnica superior; **Maria de Lourdes Palma Rodrigues**, socióloga; **Maria de Lourdes Santos**, bancária, presidente da JF de Sacramento; **Maria Manuela Jorge Santos**, economista; **Maria Natal Guerreiro**, empregada de escritório; **Maria Paula Pottler Abel**, artesã; **Maria Rosa Rabiais**, bancária; **Maria Vilar Diógenes**, técnica administrativa, presidente da JF de Carnide; **Máxima Vaz**, professora; **Olinda Nunes**, operária fabril; **Palmira Crespo**, empregada de escritório; **Ricardina Pires Lourenço**, bancária, dirigente da Voz do Operário; **Rita Magrinho**, professora, da AM de Lisboa; **Rosa Saúde**, operária e dirigente sindical; **Rosa Xisto**, empregada e dirigente sindical; **Rosalinda Pinho**, empregada de comércio, presidente da JF de Santa Justa; **Susete de Jesus Pacheco**, empregada de escritório, dirigente associativa; **Teresa Coucelo**, profissional de seguros; **Taurina Zuzarte**, médica; **Vanda Gorjão**, estudante; **Zilda de Carvalho**, investigadora.



Os moradores do Bairro Agra do Amial vieram à rua e janelas saudar o candidato e ouvir deste palavras de apoio pelo direito a uma habitação condigna



Em Gala, voltaram a repetir-se as manifestações de incitamento e apoio



No coração do Porto, depois de um encontro com a população no mercado de S. Sebastião, a descida a caminho da Ribeira



No Porto, nem a chuva, nem a noite fria, nem o facto de ser sábado, foram suficientes para desmobilizar quantos quiseram estar presentes no comício no Cinema Terço, espaço que se revelou pequeno para receber tanta gente



Recebido com palavras de apreço e simpatia, Carlos Carvalhas prestou homenagem, na figura de Túlio Espanca, aos homens da cultura, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora



Com os reformados e pensionistas da capital do Alto Alentejo



Almoço de apolantes no Palácio D. Manuel, em Évora

política» e de afirmar a «autonomia de uma visão do mundo que permanece viva e que desafia a inteligência e a integridade de todos nós».

#### Luta difícil

«Sabemos ou não por que estamos aqui?», começou por inquirir, por seu turno, António Lopes, membro da Comissão Executiva do CC, lançando deste modo a questão das outras candidaturas, nomeadamente das «que se dizem suprapartidárias», por contraponto com a do PCP que «não esconde as suas origens» e define de «uma forma clara as suas propostas e objectivos». Uma clareza que considerou responsável pela adesão crescente que concita junto dos trabalhadores, «que nela se revêem», esclareceu ainda António Lopes, antes de concluir que a «luta no distrito não tem sido fácil», o que em nenhum momento será sinónimo, afirmou, de «abandono dos nossos princípios e objectivos». Momento alto da noite, aguardado com natural expectativa pela massa de gente que enchia por completo o Cine-Circo, foi o discurso de Carlos Carvalhas. Um discurso onde retomou o essencial das linhas de força da sua candidatura mas onde foram mais vivas e contundentes as críticas que dirigiu às restantes candidaturas. A começar pela de Mário Soares, a quem incitou, com ironia, a continuar a sua cruzada de apelo ao voto do eleitorado comunista, porquanto, observou, desde que «ele está a apelar ao voto dos comunistas cada vez mais gente aparece nas nossas iniciativas».

#### Aprender com o povo

Em resposta às palavras de Mário Soares sugerindo ao candidato comunista uma autocritica, Carvalhas lembrou «não ter problemas em aprender com os erros dos outros» uma vez que, disse, «procuramos sempre aprender com o povo e estar ao seu lado», frisando no entanto não poder fazer autocriticas por «meter o socialismo na gaveta», por «criar os contratos a prazo» ou por «fazer alianças com a direita». Da candidatura de Basílio Horta, neste mesmo dia em Braga, para um comício que esteve longe de encher a já de si pouco ambiciosa, porque pequena, sala da Escola Carlos Amarante, disse Carlos Carvalhas ser uma candidatura protagonizada por um homem que «pode berrar muito alto mas que sempre continuará a voar muito baixo», sendo em sua opinião uma candidatura «passadista e frágil» que «agita o objectivo da segunda volta mas que não tem pernas nem para um quarto de volta». Quanto a Carlos Marques, o orador desmontou o carácter alegadamente suprapartidário da sua candidatura, lembrando a sua qualidade de dirigente da UDP e chamando a atenção para o facto de «não se poder vestir ou despir um fato segundo as conveniências». Procedendo a um breve balanço do que foi a campanha até àquele momento, o orador num tom galvanizador recordou os muitos estímulos que recebeu nestes últimos três meses, os quais, enfatizou, «mostram que muitos anos de governo de direita não erradicaram do povo português os valores democráticos».

#### «Verdadeiro cristão»

Questões, algumas delas a merecerem frequentes referências do candidato nos contactos que estabeleceu ao longo do dia, um dia de campanha que começou em Guimarães, com uma visita à feira semanal, logo seguida de uma passagem pelo mercado local. Nos dois locais, os habituais gestos de simpatia, com o candidato a distribuir folhetos, nunca recusados, dirigindo ou retribuindo votos de felicidades, ora apertando a mão, ora recebendo um abraço, ali um beijo, muitas vezes uma palavra de estímulo e incentivo.

«Deixem-me cumprimentar um verdadeiro cristão», disse, rompendo entre os presentes, uma homem idoso, que fez questão de o saudar mais de perto, enquanto outro, mais adiante, pedia para que «nunca se esqueça dos velhinhos e das crianças».

#### Na Grundig

«Sou socialista mas vou votar em si», garantiu, por sua vez, abeirando-se de Carlos Carvalhas, um trabalhador à saída da Grundig, fábrica com cerca de quatro mil trabalhadores, oitenta por cento dos quais mulheres, onde o candidato se deslocou à hora de almoço para distribuir propaganda e preferir uma breve intervenção. Atentamente seguido pelos presentes, o candidato pôs o acento tónico no mundo do trabalho e no respeito que este lhe merece, lembrando as lutas «coroadas de êxito» naquela empresa em resultado da unidade dos trabalhadores.

#### Com os reformados

Antecedido por um pequeno grupo de «zês-pereiras», de Barcelinhos, que desde manhã acompanhara todos os passos da comitiva, Carlos Carvalhas percorreu ainda a pé algumas ruas de Braga, tendo sido recebido na Cooperativa de Consumo Novos Pioneiros por um

uma posição na divisão internacional do trabalho que não reserve para o nosso País as celulosas e o eucalipto, as actividades económicas que fortemente degradam o ambiente e os recursos naturais.

**A minha candidatura defende uma política ambiental assente na inventariação rigorosa dos recursos, na sua gestão racional e democrática, bem como das áreas protegidas; na coordenação e compatibilização do ambiente com todas as políticas sectoriais; na educação ambiental dos cidadãos; enfim, na defesa da vida.»**

(Declaração sobre a Área Protegida de Sintra, Bombeiros Voluntários de Almoçageme, 6 de Janeiro)

#### «Pão com gosto a vida»

«Foram séculos de sofrimento e luta dos trabalhadores da terra alentejana, agricultores e assalariados, contra a opressão e a miséria geradas pelo latifúndio.

A história registará a Reforma Agrária como uma das maiores conquistas dos trabalhadores agrícolas do sul, na luta pela sua emancipação social e em defesa do desenvolvimento da agricultura da região e do País.

Com a Reforma Agrária dignificou-se o trabalho da terra, que assumiu uma nova dimensão humana. Criaram-se novas relações sociais e culturais, ganhou-se uma nova esperança de vida.

O pão «que o diabo amassou» ao longo de gerações, em terras do latifúndio, passou a ser o pão da liberdade e da fraternidade. Pão com gosto a vida.

A Constituição consagrou a Reforma Agrária como realização integrante na construção do Portugal democrático.

A Constituição da República continua, hoje, a incumbir ao Estado o imperativo da eliminação dos latifúndios.

Contra a Constituição, contra a democracia, contra a justiça, contra os interesses da região e do País, os latifúndios têm vindo a reconstituir-se.

O contraste com a pretensa alternativa a que a direita pretende condenar a região com a destruição da Reforma Agrária é já bem evidente, não pode ser desmentido nem ignorado.

Todos os indicadores económicos e sociais revelam uma acentuada deterioração no Alentejo, que regista, tal como antes do 25 de Abril, os mais baixos índices de intensidade da actividade económica do País.

Dispensam-se, deste modo, as consequências de uma economia dominada e estrangulada pelo regime de propriedade e exploração latifundiária, assente em sistemas económico-produtivos da agricultura de extensivo.

Sistemas incapazes de racionalizar e potencializar a utilização dos recursos, de promover o desenvolvimento técnico-profissional e remunerar devidamente o trabalho, de dinamizar o crescimento e diversificação de outras actividades.

Um regime que tem penalizado fortemente a região, descapitalizando-a, amarrando-a a um baixíssimo nível de industrialização e a condições de trabalho precário sazonal que têm um efeito fortemente repulsivo dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens que são forçados à emigração.

A irrigação do Alentejo é hoje cada vez mais necessária, nomeadamente face ao Mercado Único.

Com uma densidade demográfica de 21 habitantes/Km<sup>2</sup>, enquanto a média em Portugal Continental é de 110 habitantes/Km<sup>2</sup>, o tecido demográfico da região é não só o mais rarefeito como é dos mais envelhecidos.

Não podem persistir, sob risco de se comprometer definitivamente o futuro do Alentejo, as políticas de direita inconstitucionais que ameaçam condenar esta vasta região ao subdesenvolvimento, à desertificação e ao recente envelhecimento.

O Presidente da República não deve ter, como tem tido o Dr. Mário Soares, uma atitude de neutralidade ou de passividade, perante esta situação. Não bastam as bonitas palavras de ocasião. O Presidente da República deve intervir para que a Constituição da República seja respeitada e aplicada.

A memória colectiva do passado anterior ao 25 de Abril e das profundas transformações operadas com a Reforma Agrária está e terá que ficar bem viva, para ser transmitida às novas gerações, constituindo um elemento indissociável da luta pelo direito dos homens e mulheres do Alentejo ao respeito pela sua dignidade, à justiça, ao progresso económico e social.

O voto na minha candidatura é um voto de afirmação desta memória e da luta no presente!

É um voto contra a abstenção de quem não desiste de lutar no presente pelo futuro e para o futuro.

É um voto de afirmação de homens e mulheres que podem vergar as costas para semear a terra e colher os frutos, mas que não vergam perante as injustiças e as dificuldades.

É um voto de quem acredita que vale a pena lutar, porque podemos construir um Alentejo melhor. Porque Portugal pode ser melhor!»

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas no comício no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, no dia 8)

Anos 90  
Portugal  
pode ser  
Melhor!  
Carlos  
Carvalhas

# Diário de campanha

numeroso grupo de reformados que se constituíram em comissão de apoio à sua candidatura. Deles partiu também a festa organizada no local, onde recebeu novas provas de apoio, expressas desta feita por João Lopes, que recordou como os reformados continuam a «sentir na vida e no corpo as desigualdades sociais», consequência de uma política, disse, «que dá menos a quem tem menos e dá mais a quem tem mais». Carlos Carvalhas pegou no mote, sublinhando que mesmo os «magros aumentos acentuam as desigualdades», para de seguida referir que «ninguém tem o direito de fazer demagogia com aqueles que passaram a vida a trabalhar». Referia-se obviamente àqueles que nos períodos eleitorais ou no Natal enchem a boca com os problemas dos reformados para logo os esquecerem, os mesmos, no fim de contas, que demagogicamente «só referem os efeitos das desigualdades, nunca apontando as suas causas».

**Sábado, 5  
10.00**

## Apoteose no Porto

Aproxima-se da meia centena, incluindo um autocarro repleto de jovens, o número de viaturas que em Matosinhos cumpre a primeira paragem da jornada de campanha que neste dia levaria Carlos Carvalhas a percorrer cinco concelhos do Grande Porto.

Município de forte influência socialista, Matosinhos dispensa assim ao candidato comunista, na breve visita que efectua ao mercado local, um acolhimento que em nada difere de anteriores contactos do género.

Equivale isto a dizer que foi com simpatia, palavras de apreço e muito calor humano, sem a mais pequena manifestação de hostilidade, que Carlos Carvalhas foi recebido pelas pessoas presentes nos locais por onde passou, atmosfera que se repetiria, uma hora depois, na zona da Sé, bem no coração do Porto.

Em ambiente entusiástico, depois de uma breve passagem pelo mercado de S. Sebastião, onde centenas de pessoas se aglomeraram para o saudar, Carlos Carvalhas desceu as ruas Escura e Bainharia, a primeira transformada numa espécie de «Kasbah» marroquino, seguido por uma pequena multidão, que não se cansa de gritar «Carvalhas não é só fixe, é o melhor de todos».

«O Cavaco tem a gamela dele cheia, senhor», diz uma mulher, à porta de um pequeno estabelecimento, em jeito de desabafo, quando inquirida pelo candidato sobre o estado do negócio. Uns metros à frente, de uma janela, uma mulher gritando pelo nome do candidato faz interromper o passo do cortejo, lançando de imediato uma flor, gesto singelo que Carvalhas, sensibilizado, agradece.

Sem se esquivar ao contacto, mergulhado num enorme aperto de gente que o quer cumprimentar, é no entanto já na Ribeira que a recepção ganha renovado calor. «É muito educado. Aceito porque o senhor é muito educado e não foi malcriado na televisão. A gente não quer peixeiradas nem hortas», comenta uma mulher, vendedora no local, quando Carvalhas, aproximando-se, lhe entrega um folheto da candidatura.

### Queixas amargas

Intervalando com as palavras de incitamento e apoio, aqui e ali ouvem-se queixas, algumas amargas, retrato de vidas difíceis quantas vezes a raiar a miséria, provenientes na sua maioria de pessoas idosas, como a do homem, 66 anos, a trabalhar desde os 11, que na Ribeira, acercando-se de Carlos Carvalhas, chamou a atenção para a sua magra reforma de 6300\$00.

Em Gaia, para onde se dirigiu a seguir, mais exactamente no Largo Sandeman, situado mesmo junto ao Douro, Carvalhas volta a estar no centro de uma pequena multidão que o aguarda, ouvindo então do presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha palavras de felicitação pela sua «coragem, empenhamento e determinação».

Momento de convívio e alguma pausa, que deu inclusive para o candidato revelar as suas qualidades de jogador de ping-pong viveu-se durante o almoço realizado na sede da JCP, no decorrer do qual um bolo gigante foi oferecido ao candidato pelos mais de cem jovens presentes, não faltando, para animar a festa, a música popular portuguesa, interpretada pelo grupo «Vento Norte».

Sob chuva intensa, que teimosamente haveria de acompanhar até ao fim do dia a caravana, Carlos Carvalhas avista-se depois com a população do Bairro Agra do Amial, bairro camarário onde muita gente acode às janelas e à rua para o saudar, ouvindo do candidato palavras em defesa do direito a «uma habitação condigna».

### Nos limites da pobreza

Depois de uma passagem pela freguesia de Pedrouços, onde foi calorosamente recebido na colectividade «Leais Videirinhas Pedrouços», o candidato comunista teve ensejo de contactar de perto com famílias a viverem em extremas condições de pobreza sob um

tecto indigno desse nome. Foi no Bairro S. João de Deus, bairro social onde estão hoje realojadas muitas famílias, mas onde permanece uma área de barracas, espaços de lata e madeira, onde sobram os remendos por onde entra a chuva e o frio, abrigando em condições deploráveis, desde há 16 anos, 240 famílias, algumas delas com oito, nove e dez filhos.

Nem a chuva nem o frio impediram na etapa seguinte — S. Pedro da Cova — que a população local se concentrasse junto à «Casa da Malta», para ver e ouvir o candidato.

Rompendo a custo entre os que se aglomeraram em frente ao edifício, sempre acompanhado pelo presidente da Junta, de maioria CDU, Carlos Carvalhas visita as instalações, concentrando nomeadamente a sua atenção no museu mineiro, construído com o apoio da autarquia e único no País.

Com o estado do tempo a obrigar a transferir o encontro com a população de um espaço ao ar livre junto ao campo de futebol para o interior da sede do clube local na freguesia do Campo, voltou o candidato comunista a receber provas inestimáveis de apoio e adesão à sua candidatura.

Em Penafiel, após ser recebido na Câmara Municipal pelo respectivo presidente, o socialista Justino do Fundo, mandatário concelhio do MASP, de quem recebeu a Medalha da Cidade, Carlos Carvalhas teve ainda um jantar com cerca de duas centenas de apoiantes no Polivalente da ediliidade, ocasião aproveitada para num breve discurso reafirmar a ideia de que a batalha política em que a sua candidatura se empenhou está «já ganha», uma vez que, salientou, «no centro do debate estão o essencial das questões por nós avançadas».

### Grande comício

Mas seria no Cinema do Terço, pequeno para acolher as cerca de duas mil pessoas que ali se deslocaram para ver e ouvir o candidato, que a jornada de campanha deste dia no Grande Porto atingiria o seu momento mais alto.

Apresentado por Carlos Ferreira, o primeiro orador da noite a intervir foi José Pinto, mais conhecido por «Chalana», jovem comunista que num discurso diferente do habitual, marcado pela ironia e pela irreverência, tratou de caracterizar, de modo muito próprio, mais exactamente imitando-os, os três outros candidatos.

Alberto Andrade, chamado de seguida a intervir, lembra no seu discurso que a «política não é jogo nem negócio» e sublinha que eleger o Presidente da República é «um acto de intervenção política», do qual os cidadãos não se podem alhear, expondo de seguida detalhadamente algumas das razões que o levam no domingo próximo a votar em Carlos Carvalhas.

A anteceder o discurso do candidato, de que publicamos largos excertos nesta edição, interveio Helena Medina, do CC, a quem coube falar da «alegria de estarmos hoje aqui com Carlos Carvalhas», uma alegria que valorizou pela oportunidade de «falarmos uns com os outros, de nós e da vida, dos problemas e da realidade concreta, mas também dos projectos de futuro que em conjunto cimentam as nossas convicções».

**Domingo, 6  
10.30**

## Conseguimos já o resultado político

Logo na Brandoa, onde iniciou o último domingo de campanha eleitoral, Carlos Carvalhas apelou ao redobrar de esforços dos seus apoiantes na conquista de mais votos, de forma a obter em 13 de Janeiro um bom resultado eleitoral; porque «o resultado político, esse, já o conseguimos», afirmou.

Recebido com foguetes, o candidato do PCP percorreu a feira da Brandoa, acompanhado por apoiantes locais, autarcas, um grupo de jovens armados de tambores, António Andrez e Jorge Gouveia Monteiro.

À saída da feira, Carlos Carvalhas foi saudado com as músicas e as danças do Rancho Folclórico Infantil e Juvenil da Brandoa.

No Largo, onde desde manhã cedo havia animação, estava tudo montado para um comício, que lá por não constar da programação distribuída à imprensa, não deixou de ser muito participado e constituir um bom início para esta jornada.

Do palco ali montado falaram o presidente da Junta de Freguesia, Eduardo Costa (lembrando a necessidade, por diversas vezes manifestada aos responsáveis, de instalar na Brandoa um centro de saúde e uma esquadra da PSP, problemas que o Governo não resolve e face aos quais o PR não intervém), e o presidente da CM da Amadora, Orlando Almeida (falando dos esforços do município para acabar com as barracas na Falagueira, objectivo dificultado por a administração central cada vez dar menos meios para a construção de habitação social; e, enquanto o Governo se mantém insensível às necessidades da população, o PR assiste). Do núcleo local dos Pioneiros, Carlos Carvalhas recebeu

uma saudação e um desenho, o que levou a que iniciasse a sua intervenção manifestando o desejo de que, na década de 90, as crianças possam ter uma vida melhor que a que tiveram os seus pais. Numa intervenção frequentemente interrompida pelos aplausos e palavras de ordem dos apoiantes, entre os quais se viam camaradas da DORL e do CC do Partido, o mandatário nacional da candidatura, António Abreu, autarcas e sindicalistas, acompanharam-no durante quase uma hora, num percurso que começou no mercado, passou pelo largo da Junta de Freguesia (onde decorreria pouco antes o Grande Prémio de Ano Novo da freguesia em atletismo) e terminou junto ao restaurante onde daí a pouco se ia realizar um almoço de apoiantes.

No Cacém, Carlos Carvalhas foi recebido com beijos e flores por um grupo de mulheres e raparigas; umas dezenas de apoiantes, entre os quais se viam camaradas da DORL e do CC do Partido, o mandatário nacional da candidatura, António Abreu, autarcas e sindicalistas, acompanharam-no durante quase uma hora, num percurso que começou no mercado, passou pelo largo da Junta de Freguesia (onde decorreria pouco antes o Grande Prémio de Ano Novo da freguesia em atletismo) e terminou junto ao restaurante onde daí a pouco se ia realizar um almoço de apoiantes.

Pelo caminho, entre atletas de todas as idades, vendedores e mulheres, reformados e transeuntes anónimos, um senhor chegou-se a Carvalhas para lhe dizer: «Lá em casa somos cinco socialistas e vamos todos votar em si».

Para a aldeia de Tires estava marcado inicialmente um rápido almoço de Carlos Carvalhas e do staff que lhe dá o apoio técnico. Mas, qual quê?! O centro de trabalho do PCP foi pequeno para os cerca de 80 apoiantes da candidatura que quiseram fazer companhia ao secretário-geral adjunto do Partido. Apertando no espaço e alargando nas painelas, quase todos ficaram satisfeitos... e o almoço acabou com uma actuação cheia de força, junto ao bufete e com cheiro a café, do Grupo Coral Alentejano de Residentes em Tires.

Pouco depois, Carvalhas subiu para um atrelado, no largo junto ao CT, onde fez uma breve intervenção. Aqui, concretizou o que entende ser um resultado político já alcançado com a sua participação nas eleições presidenciais: *obrigámos as outras candidaturas a discutir os problemas dos portugueses e a não tratarem os eleitores como consumidores e os candidatos como pastas dentífricas ou sabonetes para vender com técnicas de marketing.*

Pelas curvas da serra de Sintra, deliciando os olhos com o verde dos montes e as ondas do mar lá ao fundo, em velocidade de passeio domingueiro compartilhado com os ocupantes dos muitos automóveis que por ali andavam naquela tarde, avançámos para Almoçageme. Nos Bombeiros Voluntários, funciona aqui o Centro de Coordenação Operacional dos soldados da paz dos concelhos de Sintra, Mafra e Amadora. Carlos Carvalhas, acompanhado pelo comandante da corporação e por outros responsáveis, por membros de associações de bombeiros ou de defesa do ambiente, por autarcas e pelos jornalistas, visitou as instalações e ouviu uma explicação pormenorizada sobre o trabalho que ali é feito para prevenir ou combater incêndios ou outros acidentes, na floresta ou nas zonas urbanas.

Estava prevista a apresentação de uma declaração do candidato sobre a área protegida da serra de Sintra e o combate aos fogos florestais (de que publicamos extractos), mas Carlos Carvalhas dispensou a leitura do documento, cujo texto foi distribuído à comunicação social. Fez apenas uma intervenção de improviso, referindo as ideias-força da declaração e prestando a sua homenagem e solidariedade aos bombeiros voluntários de todo o País.

Ao fim da tarde, o candidato do PCP participou num convívio com jovens da linha de Sintra. No restaurante «O Gil», em Colares, foi recebido por meia centena de jovens que gritaram «Carvalhas! Carvalhas!» à sua chegada. Dali a pouco, gritavam com igual vigor «Miguel! Miguel!», reclamando que este pusesse a guitarra e a voz a funcionar. Bastou o pedido ser satisfeito para logo se formar ali um coro de muitas vozes. Caras alegres e mãos firmes, abraçaram-se e, com o candidato entre eles, cantaram e dançaram durante um belo bocado.

Depois de deixar por uns minutos as cantorias para responder à solicitação de uma rádio local, Carvalhas voltou à sala para fazer uma breve intervenção em que alertou para o facto de *se estar a fechar sobre si mesma uma sociedade que só tem para oferecer aos jovens um ensino elitista, emprego precário e falta de habitação e reafirmando que «com a juventude Portugal pode ser melhor».*

Na freguesia de Barcarena o candidato comunista à Presidência da República participou num jantar com apoiantes, num restaurante de Tercena onde a lotação foi largamente esgotada, obrigando a que os mais despachados se levantassem para dar lugar a quem ainda aguardava vez. Entre a centena de pessoas que ali estiveram, viam-se eleitos das autarquias locais (nomeadamente, Celorico Moreira e Amílcar Campos, vereadores da CM de Oeiras; o presidente da JF de Barcarena, bem como outros eleitos do executivo e da Assembleia de Freguesia), dirigentes e activistas do PCP e da JCP, o presidente dos Bombeiros Voluntários de Barcarena e activistas de colectividades. Carlos Carvalhas deu nota do bom acolhimento que teve durante o dia e apelou a que *redobremos os nossos esforços na recta final para levar mais portugueses a votar nesta candidatura.*

Igual apelo seria feito na última iniciativa deste domingo, em Leceia. Centena e meia de pessoas acorreram à SERUL para, no salão da colectividade, ouvirem a mensagem do candidato e manifestar-lhe o seu apoio.



Contactando feirantes e compradores no mercado mensal de Évora



Em Arraiolos, Carlos Carvalho voltou a prestar homenagem à mulher alentejana, em especial pela sua participação em defesa da Reforma Agrária



Um público jovem e entusiasmado encheu o Largo 1.º de Maio, em Cabeção, para ouvir o candidato



Na Casa da Cultura, em Mora, mais uma casa cheia para ouvir e apoiar o candidato



No Cortiço, um jantar reuniu aproximadamente três centenas de apolantes



No teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, literalmente cheio, a apoteose no final da jornada por terras do Alto Alentejo

Segunda, 7  
13.45

## Estímulo para prosseguir

Nas iniciativas realizadas em Ferreira do Alentejo, Odemira e Faro, Carlos Carvalho e aqueles que apoiam a sua candidatura encontraram motivos de satisfação e estímulo para prosseguir o trabalho político de conquista de mais votos nestes últimos dias da campanha eleitoral. A gravação dos últimos tempos de antena atrasou mais de meia hora a chegada de Carlos Carvalho a Ferreira do Alentejo. Antes de subir para o salão dos Bombeiros Voluntários, agradeceu às pessoas que o aguardavam, considerando que *a vossa presença é um estímulo reforçado*.

Lá em cima a lotação esgotou. Mas, para além das duas centenas de apoiantes inscritos para o almoço - entre os quais figuravam o mandatário distrital da candidatura e membro da CEN do CC do PCP, António Murteira, os presidentes da Associação de Municípios do distrito, das câmaras municipais de Ferreira, Aljustrel, Vidigueira, Cuba e Beja e das juntas de freguesia de Ferreira e Canhestros, além de outros autarcas, a deputada Lurdes Hespagnol, dirigentes sindicais, o árbitro internacional Veiga Trigo, dirigentes de colectividades e responsáveis dos BV da vila, professores e educadores de infância - ainda ali couberam mais algumas dezenas de pessoas, sobretudo mulheres com vestimentas de trabalhar a terra. Depois de um almoço muito rápido (e um depoimento a uma rádio local), Carlos Carvalho fez uma breve intervenção em que começou precisamente por saudar e prestar homenagem às mulheres *que tantas vezes têm estado na frente em tantas batalhas*. Recordou Michel Giacometti - que naquele concelho fez a sua primeira gravação e onde deixou muitos amigos - apelando a que prosseguissem *com alegria e determinação, como ele queria se aqui estivesse*.

### Banho de juventude

Seguindo a lógica que levou ao aparecimento na linguagem política dos *banhos de multidão* que lavam não se percebe bem que mágoas, poder-se-ia dizer que Carlos Carvalho teve na Escola Secundária de Odemira um autêntico *banho de juventude*. Umas boas três centenas de alunos, com mais alguns professores e funcionários, conviveram a meio da tarde com o candidato à Presidência da República.

Inicialmente prejudicado por problemas na instalação sonora, o diálogo de Carlos Carvalho com aquela sala cheia de *juventude viva e activa* assentou numa breve exposição sobre o que deve ser o Presidente no sistema constitucional português e num período de perguntas e respostas sobre o acordo ortográfico (*não teve o debate suficiente*, falha que deve ser colmatada agora, por meio de uma *ampla discussão pública com todos os agentes de cultura*), a PGA (*mais uma prova de selectividade que devia ser substituída* por um justo sistema de avaliação, enquanto deviam ser tomadas medidas para eliminar o actual elitismo no acesso ao ensino superior), a relação desta candidatura com as próximas eleições legislativas e a regionalização.

No final, Carlos Carvalho agradeceu aos que com ele tinham ali estado, reconhecendo que *eu curti estar convosco*.

### O Algarve pode ser melhor

No extremo sul do Continente, onde a exigência da regionalização reúne um largo consenso, os apoiantes de Carlos Carvalho encarregaram-se de *regionalizar* a palavra de ordem da candidatura comunista. No vivo comício que teve lugar no cinema de Santo António, em Faro, na segunda-feira à noite, foram apresentadas por José Lucas (mandatário distrital), José Cruz (vereador da CM de Vila Real de Santo António), Margarida Tengarrinha (da direcção regional do PCP) e Fernando Amaro (coordenador da União dos Sindicatos de Faro e presidente do Sindicato da Hotelaria) diversas razões que fundamentam o apelo ao voto dos algarvios em Carlos Carvalho.

Ainda durante o comício, foi anunciada por Carlos Luís Figueira (da CEN do CC e responsável da DORAL do PCP) mais uma adesão à comissão distrital de apoio a Carvalho: o professor e sociólogo João Viegas Fernandes. No jantar antes realizado num restaurante da capital algarvia com membros daquela comissão participaram dirigentes do PCP de diversos concelhos, sindicalistas, autarcas, empresários (entre os quais Horácio Rufino) e agricultores, Luís Catarino (da Intervenção Democrática), advogados, médicos, professores.

Carlos Carvalho, frequentemente interrompido pelos aplausos e palavras de ordem das mais de oitocentas pessoas que encheram a plateia, fez uma intervenção onde retomou considerações que havia feito em iniciativas anteriores (nomeadamente, o comício do Porto) e marcou a sua posição relativamente ao papel do Presidente da República, chamando a atenção para o que distingue esquerda e direita no que toca às distorções do sistema político português, numa intervenção de que publicamos alguns extractos.

Terça-feira, 8  
11.00

## Recepção calorosa no Alentejo

«Começo bem o dia com esta recepção». As palavras são de Carlos Carvalho e foram proferidas em Viana do Alentejo, onde a população veio em peso à rua para o saudar, reacção não prevista na agenda do candidato, já que a passagem pelo local tinha apenas em vista integrar a sua comitiva, proveniente do Algarve, na caravana que a partir daí se formou, acompanhando-o ao longo de todo o dia.

Iniciava-se assim, da melhor maneira, esta jornada de campanha em terras do Alto Alentejo, com etapas sucessivas a levarem Carlos Carvalho de visita aos concelhos de Évora, Arraiolos, Mora e Montemor-o-Novo, locais onde foram constantes as manifestações de carinho e apoio, protagonistas nalguns casos por pequenas multidões onde era visível, não apenas uma forte adesão e simpatia pela candidatura como ainda um forte empenho popular em contribuir nesta recta final para o sucesso dos seus objectivos.

Testemunho desta realidade voltou a sentir-se com uma força porventura ainda maior no grande comício que encheu por completo o Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, com uma assitência maioritariamente constituída por trabalhadores agrícolas e onde Carlos Carvalho pronunciou um discurso enérgico e combativo centrado na temática agrícola, com relevo para a Reforma Agrária.

Precedido no uso da palavra por intervenções de José Figueira, coordenador da União dos Sindicatos de Évora, e Mário Barradas, encenador, Carlos Carvalho afirmou que a «história registará a Reforma Agrária como uma das maiores conquistas dos trabalhadores agrícolas do Sul, na luta pela sua emancipação social e em defesa do desenvolvimento da agricultura e do País».

A questão da Reforma Agrária, designadamente o preceito constitucional que incumbe ao Estado a eliminação dos latifúndios, foram de resto um dos temas privilegiados pelo candidato comunista nas breves intervenções que produziu ao longo do dia nesta jornada alentejana.

A merecer destaque particular nos seus discursos foi ainda o «jogo de faz de conta», as palavras são suas, que disse existir entre Basílio Horta e Mário Soares, um jogo que os leva a falar do «fax e da agenda» para não terem de se pronunciar sobre os problemas concretos do País e sobre a actuação do Governo.

A afirmação foi feita durante um almoço que reuniu no Palácio D. Manuel, em Évora, cerca de centena e meia de autarcas, sindicalistas, professores universitários e trabalhadores camarários, acto que antecedeu, por sua vez, uma visita do candidato ao centro de reformados daquela cidade, onde aproximadamente uma centena de homens e mulheres o aguardavam.

Antes, porém, ainda pela manhã, Carlos Carvalho contactou com a população de Aguiar e percorreu a pé o mercado mensal de Évora, no Rossio de S. Brás, sempre acompanhado pelo presidente do Município, Abílio Fernandes, e por vários outros autarcas e dirigentes do Partido, designadamente por Raimundo Cabral e Diamantino Dias, membros do CC, e Eulália Miranda, mandatária distrital da candidatura.

No salão nobre da Câmara Municipal de Évora uma recepção calorosa foi também prestada ao candidato comunista, tendo recebido na ocasião palavras elogiosas do presidente da edilidade e pequenas lembranças, algumas delas ligadas à riquíssima história de oito séculos da cidade, hoje Património Mundial.

Singela mas não menos preciosa, pelo seu significado, foi ainda a oferta de um livro de Túlio Espanca, autor de uma rica e vasta obra sobre o património construído e artístico da região, que o próprio, apoiante de Carvalho, fez questão de lhe oferecer pessoalmente.

Acompanhado por uma caravana constituída por mais de quatro dezenas de viaturas, serpenteando numa imagem sempre bela o verde da planície com o movimento e cor das bandeiras vermelhas, Carlos Carvalho prestou ainda homenagem às mulheres alentejanas em Arraiolos, onde largas centenas de pessoas o aguardavam em frente à Câmara, especialmente pela sua luta em defesa da Reforma Agrária, e, naquele caso particular, pela arte das mãos que bordam os tapetes a que a terra, com o seu nome, celebrizou.

Com uma paragem não prevista em Pavia, imposta pelas pessoas concentradas à beira da estrada, a comitiva passou ainda por Cabeção, onde uma pequena multidão, estendendo-se pelo Largo 1.º de Maio e jardim fronteiro, aplaude com calor as palavras do candidato, uma recepção em tudo idêntica à que viria a encontrar pouco tempo depois, na vila de Mora, com a sua «Casa da Cultura», magnífica obra construída pelo Município, repleta de homens, mulheres e jovens, dando mostras de empenho e vontade em contribuir para um bom resultado eleitoral no próximo domingo. ■

## «Deixem-me ir à segunda...»

Em matéria de eleições parecia que a gente já tinha ouvido de tudo. Mas não. Estas presidenciais vêm mostrar que muita coisa de «novo» aconteceu e muito mais estará para acontecer. Por exemplo, Basílio Horta é uma «novidade». Irronpeu, arrogante, pela candidatura, dando espectáculo de regatice no primeiro debate com Mário Soares. Trouxe à baila a descolonização, Timor e Macau, num jogo de *fix-fax* em que o próprio Soares não conseguiu descolar-se, arremessando ao adversário algumas bananas à espera que ele escorregasse nas cascas. Parecia então que o tom de Basílio estava achado. Era verdade. Mas só em parte. É que, embora não perdendo nunca a arrogância nem o discurso trauliteiro, perdeu desde cedo as esperanças de vir a ganhar, como dizia, as eleições. Agora só pede aos leitores que... o deixem ir à segunda volta. Que depois toda a gente pode votar Soares. Ele só quer ir à segunda volta. Mais nada. Entradas de leão... No fim, será que acaba como aquele outro candidato polaco que, tendo sido derrotado, foi pedir desculpa pelas acusações?

## Fantasma

Boa parte dos jornais — já há tão poucos em liça que falar de uma «boa parte» é quase falar de nada — têm-se desenhado, nesta campanha, a correr atrás do estilo da RTP. A doutrina «Moniz» impôs-se: em vez de repórteres a acompanhar candidaturas e dando testemunho do acontecimento, assistimos a comentadores que levam ao papel os seus fantasmas. Os mais convencidos de todos — felizmente que esses não são jornalistas mas apenas comentadores encartados — falam dos fantasmas dos outros, como o faz Prado Coelho no «Público». Mas o pior é que, num momento em que a RTP até se obriga a mostrar algumas reportagens onde a verdade salta à vista, não obstante o destaque concedido a Soares pela simpatia cavaquista, alguns jornais e jornalistas deitam ao lixo as notas de reportagem e publicam «impressões de viagem». Tudo pelo diapasão do «Soares é fixe, ele só quer é cultura»... Os outros candidatos são tratados de tudo. E Carlos Carvalhas, nomeadamente, não há passo que dê ou palavra que profira, não há abraço que receba ou aplauso que o acompanhe, não há

# Pontos Cardeais

multidão que o saúde, que isso é logo desdourado pelas considerações do «repórter» que, antes de escrever, vê atentamente o tempo de antena soarista. Terá algum bocado de muro de Berlim caído em tantas cabeças?

## Hesitações

Tirando alguns vira-casacas que decididamente parecem terem-se feito ao gosto do sapo que já nem querem outra coisa, tirando os seus novos companheiros do que mais reaccionário há no PSD, tirando alguns membros do PS que por dever de ofício ou por amor ao soarismo, os apoios de Mário Soares não têm mostrado grande empenhamento nestas eleições. Deve ser por isso que os nervos de Soares têm vindo à flor da pele. Deve ser por isso que a direcção do PS se sentiu na obrigação de fazer um apelo veemente ao voto.

Deve ser por isso que Cavaco, na perspectiva de um resultado menos retumbante, já veio a público tirar o seu cavalo da chuva. Ele não quer molhar-se. Mas não lhe importa que Mário Soares se molhe. E que o PS fique completamente encharcado...

## O futuro

Aliás, Cavaco mostra já que se desinteressa desta campanha que ajudou a promover. Foi um presente envenenado a Mário Soares, mas foi sobretudo um presente envenenado ao Partido Socialista. Ele, o Primeiro de uma maioria PSD, dedica-se a outras campanhas, que a do PR já deu o que tinha a dar. Foi por isso que esta semana agarrou na enxada, enfiou os pés na lama, e dedicou-se à plantação de árvores na serra de Carnaxide. Preferiu a campanha da plantação. Um projecto com mais futuro.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Janeiras para Soares cantar

Vamos cantar as Janeiras vamos cantar as Janeiras encravar os eleitores de mil e uma maneiras.

Com os meus modos populares pus a rosinha no vaso sim, fui eu, fui eu, Soares, o dos contratos a prazo...

O trapézio faz colheita vamos cantar um espiche à esquerda e à direita é um trapézio pouco fixe...

Quer Cavaco o meu apelo pra que nada o empecilhe. Tenho o Eurico de Melo o Capucho e o Cadilhe...

Cidadão basto inocente, olha a rica freguesia! Anda votar com a gente estás em boa companhia...

Eu não peço que me ames porque não sou tão pateta. Já chega, filho, que mames na ilusão da minha teta...

Ao voto chamo-lhe um figo mas eu não te digo, enfim, «cidadão, vota comigo!» Digo que votes para mim...

Eu e Cavaco — ieramá! — visitamo-nos. Depois, um uisque, bolos e chá, jogamos à bisca, os dois...

Penso que sempre conveço tenho plo consenso um fraco e nesse imenso consenso caibo eu só e o Cavaco...

Vejam só o meu bom trato: junto, em abraço maroto, um mandão do patronato e o «compère» Torres Couto...

Basílio, rapaz, que tal? Julgava-te amigalhoto e obrigas-me, afinal, a dançar um fax-trot...

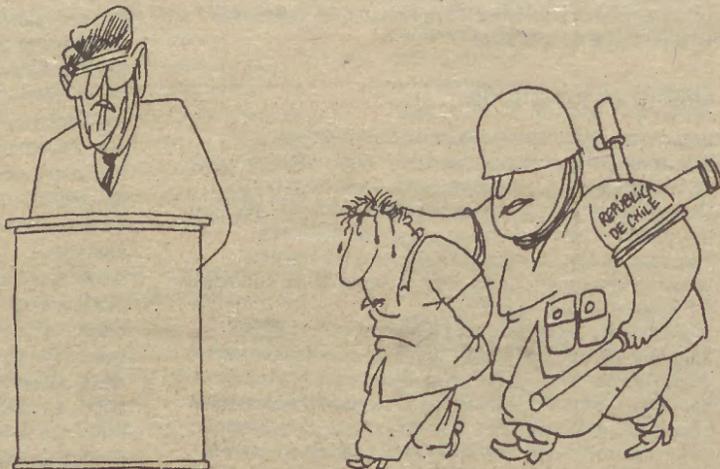
O Basílio e o CDS chamam-me nomes daninhos. Os ingratos! Nem parece que já fomos amiguinhos...

Minha coerência é tamanha que até saí do poleiro pra não entrar na campanha contra o Soares Carneiro...

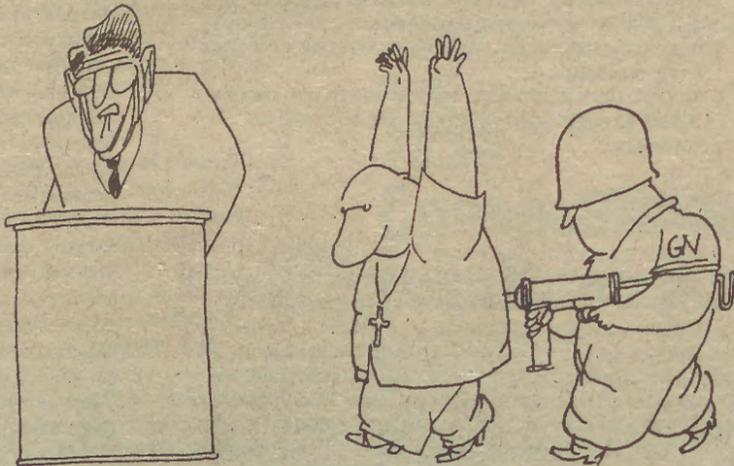
Eleitor, ao fim e ao cabo no momento já tão certo, não vendas a alma ao diabo vende-a a mim, que estou mais perto...

Agora termino assim esta Janeira macaca: sei que alguns votam em mim por ter a memória fraca...

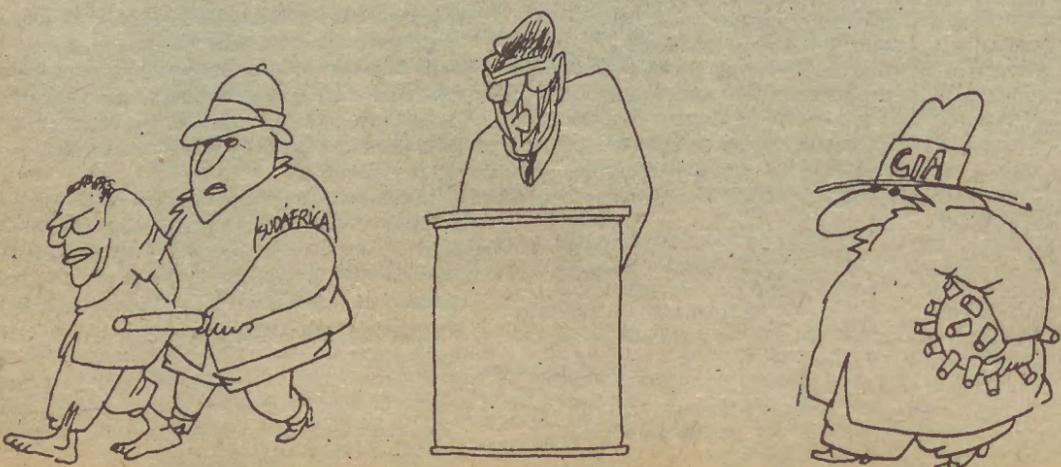
—QUEREMOS APROVEITAR ESTA TRIBUNA, SENHORES TERRORISTAS..



—PARA OS ADVERTIR, QUE OS EUA RESPONDERÃO SEVERAMENTE A QUALQUER ACTO TERRORISTA; NÃO ESTAMOS DISPOSTOS A TOLERA-LOS...



—SAIBAM, POIS, QUE OS EUA NÃO ESTÃO DISPOSTOS A FICAR DE BOCA CALADA PERANTE AS SUAS INFAMES ACCÕES



## Sorteio e sorteio Campanha dos 150 mil



Dois momentos do esperado sorteio das rifas da Campanha dos 150 000. Os números premiados vêm nesta página!

## Provia de Sintra rote de exigências

- Prevenção oportuna dos problemas que irão decorrer do alargamento do troço rodoviário entre Queluz e Cacém, com a consequente sobrecarga dos comboios.

- Novo horário que permita aumentar a oferta.

- Vias de passagem para peões.

- Implementação imediata de pequenas obras e aquisição de material circulante. Pequenas obras de nível de subida e drenamento do comprimento dos cais, de molde a possibilitarem a circulação de comboios de 8 carruagens. A compra de material circulante, constituído por conjuntos au-

tomotores eléctricos, que permita igualmente a constituição de comboios de 8 carruagens. Isto é, medidas que permitam substituir os comboios de longo curso por comboios suburbanos.

- Implementação das grandes obras do sistema «Nó Ferroviário de Lisboa», naquilo que respeita à Linha de Sintra, a construção das ligações desta à Linha de Cintura (Areeiro e Alcântara) e a quadruplicação da via, numa primeira fase até à Amadora e numa segunda até ao Cacém. Igualmente e por motivos de segurança, a consolidação do túnel do Rossio.

A Comissão de Utentes, em comunicado à Imprensa, refere ainda um conjunto de situações que diariamente se observam na Linha de Sintra, que passamos a citar:

- Passageiros completamente «enlatados» nas horas de ponta em condições sub-humanas e mesmo imorais provocando a saturação e o stress de que resultam agressões físicas e verbais.

As crianças são particularmente atingidas, violentadas pelo confronto com tais situações e viajando ao colo por vezes 45 minutos e mais;

- Deficientes físicos e visuais a viajar nos estribos dos comboios;

- Más condições de higiene e segurança. Acidentes mortais e muitos outros de que resultam deficientes, agressões com pedras, roubos, etc.;

- Os horários são abstrações que raramente correspondem ao que está afixado, sem qualquer informação aos utentes quando há alterações;

- Nos últimos tempos e com o agravar do mercado do trabalho, assiste-se já a uma segregação dos candidatos a empregos e a uma maior precarização dos vínculos de trabalho dos trabalhadores não efectivos dada a sua impossibilidade de cumprir o mais elementar dos deveres, a pontualidade;

- Quanto às mais elementares condições de comodidade cada vez estamos mais afastados da Europa da CEE, chegando a viajar cinco pessoas no espaço razoável de uma.

## Poder Local

# Liberalização da abertura do comércio só beneficia as grandes superfícies

Os vereadores do PCP da Câmara Municipal de Setúbal votaram recentemente contra a proposta da maioria socialista sobre Períodos de Abertura de Estabelecimentos Comerciais, por considerarem que a mesma era inadequada, e se destinava apenas à protecção dos interesses económicos dos detentores das grandes superfícies comerciais, tais como super e hipermercados. Em comunicado distribuído à imprensa aqueles autarcas fundamentam a sua posição.

A proposta, que visa a abertura dos estabelecimentos comerciais durante todos os dias da semana das 6 às 24 horas, como indicam os vereadores do PCP, «não interessa aos trabalhadores, que verão deste modo ser posto em causa o direito de um dia de descanso passado em família». Por outro lado, esta medida poderá provocar a «asfixia do pequeno comércio na luta desigual contra as grandes superfícies», e determinar o encerramento de pequenas e médias unidades comerciais, com o consequente desemprego dos seus trabalhadores.

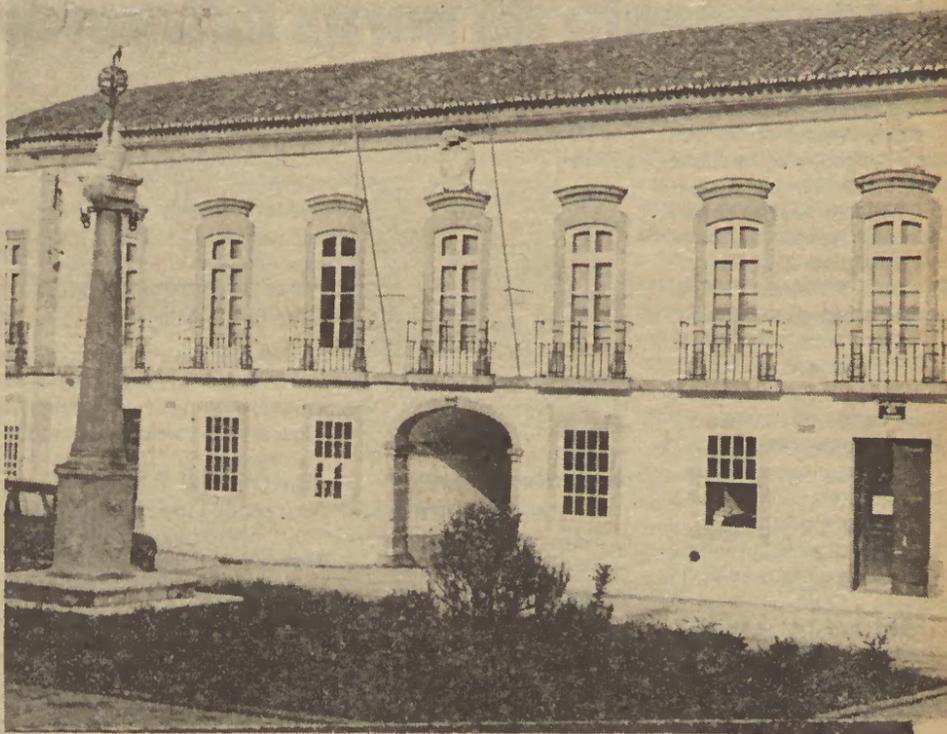
Para os vereadores comunistas, a maioria dos pequenos e médios comerciantes não vê pois com bons olhos a aplicação do novo horário de funcionamento. «Impossibilitados, por motivos económicos, de admitir mais pessoal, muitos não terão capacidade de organizar trabalho por turnos» e assim de ter as portas abertas sete dias por semana durante um longo período.

Por seu turno, o consumidor teria assegurada uma maior comodidade através do funcionamento do comércio aos sábados à tarde, para o que existe disponibilidade por par-

te das associações sindicais, mediante as devidas contrapartidas para os trabalhadores.

Mais adiante, os vereadores do PCP sublinham que a «proposta aprovada surge num momento em que se avizinha o período de negociação do novo contrato colectivo de trabalho para o sector», indo certamente reflectir-se na negociação uma vez que as associações sindicais, na questão do horário de trabalho, já carregam sobre si o fardo da liberalização permitida pela maioria socialista da CM de Setúbal».

Por último, de referir que «a proposta aprovada pela maioria socialista é fiel seguidora da política laboral do Governo, que flexibiliza horários (permitindo que algumas semanas os trabalhadores estejam disponíveis 50 horas), e desregulamenta as relações laborais, com o fim de proteger os grandes interesses económicos».



## CM de Nisa amplia instalações

A Câmara Municipal de Nisa assinou um contrato-programa no Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT), no âmbito da cooperação técnica e financeira da administração central com os municípios, que respeita à área de remodelação dos edifícios-sede dos Paços do Concelho, visando a execução de obra nas instalações municipais. O MPAT, através da CCRA, fará um acompanhamento na execução física e financeira, e prestará apoio técnico à Câmara Municipal, designadamente no lançamento do concurso para a execução e na fiscalização da obra.

Competirá à Câmara Municipal de Nisa a elaboração e aprovação do projecto e a recolha de pareceres técnicos, a abertura de concurso e adjudicação da obra, bem como a fiscalização dos trabalhos.

O período de vigência do contrato decorre até finais de 1992, verificando-se no seu decurso a transferência para o Município Nisense de cerca de 25 milhões de escudos.

O actual edifício-sede dos Paços do Concelho de Nisa situa-se na Praça do Município em pleno Centro Histórico da Vila.

Grande parte deste edifício foi construído no século XVIII e desde então, a par de sede do Município, nele se instalaram, em vários períodos, outros serviços públicos, como o Tribunal da Comarca, a Secção de Finanças e o Posto da Polícia.

A remodelação das instalações enquadra-se na perspectiva de modernização da actividade, da funcionalidade e da melhoria das condições de trabalho dos funcionários e do atendimento dos munícipes.

**Trabalhadores**

# Defesa do emprego na AEP e na SAPEC

## «Repressão e irresponsabilidade social continuam no distrito de Setúbal»

### — afirma a USS/CGTP

A Comissão de Trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa (AEP) marcou para amanhã, sexta-feira, 11, uma concentração em frente às instalações da accionista Centrel e do Ministério do Emprego e Segurança Social, em Lisboa. Noutra grande empresa da região, a Sapec, depois de uma vigília de 24 horas, efectuada na semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul mantém o seu protesto contra o anunciado despedimento colectivo de sete trabalhadores em 18 do corrente. Sobre estes casos e o da SGM tomou posição a União dos Sindicatos de Setúbal. Para a USS/CGTP-IN a situação social nas empresas do distrito continua a caracterizar-se pela repressão e pela irresponsabilidade.

Na AEP, uma sociedade anónima com sede em Lisboa, que já empregou 3600 trabalhadores — quadro actualmente reduzido para cerca de 800 —, as organizações representativas reclamam a integração completa dos trabalhadores suspensos mediante o *lay-off* (Decreto-Lei 398/83)

que, embora readmitidos (um invisual e uma trabalhadora grávida incluídos), foram na prática «fechados» num armazém «usado para guardar equipamentos» sem prémio.

Aquela legislação foi aplicada de início em Setembro, por quatro meses, a 90 trabalhadores, dos quais se apresen-

taram ao serviço apenas 55, quarta-feira da semana passada.

Perante a atitude da administração — colocar os reintegrados num armazém de sucata — os trabalhadores da AEP reuniram-se em plenário e exigiram a «reintegração dos visados nos respectivos postos de trabalho», assinala o Sindicato, acrescentando que, durante o plenário, os trabalhadores se deslocaram à administração para entregar um documento aprovado nesse sentido, que é o sentido e a letra da lei.

A Inspeção-Geral do Trabalho, chamada a intervir, teve uma actuação que os representantes dos trabalhadores «consideram tímida e reveladora da subserviência em relação à administração» da AEP.

Na Sapec, segundo o Sindi-



Mulheres na maioria, como acontece na generalidade do sector (foto de arquivo: Plenário na Centrel/AEP)

cato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, estão a ser utilizados argumentos de reestruturação económico-financeira para concretizar despedimentos. O Governo é solicitado pelo Sindicato a fiscalizar o modo como estão a ser utilizados «os 4,5 milhões de contos oferecidos à Sapec».

A comissão executiva da União dos Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP-IN) afirmava, entretanto, que, «apesar da mudança de imagem» e de «todas as expectativas de desenvolvimento», continuam a existir «traços extremamente graves de repressão e de irresponsabilidade social» em muitas empresas do distrito.

«O despedimento colectivo de 7 trabalhadores da Sapec — acrescenta a USS — é um caso exemplar de repressão, que a própria administração implicitamente reconhece, numa linha de precarização forçada do emprego. Vive-se na Sapec uma situação de atropelo absurdo dos direitos sindicais e dos trabalhadores, que a USS/CGTP-IN denuncia com veemência. Agora é o despedimento de 7 trabalhadores, cujas intenções represivas — sublinha — são bem visíveis. Mas desde há muito que a administração da Sapec impede a acção sindical na empresa. Trata-se de uma situação aberrante e intolerável, que mancha injustificadamen-

te uma empresa há décadas implantada no distrito».

### SGM: um caso grave

Prossegue a USS: «O «despedimento» de 420 trabalhadores da SGM é um caso de maior dimensão e gravidade, que configura mais uma situação de irresponsabilidade social, subordinada às estratégias empresariais mais ou menos ocultas, mas que os trabalhadores já vinham denunciando. A SGM, congeminada no processo de reestruturação da metalomecânica pesada, foi criada não há muito tempo, desde logo sem património, colocando agora mais de quatro centenas de trabalhadores no desemprego. Processo de reestruturação, que afinal são de extinção, em nada contribuem para o desenvolvimento regional e configuram uma atitude (das empresas) de total irresponsabilidade social a que é preciso pôr cobro», sublinha ainda a USS/CGTP-IN.

## Professores

# Sindicatos continuam a reclamar o pagamento de horas extraordinárias

O atraso no pagamento de horas extraordinárias aos professores pode levar, caso subsista, à concretização da greve entretanto anunciada pela Federação Nacional do sector.

Os dirigentes da Fenprof acusam o Ministério da Educação de assumir compromissos que não cumpre. Segunda-feira passada, a Fenprof considerava «inaceitável a passividade» que aquele Ministério tem demonstrado.

Quanto a quadros e concursos, o secretariado nacional da Federação adianta que «é muito preocupante a situação que parece estar a delinear-se».

Este ano, acrescenta, «mais uma vez milhares de professores», com habilitação própria e com vários anos de

serviço, «serão ultrapassados por novos candidatos à docência».

Isso porque — afirma a Fenprof — «faltando a todos os compromissos assumidos, o ME (Ministério) prepara-se para abrir os concursos sem que antes tenha introduzido na legislação as alterações necessárias para pôr cobro às injustiças verificadas em anteriores concursos e que motivaram o mais vivo protesto dos professores atingidos».

Além disso, haverá outros milhares de professores que «não terão mais uma vez acesso ao vínculo».

Manter-se-ia assim a «política do contrato a prazo, de que o ME tem usado e abusado para dar resposta a neces-

sidades permanentes do sistema», sublinha a Fenprof.

Esta organização sindical volta a manifestar «a sua exigência de que os próximos concursos se realizem salvaguardando o direito à estabilidade de emprego dos professores já no sistema».

No que respeita à progressão na carreira e aos vencimentos de 1991, a Fenprof «considera inaceitável que o Ministério da Educação e o Governo não tenham ainda desencadeado os mecanismos necessários que garantam aos professores os seus novos vencimentos já em Janeiro de 1991».

No entender da Fenprof, as escolas deverão requisitar as verbas necessárias à liquida-

ção dos vencimentos de acordo com o que a legislação prevê para o ano em curso.

A Fenprof adverte que defenderá neste como em outros campos os direitos dos professores.

Recorde-se, por outro lado, que ainda muito recentemente professores do ensino particular e cooperativo protestaram publicamente contra os atrasos no pagamento de vencimentos.

Segundo o SPGL, são vítimas dessa situação não só professores, mas também pessoal não docente, havendo casos «em que estão em dívida mais de quatro meses de salários» — revelava em 17 de Dezembro findo o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

## Irregularidades nas Finanças

# Sindicatos CGTP e UGT emitem comunicado

### • Pedidas audiências ao mais alto nível para resolver a questão

Ao referirem-se a uma atitude que consideram lamentável num Estado de direito, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e a direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública (Sintap) acusaram em 4 do corrente (comunicado conjunto) os responsáveis governamentais de manterem «os trabalhadores das chamadas carreiras do regime geral» na ignorância de qual seja «o seu efectivo vencimento

(mais de catorze meses depois da entrada em vigor do NSR — Novo Sistema Retributivo).

Aquelas organizações sindicais, filiadas na CGTP e na UGT, respectivamente, reportam-se a «ilegalidades da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI)» onde os referidos trabalhadores «estão a ser remunerados por valores inferiores aos que auferiam antes da entrada em vigor daquela reforma remuneratória».

Além de constituir uma ilegalidade, o facto põe aqueles trabalhadores em risco de «não usufruírem qualquer aumento salarial em 1991».

### Pedido de audiência

As organizações sindicais signatárias do comunicado conjunto, depois de sublinharem que se tem assistido a «uma sucessão de despachos e respectivas revogações, que em nada dignificam a Administração Públi-

ca», solicitaram audiências urgentes à Presidência da República, Assembleia da República, Provedoria da Justiça, bem como ao ministro das Finanças, «no sentido da rápida solução» do problema.

Registavam-se entretanto adesões entre os 86 e os 100 por cento nas greves no Instituto do Emprego e Formação Profissional (a nível de todo o País) e na Direcção-Geral do Tesouro (55 por cento, cômputo nacional).

# Horários de trabalho Lei impõe 44 horas

A CGTP-IN recordou quinta-feira passada que o Plenário da Assembleia da República aprovou em 13 de Dezembro findo uma proposta de lei que fixa o horário máximo semanal em 44 horas. Numa nota à comunicação social, a CGTP sublinha a entrada em vigor daquela decisão — embora ela seja do conhecimento público — porque «há indicações de que em muitas empresas» são feitas tentativas no sentido de manter inalterados horários semanais com «duração superior ao legislado pela Assembleia da República».

Para a CGTP «tal facto não tem qualquer legitimidade e pode ser gerador de desnecessários conflitos laborais, tanto mais que, sabe-se, o diploma já foi promulgado».

Os trabalhadores deverão reivindicar a aplicação imediata do horário semanal de 44 horas, para não serem prejudicados nos seus direitos.

Por outro lado, a decisão da Assembleia da República constitui uma vitória na luta pela redução do tempo de trabalho, cujo objectivo central, como lembra a CGTP, é a redução para as 40 horas.

### Horários entre 40 e 42 horas e 30

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de Aveiro anunciava, entretanto, que nas empresas **Renault Portuguesa SA** (Cacia) e **Bertrand Faure SA** (S. João da Madeira) foram conquistados horários semanais que variam entre 40 e 42 e 30 horas semanais.

Os novos horários, em vigor desde 1 de Janeiro em curso, foram obtidos através da luta, desenvolvida ao longo do ano passado, acrescentava o Sindicato em 3 do corrente.

Ensino

# OE de Cavaco vai condicionar de forma muito negativa a possibilidade de concretização da Reforma Educativa

Numa altura em que estava «prestes a terminar na Assembleia da República o debate da proposta do Governo para o Orçamento do Estado»/1991, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP divulgava um oportuno comentário às incidências do Orçamento nesta área social, salientando desde logo: «Vai condicionar de uma forma muito negativa a possibilidade de concretização da Reforma Educativa e de resolução de graves problemas estruturais e grandes carências que afectam o sector, designadamente no que respeita às instalações e equipamentos, ao apoio aos estudantes e famílias, ao alargamento de quadros e à formação de professores, à expansão da rede do ensino público.»

Acrescenta a Comissão do PCP para os problemas do Ensino:

O facto de no Orçamento para a Educação, o Governo e o respectivo Ministério insistirem em comparar o valor orçamentado para 1991 não orçamentado para 1990, mas apenas com a proposta inicialmente apresentada, cons titui um elemento que falseia profundamente o significado e alcance do que é na realidade proposto para o ano em que vamos entrar.

Outros aspecto que contribui para retirar transparência e credibilidade ao Orçamento da Educação diz respeito à inserção global e não discriminada por acções das verbas referentes aos fundos comunitários. Desse modo, a pretensão da abertura de concursos, cujo resultado está já em muitos casos predeterminado a nível oficial, o Ministério da Educação procura na realidade subtrair à discussão e fiscalização da Assembleia da República e da opinião pública a aplicação de importantes fundos de que o país dispõe para enfrentar os complexos desafios da integração comunitária.

O facto do Ministério da Educação ter apresentado uma proposta de orçamento com enormes discrepâncias em relação às dotações previstas pelo Ministério das Finanças no que respeita ao Novo Sistema Retributivo da Função Pública não pode deixar de ser classificada como grave e insólita.

A diferença entre o valor de 48 milhões de contos apresentado pelo Ministério

da Educação e os 25 milhões de contos previstos pelo Ministério das Finanças para **todas as áreas** da Administração Pública, por si só bastaria para condenar por falta de rigor o Orçamento e afundar a equipa responsável por tal «buraco».

Acresce que o Governo se furtou ao esclarecimento da questão no decorrer do debate na Assembleia da República e que por isso as incertezas quanto aos meios financeiros para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação com os professores se mantêm.

## Menos 22 milhões

Numa análise por áreas, importa em particular chamar a atenção para o grande corte de verbas verificados em relação ao Ensino Superior Público.

No PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), as verbas orçamentadas totalizam apenas um terço do que havia sido aprovado na Assembleia da República como previsão para 91, ou seja, menos 22 milhões de contos.

No que respeita ao orçamento de funcionamento os números fornecidos pelas universidades apontam para um crescimento inferior a

10% para o ensino universitário, o que face à inflação significa uma sensível redução do valor real aprovado para 90.

Num sector que se vê a braços com gravíssimos problemas de natureza financeira, de falta de instalações, dificuldades para o recrutamento de docentes e de pessoal administrativo e auxiliar, entre outros, trata-se de um orçamento que não só impede a resolução de qualquer problema, como vem degradar ainda mais a realidade existente e conduzir Universidades e Institutos Politécnicos a verdadeiras situações de ruptura.

Não restam por isso dúvidas que se está perante o deliberado propósito, por parte do Governo e do Ministério da Educação, da desvalorização e asfixia do Ensino Superior Público, a par do apoio à proliferação de escolas privadas, em muitos casos de duvidosa qualidade e interesse social.

Em relação aos fundos comunitários e contrariamente às afirmações do secretário de Estado do Ensino Superior, que são desprovidas de qualquer rigor e que só por incompetência podem ter sido preferidas, eles não só não compensam nem de perto nem de longe os cortes de verbas verificados no Orçamento da Educação, como é muito duvidosa a maneira como estão a ser atribuídos.

A própria ideia da compensação é em si, aliás, muito discutível, atendendo à natureza e objectivos que esses fundos visam, que como se sabe são supletivos e em nenhum caso se destinam a substituir os recursos normais que o Estado português deve investir. No que respeita à atribuição dos fundos comunitários não pode em especial deixar de ser denunciada a falta de transparência e o secretismo que têm rodeado

as propostas do Ministério da Educação e a selecção de projectos segundo critérios que levam ao favorecimento de determinados grupos de interesse privados. É esclarecedor, a título de exemplo, que na recente proposta do Ministério da Educação relativa ao PRODEP — Ensino Superior (componente infra-estruturas do concurso PEDIP-PRODEP) quase 40% do total de 4,56 milhões de contos tenha sido atribuído ao ensino privado para pagamento das suas instalações.

## Parentes pobres

O panorama das dotações orçamentais para outras áreas não apresenta diferenças sensíveis em relação ao anteriormente descrito.

A educação pré-escolar, a educação especial e a educação de adultos continuam inadmissivelmente como parentes pobres do sistema educativo.

Na educação especial o total do Orçamento de investimento e de funcionamento não excede os 7,8 milhões de contos, o que é muito baixo. Além disso, dos 730 mil contos que estavam previstos para o PIDDAC para 91, só são de facto inscritos 250 mil contos.

Para a educação de adultos são apenas disponibilizados 2,9 milhões de contos, quando Portugal ainda apresenta índices alarmantes no que toca ao analfabetismo funcional e ao analfabetismo literal (quanto a este último, atinge cerca de 17% da população com mais de 15 anos).

O apoio social aos estudantes e suas famílias continua a ser mantido a níveis de insuficiência gritante. O Governo e o Ministério da Edu-



Na Assembleia da República o PCP dispensou uma particular atenção ao Orçamento para a educação, área de grande importância para a juventude e o País

cação, ao contrário do que garante a Constituição e dispõe a Lei de Bases do Sistema Educativo, seguem uma política de encarecimento do ensino, reforçando o autofinanciamento dos Serviços de Acção Social e desresponsabilizando financeiramente a Administração Central. Ao mesmo tempo, procura obrigar as autarquias locais a suportar despesas com a educação que são competência legal do Governo.

A exiguidade das verbas para a conservação e remodelação do parque escolar do ensino básico e secundário é outro aspecto para que importa alertar. No distrito de Lisboa, por exemplo, passou-se de 570 mil contos, execução prevista em 1990, para apenas 450 mil contos, em 1991, quando na previsão aprovada na Assembleia da República há um ano era apontada a dotação de 840 mil contos. No distrito de Setúbal, para o mesmo fim, passou-se de 180 mil contos, de execução prevista este ano, para 150 mil contos propostos para o próximo ano, quando a previsão aprovada se elevava a 210 mil contos.

## A acção dos deputados do PCP

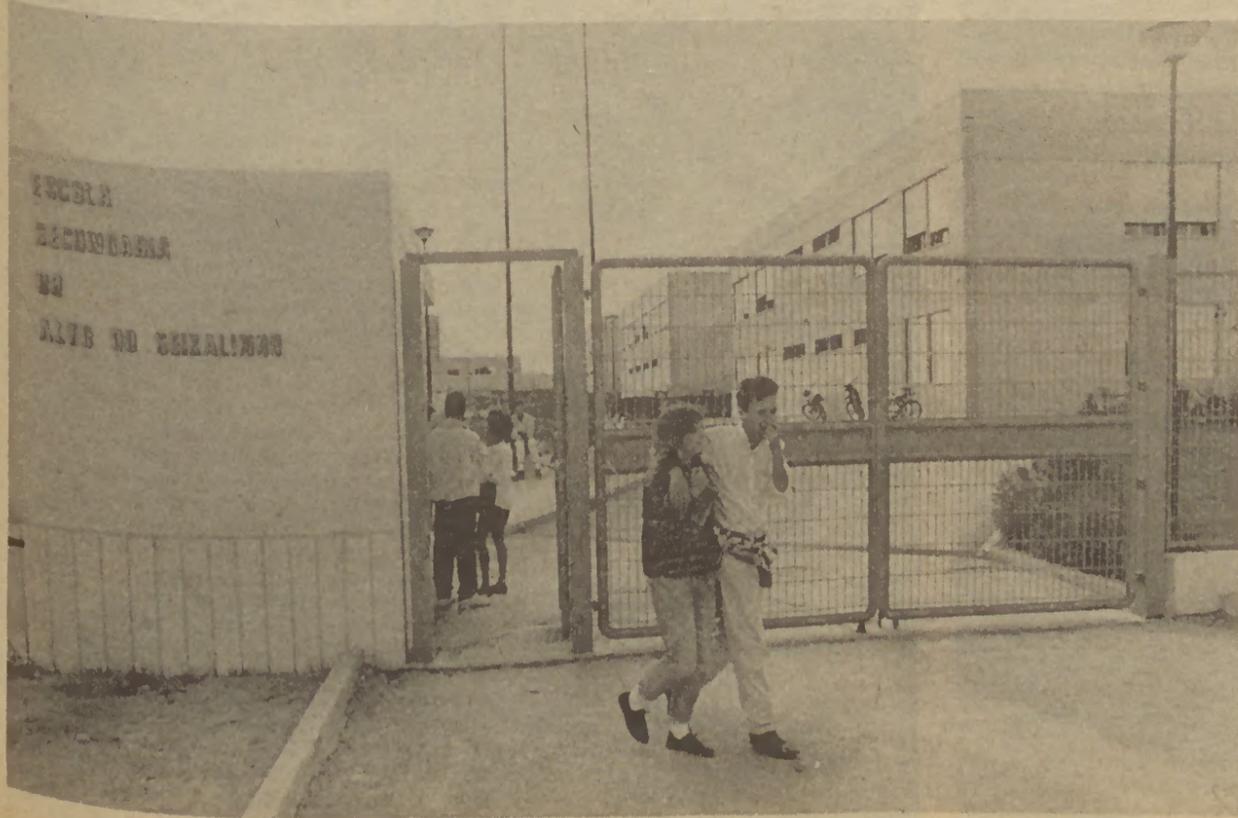
O PCP dispensou ao Orçamento para a Educação uma particular atenção, correspondente à importância que esta área assume para a

juventude e para o futuro do país.

Na Assembleia da República, os deputados do PCP não limitaram a sua intervenção ao exercício do direito constitucional de fiscalização e de apreciação dos actos e propostas do Governo, tendo também apresentado propostas na especialidade que aumentam de 7,6 milhões de contos as dotações para a educação no próximo ano.

Face à ruptura financeira das Universidades públicas a que a proposta de Orçamento do Governo conduziria, importa em particular destacar o facto dos deputados do PCP terem assumido a defesa de propostas que representam um acréscimo de dotação para o funcionamento das universidades no valor de 4 milhões de contos, e que permitem melhorar a estrutura dos seus orçamentos internos e a utilização dos equipamentos existentes.

Apesar da responsabilidade assumida pelo PSD na Assembleia da República ao aprovar na generalidade uma proposta de Orçamento com aspectos tão gravosos, seria particularmente criticável que os deputados da maioria, apenas por razões de fidelidade partidária em absoluto contrárias ao interesse nacional, impedissem agora a aprovação de alterações na especialidade que vão no sentido de minorar alguns dos problemas mais agudos com que o sector se confronta, conclui a nota da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino, do PCP, divulgada no passado dia 5.



Assembleia da República

Orçamento  
do Estado 1991

## Sector da Saúde

■ João Camilo

Crescimento anunciado  
é pura ilusão

O Orçamento de Estado para 91 surgiu rodeado pela aura do maior crescimento da Saúde dos últimos anos, de um Orçamento que privilegiaria a área social e em particular a da Saúde. Contudo as aparências iludem, e torna-se necessário ler com atenção os números propostos para se avaliar com rigor o seu verdadeiro significado.

Tem insistido o Governo em comparar a proposta inicial do Orçamento de 90 com a proposta agora apresentada para 91 a fim de agitar um hipotético crescimento de 29% no sector da Saúde. Pura ilusão. Com efeito, mantêm-se todas as razões que nos levam a pensar que o défice de execução do Orçamento de 90 é, por certo, um défice recorde.

## Défice preocupante

Realmente, para além da transferência de 15 milhões de contos através da Proposta de Lei de alteração ao Orçamento de Estado para 90, para além de montantes mal definidos e projecções mais que duvidosas, faltam cerca de 25 milhões de contos, que põem em causa não só a execução orçamental de 90 como o próprio crescimento assim estabelecido pelo Ministério da Saúde em 12,7%.

A ser assim e com uma inflação previsível acima deste valor, o mais que se poderá afirmar é que em 91 não haverá crescimento no sector da Saúde.

Mas, se o défice de 90 é

preocupante, a proposta também nos merece as maiores reservas. Vejamos:

— utiliza o artifício de aumentar de 2,3 para 2,7 meses os atrasos de pagamento a fornecedores o que se traduz no escamotear de mais de 6 milhões de contos;

— a aplicação do esquema proposto para prever a despesa com pessoal em 91 está errada em ... 3,1 milhões de contos;

— é manifestamente insuficiente que se considerem aumentos de 10% para as despesas com pessoal quando já foi proposto um aumento de 13,5% para as remunerações dos trabalhadores da Função Pública;

— tendo em vista a previsi-

vel taxa de inflação, não são credíveis os aumentos propostos de 12% para medicamentos e de 10% para convenções e consumos, quando se verificaram de 89 para 90 (comparando os primeiros 9 meses) acréscimos de 13,8% para convenções de 21% para medicamentos e de 22,3% para consumos.

Um outro aspecto sem dúvida preocupante é o do crescimento do saldo da dívida que, ainda que subavaliada em 91, é da ordem dos 10,7 milhões de contos ou seja mais 34,2%.

## Pecado mortal

A atribuição das verbas orçamentadas por serviços e áreas de cuidados constitui mais um pecado mortal deste Orçamento. Se em 1990, pela primeira vez, se deu uma inversão das despesas entre a área dos Cuidados de Saúde Primários e a rede hospitalar em detrimento da primeira, a proposta de orçamento para 91 vem acentuar ainda mais tal inversão ao atribuir ao conjunto das Administrações Regionais de Saúde um cresci-

mento de apenas 4,8%. Não chega aqui invocar o estafado argumento de que tudo se deve ao novo esquema de imputação das despesas a quem as gera. Seria intolerável cinismo justificar deste modo o real menosprezo do Governo pelos Cuidados de Saúde Primários que aqui, já por várias vezes, ouvimos considerar como uma prioridade em Saúde.

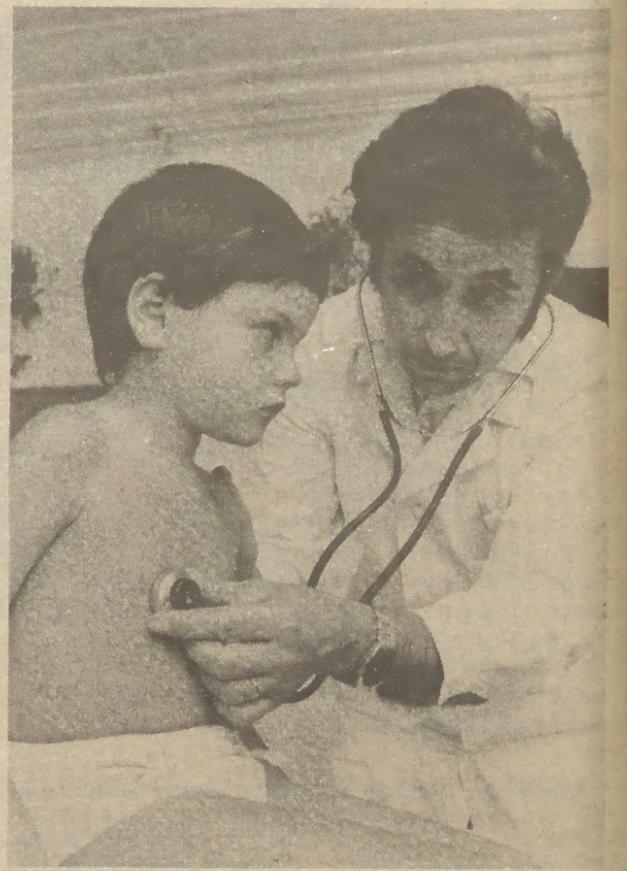
Onde está essa prioridade, perguntamos nós? Não passa de mera propaganda que os actos do Governo se encarregam de desmentir.

À mesma conclusão conduz o argumento que tal se deve à maior oferta de unidades hospitalares, pois tudo levaria então a um maior financiamento dos Cuidados de Saúde Primários de modo a corrigir tal distorsão.

Também os Hospitais Centrais (menos importantes em anos de eleições) têm que se contentar com um acréscimo de 7,7%, o que vai naturalmente obrigar os respectivos Conselhos de Administração aos malabarismos orçamentais sobejamente conhecidos e às agonias dos últimos meses do ano, quando já não há dinheiro sequer para o simples material de penso ou para os artigos de higiene.

## Saúde mental

Quanto à psiquiatria, que tem andado ao sabor dos caprichos ministeriais e dos interesses de capela nestes anos de governo do PSD, tem a particularidade de «crescer» negativamente (-0,1%). Assistiremos assim ao acelerar da já notória degradação dos cuidados prestados na área da



Saúde Mental, que desta vez é completamente marginalizada ao ver retirada do PIDDAC para 1991 seis projectos que contemplavam a construção, remodelação ou apetrechamento de seis Centros de Saúde Mental.

Também a análise do PIDDAC de 1991 para a Saúde revela algumas curiosidades:

O aumento de 3,9 milhões de contos faz-se à custa do crescimento das verbas para 4 Hospitais Distritais e para o chamado Programa de luta contra o cancro. A este há que, provavelmente, subtrair 1,2 milhões de contos para a construção da delegação do Porto do Instituto Português de Oncologia que por artes mágicas desapareceram do PIDDAC do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

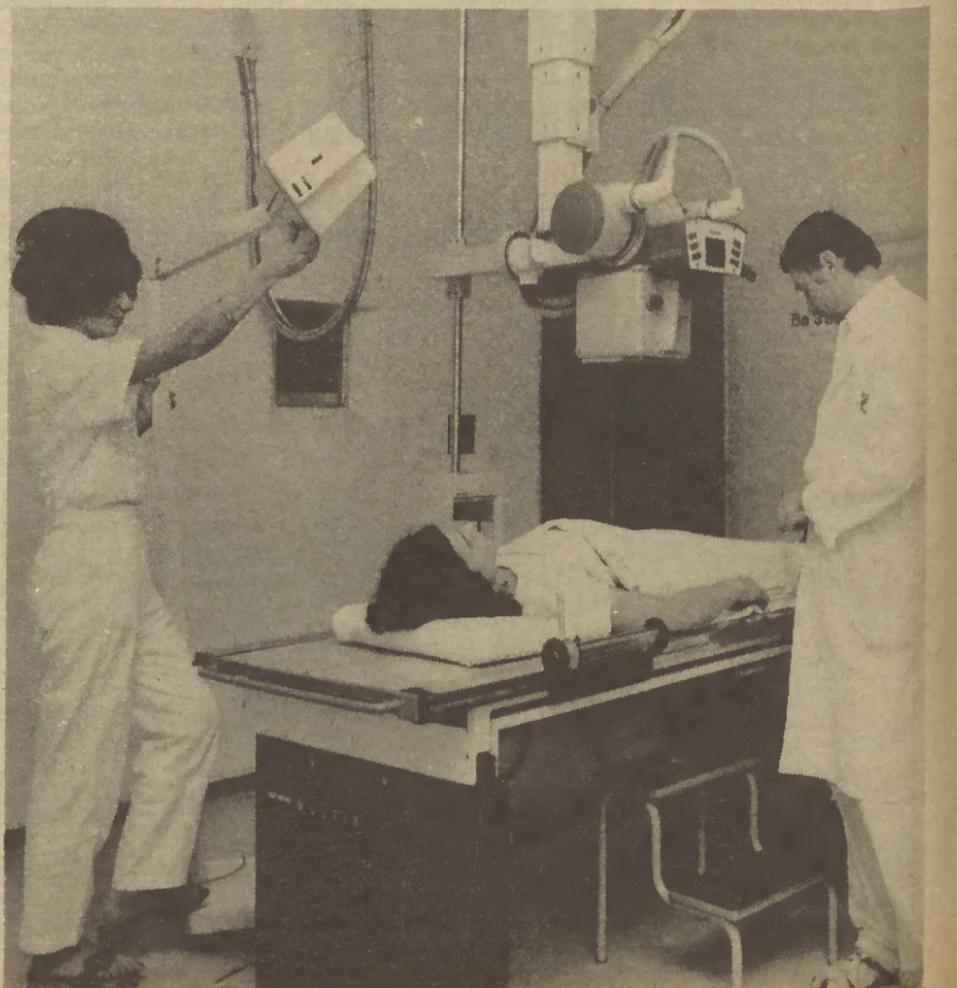
Os 13 «novos» projectos apresentados têm em 1991 uma dotação de 114 300 contos o que equivale a menos de 9000 contos por projecto! Tal economia contrasta com o gigantismo da previsão do PIDDAC de Saúde para 1992 que ao ascender a 22,2 milhões de

contos entra directamente no reino da utopia.

Dos projectos que o PIDDAC contempla (75 sectoriais e 13 dos PIDR's), 40 «arrastam» a sua execução por mais 1 ano e 5 por mais 2 anos. 15 projectos vêem o seu valor global diminuído (-546 165 contos) o que só se antevê possível com a redução ou amputação dos projectos iniciais.

Finalmente, «desapareceram» 23 projectos que tinham em 1990 uma previsão de 2,35 milhões de contos para 91. Tal «desaparecimento» talvez tenha servido para custear a revisão de preços de um número significativo de projectos, alguns dos quais com aumentos manifestamente exagerados para uma simples actualização.

É com este «rigor» e com esta «precisão» que o Governo cozinha o tão falado Orçamento para a Saúde. Por este caminho não auguramos nada de bom para a saúde dos portugueses, para o bom funcionamento das instituições, para a satisfação dos justos anseios dos profissionais.



Internacional

COLÔMBIA

**Droga, as outras vítimas**

Com a transição de ano, cruzam-se os balanços, nomeadamente sobre as vítimas e o poder dos grandes cartéis da droga. Referem-se números de polícias assassinados, ou de vítimas de ajustes de contas entre mafiosos. Sem dúvida significativos. Ficam entretanto na sombra outras vítimas desta máquina de lucro — os pequenos passadores, os camponeses sujeitos ainda a maiores fomes, num processo de transição de culturas em que falham os indispensáveis apoios. Factos com particular relevo num dos grandes e conhecidos centros de produção de droga — a Colômbia.

Um recente inquérito do núcleo antidroga da polícia italiana, em documento que contou com a colaboração do FBI, revela a existência de um pacto entre os chefes da Máfia siciliana e do cartel colombiano de Medellín. Negócio de muitos milhões de dólares, implementado em 1987, com o objectivo de criar vias mais directas de entrada da droga na Europa, via Sicília, evitando «desvios» por Miami.

Seguindo ainda as estatísticas, fica-se a saber, que apenas em Medellín, 250 polícias foram mortos nos primeiros meses do ano passado, o que corresponde a 10% dos efectivos da polícia local.

Uma medida clara do poder dos senhores da droga, que os factos indicam terem sólidas ramificações ao nível do poder. E não apenas na Colômbia.

**As outras vítimas**

Costeau apresentou, inserido num dos seus programas televisivos, a outra face da medalha do enorme negócio da droga. De par das vítimas que são os consumidores, as outras vítimas, em geral igno-

radas — os produtores, os pequenos passadores.

O que se passa na Colômbia é bem testemunho dessa realidade.

Os factos falam por si. Das 650 mulheres presas no cárcere de El Buen Pastor, o mais importante dos 14 centros carcerários femininos da Colômbia, cerca de 58% correspondem a infractores da Lei 30 de 1986, que visa o cultivo, processamento, transporte e venda de drogas de circulação proibida.

A pobreza, o desemprego, a falta de perspectivas de vida são o caldo da cultura permanente para a multiplicação destas actividades, de que os únicos ganhadores são os barões da droga. Um fenómeno que está longe de ser específico da Colômbia, calculando-se, segundo recentes estudos das Nações Unidas, que os delitos relacionados com a droga aumentaram, à escala mundial, em cerca de 120 por cento, entre 1976 e 1980.

A maioria das mulheres internadas na prisão de El Buen Pastor trabalharam durante muitos anos nos trabalhos mais desqualificados e mal pagos, submetidas a prolongadas jornadas laborais. E um dia, alguém lhes propôs a venda de pequenas quantidades

de droga, «negócio» que lhes permite alterar subitamente o seu miserável quadro de vida.

Note-se que este «trabalho» tornou-se na Colômbia uma actividade tipicamente feminina, o que aliás se prende à situação de marginalidade que caracteriza aqui (e não só aqui) a situação da mulher.

A verdade é que, a desproporção de ganhos não se faz sentir apenas entre venda de droga e trabalho não qualificado. Uma operária qualificada ganha um salário médio de 50 mil pesos mensais (94 dólares), enquanto uma mulher que vende droga em pequenas quantidades pode triplicar facilmente esta verba.

As repercussões sociais desta realidade são vastas. Não só as mulheres são vítimas de tal lógica, como naturalmente os seus filhos, em particular se vivem em meios marginalizados, como é corrente.

«A mulher delinquente profissional... diz ao seu filho... vou trabalhar, quando regressa... traz dinheiro, traz comida, o que leva o seu filho a pensar que come graças ao trabalho da mamã» — comenta Bernardo Navas, assessor jurídico ligado às prisões femininas colombianas e citado nas páginas de «Voz», jornal dos comunistas colombianos.

«Um dia essa mamã não volta porque está presa. Então o seu filho diz: "prendem a mamã por trabalhar, quem está a proceder mal não é a minha mamã mas o sistema" que a prende por uma actividade que o seu filho considera válida, porque se alimenta dessa actividade». O ciclo vicioso da marginalidade está à vista. E dele exclusivamente



Camponeses de Guaviare. Com ou sem produção de coca, é a miséria



As presas de Buen Pastor, também elas vítimas do tráfico de droga, que as levou à prisão

aproveitam os grandes traficantes.

**Que alternativas para os camponeses?**

Outra grande vítima do negócio da droga é o campesinato colombiano. Muitos milhares de camponeses encontram-se hoje na mais absoluta miséria, depois de durante um período da sua vida terem substituído a produção agrícola tradicional pela monocultura de coca, e hoje intentarem re-

gressar a produções anteriores. Isto, no fundamental, porque os incentivos à diversificação, propagandeados a nível governamental, se ficaram em grande medida pelas promessas.

Um obstáculo fundamental é a falta de vias de acesso, que impede a comercialização dos novos produtos cultivados em substituição da coca.

Agora que não é de coca que se trata, mas da produção de milho, arroz, juta ou cana-de-açúcar, os camponeses

vêm-se a braços com a falta de vias para escoamento e venda dos seus produtos, chegando o preço do transporte a ultrapassar o produto da venda.

As consequências são dramáticas. Há zonas, como Guaviare, em que as escolas foram encerradas por falta de verbas da parte da comunidade, e a fome é uma realidade quotidiana. O que pode levar a um êxodo da população camponesa. Ou mais simplesmente — um regresso à produção da coca.

URSS

**Difícil transição**

«O próximo ano será um ano à parte. Durante este ano, será necessário resolver a questão do destino do nosso Estado multinacional», disse Gorbatchov, na sua intervenção na passagem do ano, sublinhando que, «para todos nós, soviéticos, não há tarefa mais sagrada que a conservação e renovação da União, no seio da qual todos os povos poderão viver livres e felizes».

Para o presidente soviético, «a chave essencial para resolver os enormes problemas que se colocam diante de nós em 1991 está na União, na sua conservação e renovação». Os povos soviéticos, reafirmou ainda Gorbatchov, «estão unidos pelos valores acumulados durante os anos do poder soviético, ligados pela memória da vitória no decurso da mais destrutiva das guerras».

No fim de um ano «excepcionalmente difícil para todos», Gorbatchov defende: «seja qual for a profundidade da crise, podemos e devemos passar a curva para uma vida melhor ainda este ano. Mas, para isso, são indispensáveis, nas relações entre as pessoas, o consenso nacional e interétnico, a responsabilidade e a disciplina, o trabalho bem feito e a humanidade».

Assim termina um ano especialmente difícil, para a perestroika, e se inicia outro, com os contornos ainda indefinidos. O que há de mais concreto, são as claras dificuldades e os problemas acumulados no plano económico e social.

Conforme foi anunciado nas páginas do

«Pravda», os preços da maior parte dos bens de consumo corrente, incluindo os bens alimentares, serão aumentados no primeiro semestre deste ano. Nas palavras de Anatoli Kormine, vice-presidente do Comité de Estado da URSS para os preços, os aumentos de preços serão efectuados de forma centralizada, em acordo com as Repúblicas (o que parece ser o mais difícil de concretizar de imediato), para evitar uma desorganização do sistema de preços.

Estas medidas serão acompanhadas de compensações à população, devendo ser aumentados, de forma apropriada, as pensões de reforma, subsídios e salários, mas não está claro se as compensações cobrirão ou não totalmente os aumentos de preços.

Neste quadro, questões sociais e nacionais interligam-se. De lembrar que ainda não foi possível aprovar um orçamento federal, enquanto cada República se considera senhora dos seus recursos, e as grandes despesas, nomeadamente ligadas aos programas de ensino, saúde, investigação, são atribuições da federação.



O dia 30 de Dezembro foi proclamado, na Argentina, jornada de protesto e luto contra a decisão tomada pelo presidente Carlos Menem de libertar os oito principais responsáveis pelas atrocidades cometidas contra o povo argentino durante a ditadura militar (1976/83). Foram pelos menos 30 000 os homens e mulheres assassinados a mando dos criminosos militares agora libertados. Tal como em 1986, as mães da praça de Malo estiveram presentes na manifestação de protesto, onde foi afirmado que «a consciência universal considera o desaparecimento forçado e a tortura como crimes contra a humanidade, que são imprescritíveis e de que os autores não podem ser nem agraciados nem amnistiados».

## Internacional

## GOLFO

## Alertas contra a guerra

A aproximação da data limite de 15 de Janeiro adensa o clima de tensão que se vive no Golfo. Antes do encontro, em Genebra, entre Baker e o chefe da diplomacia iraquiana, Tarek Aziz, declarações proferidas tanto no Iraque como nos Estados Unidos, apontavam para posições de intangibilidade incompatíveis com uma vontade negociada. Entretanto os alertas sobre as terríveis consequências de uma guerra são claros. E a questão palestina afirma-se como incontornável, nos possíveis caminhos da paz.

«Aproximamo-nos de uma solução militar. Não penso que possamos esperar indefinidamente que as sanções façam sentir os seus efeitos. Estamos conscientes da necessidade de acabar com isto o mais depressa possível», afirmou, em vésperas de Natal, aos soldados norte-americanos estacionados na Arábia Saudita, o secretário americano da Defesa, Richard Cheney.

Uma perspectiva que não vai apenas ao arrepio do que as sondagens reflectem ser a vontade do povo norte-americano, como tudo indica nada têm a ver com as realidades.

É o próprio director da CIA quem o diz, ao declarar ao «Washington Post» — «Não creio nas estimativas dos militares, que apostam numa operação rápida», diz William Webster.

Na sua opinião, uma guerra contra o Iraque será longa e sangrenta. A estratégia de Saddam Hussein, diz o director da CIA, «é defender o Kuwait (...) com máxima intensidade e tentar atirar-nos para o deserto onde pode infligir um número inaceitável de vítimas».

Entretanto, nos sectores militares dos EUA parece mesmo apostar-se em todo o tipo de armas, possivelmente incluindo as nucleares. William Arkin, especialista em questões nucleares de Greenpeace, afirmou recentemente que pôr volta de 15 de Janeiro a frota americana no Golfo disporá de quase 100 mísseis de cruzeiro nucleares.

A utilização de armas nucleares tem vindo a ser uma possibilidade negada, tanto mais quanto é repudiada mesmo pela generalidade

dos governos, enquanto nos EUA, segundo um inquérito do «Newsweek», três quartos dos americanos se opõem a tal opção. O que não impede que a questão esteja presente e que insistentemente se fale de outras alternativas, correspondendo à utilização de armamento ultra-sofisticado, de consequências sem dúvida dramáticas e talvez imprevisíveis.

Por outro lado, cientistas de todo o mundo, recentemente reunidos para avaliar dos perigos de uma guerra hoje no Golfo, lançaram um impressionante alerta.

Para além do imenso potencial militar em jogo, há que ter em conta que um conflito militar iria decorrer na região do mundo onde é mais densa a rede de poços de petróleo. As consequências do eventual incêndio desses poços seriam terríveis, com repercussões de dimensão planetária.

Na opinião dos cientistas, uma guerra no Golfo poderia originar o maior incêndio na história humana, com a libertação de meio milhão de toneladas de fumo por mês e modificação das condições atmosféricas numa área abarcando desde o Egipto ao subcontinente indiano. Descidas das temperaturas médias e da pluviosidade originariam uma baixa de produção agrícola e, como consequência, a morte de muitos milhões de pessoas.

Outras consequências — pela libertação de grandes quantidades de dióxido de carbono — seria a formação de outro «buraco de ozono», e um acréscimo das chuvas ácidas, levando à destruição de grandes extensões florestais.



O imenso dispositivo militar presente no Golfo constitui, por si só, uma ameaça

Um conjunto de factos que justifica e exige a reactivação do movimento pacifista por todo o mundo. Um imperativo que corresponde às necessidades e — tudo parece indicar — também às possibilidades. Bastará lembrar a multiplicação de acções e movimentos contra a guerra nos EUA. E ainda uma opinião pública alemã decididamente contra quaisquer acções bélicas — 75 por cento dos alemães, segundo recentes sondagens da opinião pública.

## A questão palestina

Em apenas 24 horas, aviões israelitas atacaram, por duas vezes, bases palestinas no Sul do Líbano, o que corresponde a um agravamento da situação na zona. E a mais mortes de palestinos.

É costume dizer-se que os factos são teimosos. E a rea-

lidade de hoje testemunha uma vez mais isso mesmo. Por mais que se intente separar em compartimentos estanques a invasão do Kuwait pelo Iraque e a presença de tropas estrangeiras, maioritariamente americanas, na zona, por um lado, e a questão palestina, por outro — os problemas em presença interligam-se e intercondicionam-se. A tal ponto que hoje, mesmo em Israel, começa a ser reconhecida a necessidade de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente. Protelada embora para um «depois» da retirada do Iraque de terras do Kuwait, que não se está propriamente a vislumbrar no imediato.

Um protelamento que pode vir a ter consequências trágicas.

Em vésperas do Natal, e na sequência de uma «tournee» pelo Médio Oriente, o ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, Sid Ahmed

Ghozali, afirmou: «Se a comunidade internacional der um sinal concreto e não apenas formal (...) ao povo árabe no seu conjunto e nomeadamente aos iraquianos sobre a questão palestina, é nossa convicção que isso constituiria um passo decisivo na solução da crise.» E acrescentou que para tal seria necessária uma «resolução» do Conselho de Segurança da ONU e «não uma resolução formal. Qualquer coisa da mesma natureza e com a mesma força e o mesmo poder de convicção» que as resoluções votadas sobre o Golfo.

Diferentes podem ser as opiniões sobre as soluções possíveis. O certo é, entretanto, que a guerra não é uma solução mas antes factor de novos e mais graves problemas. E que qualquer solução terá que ter em conta os reais problemas em presença e a vontade e o sentir dos povos da zona.

## O comentário de Arafat

«16 de Janeiro não será um dia como os outros. Não posso acreditar que exista um novo Nero capaz de mergulhar o mundo na guerra e na destruição», é o comentário do

presidente palestino Yasser Arafat, em entrevista recentemente publicada no «Figaro».

Recusando considerar que a guerra seja uma fatalidade, Yasser Arafat

afirma haver sérias razões para a temer: «Há sem dúvida sinais de aproximação de uma guerra — diz — em particular a insistência do presidente Bush em recusar toda a negociação e todo o diálogo. Os dirigentes americanos só falam de guerra. O que representará uma catástrofe, não apenas para as pessoas desta região, mas para o mundo inteiro. Será um conflito brutal no decurso do qual serão utilizadas, de parte a parte, armas de destruição massiva, e isto numa região importante onde estão localizados os campos de petróleo...»

É aliás a extensão das destruições e das perdas no plano económico, previsíveis no caso de guerra, que leva Arafat a pensar que «ninguém usará».

Para o presidente da OLP, o único meio de sair da perigosa situação actual é «a conferência internacional sobre a paz no Médio Oriente», a realizar-se o mais cedo possível.

Defendendo as negociações, afir-

ma: «Uma retirada do Kuwait só será possível através de negociações e não através de um ultimatum. Vocês falam-me, a mim, de resoluções da ONU? E a n.º 242 que menciona a retirada israelita dos territórios ocupados e que não é aplicada há vinte e três anos? E a n.º 181 que previa a partilha da Palestina, inaplicada há quarenta e três anos? Onde estão os exércitos para as fazer aplicar?... Como é que se pode combater a ocupação aqui e tolerá-la na Palestina? Porquê? Não há desculpas para protelar esta conferência.»

A propósito de Israel, afirma: «Israel mantém uma posição reservada antes da batalha. Mas quando a batalha for desencadeada, assumirá o papel principal. Isso ficou claro depois da última visita de Shamir a Washington e depois do acordo estratégico entre os Estados Unidos e Israel. Os israelitas apelam à escalada e nela participam colocando forças suplementares no Sul do Líbano, onde instalaram bases de mísseis.»

«A proposta de lei sobre «a revisão constitucional» e as «bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa» apresentadas pelo governo à Assembleia Nacional fascista integram-se na linha táctica fundamental de Marcelo Caetano e do seu governo: reforçar o Estado fascista a coberto da demagogia «liberalizante». O governo continua a ter como principais objectivos (como afirma a Comissão Política do CC do nosso Partido) semear a expectativa, enfraquecer a luta popular, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição ao colaboracionismo, alargar as bases de apoio do regime, amortecer o vasto movimento de opinião internacional contra o colonialismo português e, entretanto, reforçar as estruturas fascistas do Estado para prosseguir com novos instrumentos a exploração e a guerra colonial.

A proposta de «revisão constitucional» apresentada por um grupo de pupilos «liberalizantes» de Marcelo Caetano serve perfeitamente estes objectivos do governo. Não tendo qualquer possibilidade de vingar, passando em claro o carácter terrorista da ditadura, pretende criar a falsa ideia de que as liberdades por que o povo português aspira e combate lhe poderão ser dadas, sem luta, por um dos órgãos da opressão.

[...]

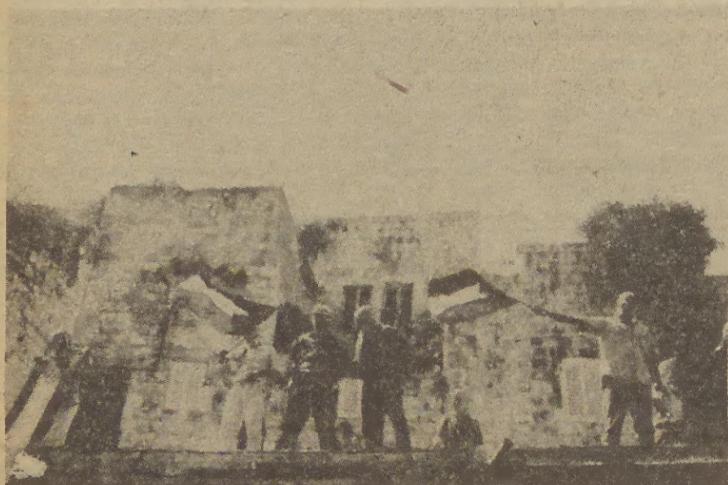
Com as «bases gerais de um novo regime jurídico da imprensa» o governo procura substituir a interdição da informação e da manifestação da opinião que era assegurada pela censura por um sistema de controle muito mais directo de todas as publicações e escritos. Publicações como circulares, boletins e outras, que até agora estavam tacitamente fora do controle governamental, passam a ser-lhe submetidas. Estabelece-se que as fontes de informação têm que ser «conhecidas» e fixam-se critérios segundo os quais a única informação verdadeira é a oficial. Generaliza-se a todas as publicações a obrigatoriedade de publicar notas, «rectificações» e «respostas» das autoridades fascistas. Instituem-se meios de pressão e chantagem económica, de perseguição pessoal e de incriminação, e o governo pode ainda em qualquer altura decretar o regresso ao regime de censura, agora sob o nome de «exame prévio». Trata-se de facto de uma tentativa de domesticação de tudo o que é escrito. Com a censura quem escrevia sujeitava-se a que «passasse ou não passasse»; com o novo sistema pretende-se que não se ouse discordar.

Quanto às colónias, a pretensão «autonomia» proclamada na proposta [de revisão constitucional] do governo não tem em vista o abandono da política de exploração e guerra, mas o seu prosseguimento, o seu prosseguimento com novos meios de acção, a perpetuação da dominação branca sobre os povos de Angola, Guiné e Moçambique. (...) Afirmando que «a autonomia» das colónias é um passo indispensável para reforçar a «unidade nacional», o governo põe a nu a tal «grande viragem»: trata-se de fortalecer as posições colonialistas aparentando que começa a ceder às aspirações dos povos que domina.

Na verdade, o que a proposta define com toda a clareza é a subjugação das estruturas das colónias pelos órgãos centrais do Estado colonialista, cabendo a estes toda a legislação fundamental, as relações diplomáticas ou consulares, a defesa, a superintendência na administração, a fiscalização da gestão financeira, a capacidade de abolir qualquer medida tomada pelos órgãos locais, sendo embora os próprios executivos das colónias chefiados por governadores nomeados pelo governo central.

A política do governo de Marcelo Caetano não mudou de rumo. (...) Certas «reformas» realizadas pelos fascistas confirmam nos seus próprios termos que é tão largo o apoio a certas reivindicações que nem o governo se atreve a contestá-las formalmente. Foi a «abolição» da homologação das direcções sindicais, a rasura do nome PIDE e a substituição pelo nome DGS, é agora a «abolição» da censura, a «autonomia» das colónias. Trata-se, porém, de reformas demagógicas, cedências insignificantes mantendo as mesmas situações, no fundamental.

«O governo manobra (...)» - «Avante!», VI série, n.º 425, 2.ª quinzena de Janeiro de 1971



Nenhuma solução de paz pode ignorar o problema palestino